

RELATÓRIO
DE GESTÃO E CONTAS

2024



O presente relatório é da responsabilidade do Conselho de Administração da Águas de Cascais, tendo sido elaborado pela Direção-Geral, em colaboração com todas as Direções e Áreas de Responsabilidade da Empresa, e dá cumprimento aos requisitos de informação para fiscalização da Concedente, conforme previsto na cláusula 87.^a do Contrato de Concessão, integrando o relato da atividade realizada durante o ano de 2024, referente à exploração e gestão dos sistemas concessionados.

Aprovado em reunião de CA, de 19 de fevereiro de 2025



1	A ÁGUAS DE CASCAIS	7
1.1	CONCESSÃO	7
1.2	VISÃO, MISSÃO E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO	7
1.3	POLÍTICA, OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	8
1.4	ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS	11
2	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	14
3	CONTEXTO E ENVOLVENTE	16
3.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
3.2	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	17
3.3	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	18
3.4	CLIENTES	20
3.5	SISTEMAS EM ALTA	20
3.6	REGULAÇÃO	21
4	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	23
5	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	27
5.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27
5.1.1	Adução	27
5.1.2	Distribuição	28
5.1.3	Controlo Operacional	28
5.1.3.1	Monitorização	28
5.1.3.2	Água Não Faturada	29
5.1.3.3	Continuidade do fornecimento	29
5.1.4	Controlo de Qualidade	30
5.2	RECOLHA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	31
5.2.1	Descrição do Sistema	31
5.2.2	Controlo Operacional	31
5.2.3	Projeto Poluição Zero	32
5.3	EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	34
5.3.1	Infraestruturas da rede de água e de águas residuais	34
5.3.2	Rede de Águas Pluviais	42
5.3.3	Gestão de Ativos	43
5.3.4	Energia	44
5.4	PLANO DE INVESTIMENTOS	45
5.4.1	Planeamento Geral	45
5.4.2	Intervenções em curso e planeadas	47
5.4.3	Planeamento e Projeto	57
5.5	ATIVIDADE COMERCIAL	57
5.5.1	Faturação	57
5.5.2	Dívida de Clientes	59
5.5.3	Serviço ao Cliente	60
5.5.3.1	Atendimento ao Cliente	60
5.5.3.2	Tratamento de Reclamações	61
6	RECURSOS HUMANOS	65
6.1	GERIR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	65
6.2	DESENVOLVER E FORMAR OS COLABORADORES	65
6.3	CONSULTAR E INFORMAR OS COLABORADORES	66

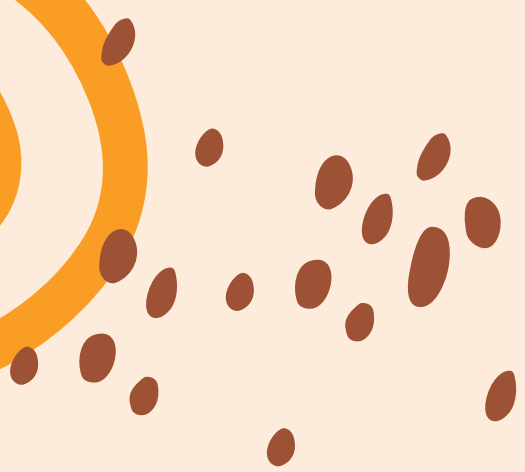


7	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO	69
7.1	ÂMBITO E PROCESSOS.....	69
7.2	IMPACTES E RISCOS OPERACIONAIS	70
7.3	ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS.....	71
7.4	RISCO PARA OS TRABALHADORES	71
7.5	MELHORIA CONTÍNUA	71
7.6	AUDITORIAS.....	72
7.7	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	72
8	PERSPETIVAS FUTURAS.....	75
9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	76
10	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	77
11	NOTA FINAL	78
12	CONTAS.....	80
13	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO	85





A ÁGUAS DE CASCAIS



1 A ÁGUAS DE CASCAIS

1.1 Concessão

A AdC - Águas de Cascais, SA, é a concessionária do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2001, na sequência de um concurso público internacional lançado pelo Município de Cascais.

A Concessão, cujo prazo é de 30 anos, tem por objeto a exploração e gestão conjunta da manutenção do sistema de águas pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha e rejeição de efluentes domésticos, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

O Sistema concessionado à Águas de Cascais é composto por cerca de 1.428 km de rede de abastecimento de água, 26 reservatórios, 16 captações próprias, das quais 15 subterrâneas e uma superficial (albufeira do Rio da Mula), 24 estações elevatórias e 2 estações de tratamento de água, bem como de cerca de 786 km de coletores gravíticos, 22 estações elevatórias de águas residuais e respetivas condutas elevatórias, numa extensão de 18 km.

1.2 Visão, Missão e Cultura da organização

Visão

Ser uma empresa de referência no setor da água e ambiente, tendo a sua excelência reconhecida por terceira parte.

Missão

Exploração e gestão conjunta da Manutenção do Sistema de Águas Pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e da Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos, em Cascais, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, e bem assim todas as Obras, nos termos do Plano de Investimentos, do Caso Base e do Programa de Exploração.

Cultura da Organização

A Águas de Cascais adotou um conjunto de documentos e linhas de orientação de referência para o estabelecimento da cultura interna:

Política da Organização, que tem como objetivo definir a Visão, Missão e Política da Organização.

Código de Conduta, que estabelece as linhas de orientação em matéria de ética profissional e dos padrões de comportamento que devem ser reconhecidos e adotados pelos colaboradores, independentemente do seu vínculo laboral. Visa igualmente comprometer os fornecedores nos mesmos princípios de atuação responsável.

Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, que contém as linhas de orientação em matéria de conduta profissional relativa à prevenção e combate ao assédio no local de trabalho para todos aqueles que exercem funções ou atividades profissionais na AdC.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que tem como objetivo a identificação e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas ou conflitos de interesses relativamente a cada processo ou área da Águas de Cascais.



Estratégia e Política de Privacidade, identificando-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais e estabelecendo as orientações para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa.

Valores

Para além dos referidos documentos e linhas de orientação, a empresa promove ainda o seguinte conjunto de valores:

Mérito

Somos muito ambiciosos na definição dos objetivos, pois entendemos a melhoria contínua como obrigatória. Não aceitamos menos do que o máximo atingível. Acreditamos na distinção pelo mérito pelo que o medimos com base em factos e métricas.

Espírito de Equipa

Todos estamos obrigados a contribuir – não se aceitam demissões de responsabilidade. Incentivamos o consenso, a autonomia e a delegação de funções com o contraponto da responsabilização individual. Valorizamos a flexibilidade quando demonstra vontade de ajudar naquilo que faz mais falta. Valorizamos os resultados das equipas acima dos individuais. Apesar do mérito se medir nos resultados também valorizamos o esforço.

Lealdade

Ser leal é ser sincero, íntegro, assertivo e construtivo para com os outros na organização. A lealdade implica muita coragem. Conseguir confiança resulta, antes de mais, de confiar.

Paixão

Apesar da decisão se basear em factos valorizamos o entusiasmo, a vontade e a entrega aos objetivos da Empresa. A vida é muito curta para não se estar apaixonado pelo que se faz.

Inovação

Não ridicularizamos nem desperdiçamos nenhuma ideia e valorizamos quem mais contribui para a inovação.

Orientação para o Cliente

Consideramos o cliente como nosso parceiro pelo que as suas necessidades e expectativas são determinantes e visamos a sua satisfação. Entendemos as reclamações como oportunidades de melhoria e valorizamos o esforço dos clientes que as apresentam. Sabemos que prestamos um serviço universal e fornecemos um bem essencial.

Ecoeficiência

Entendemos a ecoeficiência como uma das principais medidas que contribuem para um futuro sustentável. Na prática, procuramos um uso mais racional dos recursos naturais não renováveis e a diminuição dos impactos causados no meio ambiente, sem comprometer a qualidade dos serviços que prestamos à população. O objetivo é, assim, aproveitar todas as oportunidades para aumentar a relação entre o valor criado, a qualidade dos serviços prestados e os recursos consumidos.

1.3 Política, objetivos e estratégia

Tendo por referência a visão e a missão da Águas de Cascais, o Conselho de Administração aprovou a Política da Organização, assim como os decorrentes Objetivos Estratégicos, que traduzem os propósitos da Empresa no âmbito dos referenciais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e SA 8000, e no referencial do SGQ do Laboratório da empresa.

A Política da Organização foi revista, aprovada e divulgada em outubro de 2020, contemplando os Objetivos Estratégicos que seguidamente se apresentam.



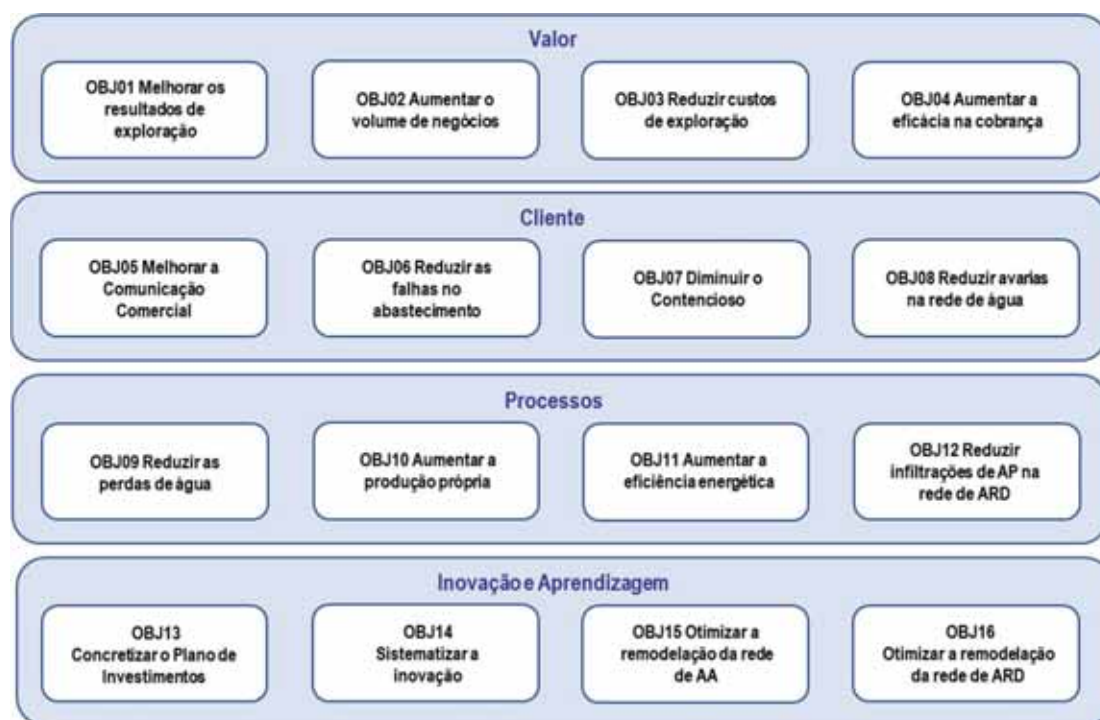
LE1	Maximizar valor otimizando as operações
LE1	Antecipar as necessidades e expectativas das partes interessadas
LE3	Assegurar e sistematizar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão de QAS
LE4	Colaboradores competentes, comprometidos e motivados
LE5	Garantir a Continuidade e Qualidade do Serviço
LE6	Proteger os valores de saúde pública, ambientais e sociais assegurando a melhoria do desempenho nessas áreas
LE7	Cumprir com os requisitos legais, as normas ISO9001, ISO/IEC 17025, ISO14001, ISO45001 e SA8000 (incluindo os Elementos Normativos), bem como o estabelecido no RGPD
LE8	Identificar, avaliar, prevenir, controlar, eliminar e estar preparado para os perigos e riscos operacionais, e impactos da nossa atividade, estabelecendo adequados objetivos de SST

Para além de atender aos diplomas legais nacionais e outros requisitos aplicáveis à Organização, a AdC:

- Obriga-se a respeitar os princípios dos instrumentos internacionais incluídos no ponto “Elementos Normativos” da norma SA 8000:2008 e que tratam das convenções da OIT, nomeadamente a Convenção OIT 181 (Agências de Emprego Privadas) e do Código de Conduta da OIT sobre HIV/AIDS e o Mundo do Trabalho, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Pactos Internacionais sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Direitos Cívicos e Políticos e as Convenções sobre os Direitos da Criança, para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, da ONU;
- Identifica-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais, juntamente seus fornecedores, na medida em que estes constituem uma forma de proteção dos seus clientes, colaboradores e entidades com quem se relaciona;
- Compromete-se a fortalecer a organização com base na lealdade, assegurando o respeito pelos direitos e liberdades individuais dos titulares dos dados, atendendo aos princípios éticos de gestão que a caracterizam, pois considera o cliente como um parceiro relevante;
- Promove a melhoria contínua e a formação dos seus colaboradores, bem como a sensibilização de fornecedores, quanto à garantia de proteção dos dados abrangidos pelas operações de tratamento pelos quais é responsável, colocando assim os titulares dos dados no centro das suas preocupações, mas também salvaguardando e protegendo a informação que lhes é relativa;
- Proporciona aos seus Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta, condições de trabalho seguras e saudáveis, tendo em vista a prevenção de lesões e problemas de saúde relacionados com o trabalho. Para o efeito, dispõe de serviços de SST e de medicina no trabalho, considerados adequados e corretamente dimensionados para o efeito;
- Assume o compromisso de proteção dos colaboradores quanto a eventuais represálias ao relatar incidentes, perigos, riscos e oportunidades no âmbito do sistema de gestão de SST, incentivando-os à sua comunicação;
- Assume o compromisso de consulta e participação dos Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta ou aos seus representantes.



Apesar de se registarem bons resultados em indicadores muito relevantes, mantem-se a oportunidade de haver melhorias em alguns aspetos, pelo que se mantêm estes temas no Mapa Estratégico da Empresa.



Da análise dos resultados do BSC, dos principais indicadores dos diferentes processos e da envolvente considerou-se, assim, estratégico, manter o foco nas seguintes áreas:

- Resposta a pedidos de apreciação de projetos – No ano de 2024 atingiu-se o nível de 89%, que revela o esforço de recuperação do atraso na resposta aos inúmeros pedidos de apreciação de projetos por parte dos clientes, face ao grande dinamismo do Município no que respeita à construção de novos edifícios. De facto, no ano de 2024, foram analisados dentro do prazo de 20 dias 358 projetos, do total de 385 entrados, o que representa uma taxa de cumprimento de 93%. Será mantido o foco nesta área, no sentido de continuar a recuperar esse atraso durante o ano de 2025.
- Taxa de adesão dos clientes à fatura eletrónica – o nível atingido no final do ano de 2024 é já bastante relevante (60,7% dos clientes da Empresa recebem a fatura por correio eletrónico) havendo ainda espaço para continuar a melhorar.
- Avarias em condutas – apesar de a Empresa ter um desempenho relativamente satisfatório, considera-se haver margem para melhoria, continuando as intervenções de remodelação da rede de água, com impacto na redução no número de roturas.
- A redução de roturas e a otimização do processo de reparação das mesmas deverá permitir à Empresa reduzir, ainda, o número de interrupções do fornecimento de água com duração superior a 6 horas.
- O volume de investimentos em curso ou em projeto, deverá representar, ainda, uma extensão significativa da rede de águas residuais domésticas (ARD) e de abastecimento de água (AA) remodelada, o que contribuirá, não apenas para a redução das avarias, mas também das perdas de água e das infiltrações na rede de ARD, assim como da melhoria da qualidade da água das ribeiras e das praias de Cascais. O resultado no ano de 2024 espelha a necessidade de articulação das intervenções no Município com as diferentes entidades.
- Considera-se que ainda existe margem para melhoria da eficiência energética da AdC, em particular no que respeita às estações elevatórias de águas residuais domésticas, face ao resultado alcançado.
- Aumentar a produção própria é também uma área com espaço para melhoria do desempenho, com a otimização do funcionamento das captações próprias da AdC, em particular da ETA do Rio da Mula. No ano de 2024 o volume de água produzida, de 2.792.207 m³, foi significativamente superior ao do ano anterior e acima do objetivo definido.

- No final do ano de 2024, o indicador água não faturada (ANF) registou o valor de 12,9%. Ainda que abaixo do ano anterior, encontra-se acima do objetivo definido, sendo um indicador a continuar a acompanhar com particular atenção.
- No que respeita à redução de infiltrações de águas pluviais na rede de águas residuais domésticas, no ano de 2024, o número de infiltrações eliminadas não difere muito do que ocorreu em períodos homólogos dos anos anteriores. É uma ação a continuar a desenvolver, face à relevância para o funcionamento do sistema.
- O objetivo de “Reduzir Infiltrações de AP na rede de ARD – Infiltrações redes prediais não visíveis detetadas e eliminadas (AR) – Acumulado, foi cumprido em 93,2%. Atingiu-se, em 2024, as 3.001, situações detetadas e eliminadas.

1.4 Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura Acionista

A Empresa foi constituída em 29 de agosto de 2000, com um capital social de 3.500.000 €, tendo atualmente a seguinte estrutura acionista:

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA	50,00%
AQUAPOR - Serviços, SA	50,00%

Estrutura Organizacional

A estrutura hierárquica e funcional, ajustada às linhas estratégicas e objetivos operacionais da Empresa, está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir.



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes
Secretária: Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Paredes Pereira da Cunha
Vogais: Altino Barbosa da Conceição
Carlos Alberto da Silva Rodrigues
João Pedro Faria Feliciano

Conselho Fiscal

Presidente: Pedro Miguel Dias de Campos
Vogais: Carlos Dinis Alves Gomes
Marco Bruno Palma Oliveira Santos

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Externa ao Conselho Fiscal

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representada por
Paulo Jorge Luís Silva, ROC.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



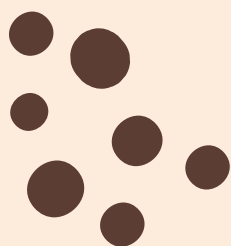
2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Durante o ano de 2024 manteve-se o clima de incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros, em consequência dos conflitos militares ainda em curso: um originado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, e, outro, no Médio Oriente, opondo Israel ao Hamas. Não obstante a imprevisibilidade sobre a evolução destas situações, não se registaram efeitos significativos quer nas operações da Águas de Cascais, quer no cumprimento das suas obrigações.

Depois da acentuada subida da inflação ao longo de 2022, pelo efeito combinado da conjuntura de pandemia e da guerra, impulsionada pelo significativo aumento dos preços da energia (eletricidade e combustíveis), com reflexo nos preços de algumas matérias-primas, bens e equipamentos, com o consequente aumento dos custos de operação e manutenção, bem como algumas dificuldades nas cadeias logísticas de fornecimento, no ano de 2024 manteve-se a tendência de redução deste indicador, aproximando-se dos valores pré-pandemia.

A Águas de Cascais continuou ainda assim durante ao ano de 2024 a desenvolver uma grande variedade de projetos, destacando-se os seguintes, pela sua relevância para a organização:

- O projeto Poluição Zero, cujos resultados têm vindo a ser de grande contributo quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista funcional e económico;
- Colocação em funcionamento do 3.º Adutor, que irá dotar o sistema de abastecimento de água do Concelho de maior fiabilidade e paralelamente permitir reduzir custos energéticos;
- Construção do Reservatório de Janes;
- Levantamento do património existente nas EEAA e nas câmaras de manobras dos reservatórios;
- Projeto de desmaterialização de papel na apreciação de projetos prediais e loteamentos.
- Desenvolvimento de soluções mobile para consulta de cadastro, tendo sido iniciados os trabalhos no sentido de futuramente ser possível disponibilizar o cadastro das infraestruturas por meio de telefone e tablet às equipas de Fiscalização, de Obras e Operacionais. Com esta ferramenta pretende-se dotar as equipas operacionais de maior autonomia possibilitando a consulta de cadastro e numa fase posterior, adicionar notas que ajudarão a melhorar o próprio cadastro.



CONTEXTO E ENVOLVENTE



3 CONTEXTO E ENVOLVENTE

3.1 Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2024 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade. Apesar da volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

Na área do euro, a inflação não desceu de forma sustentada ao longo do ano, mantendo-se acima da meta do BCE. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as taxas de juro em outubro e dezembro, procurando equilibrar a necessidade de impulsionar a economia com a contenção das pressões inflacionárias persistentes.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

EURIBOR	2022	2023	2024
1 mês	-0,01%	3,17%	3,60%
3 meses	0,23%	3,35%	3,61%
6 meses	0,53%	3,56%	3,53%
12 meses	0,92 %	3,85%	3,31%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do PIB desacelerou de 2,5% em 2023 para 1,7% em 2024, (menos 0.8 p.p.), refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se uma ligeira redução da taxa de desemprego em 0,1 p.p, o que denota alguma uma estabilização, sem melhorias significativas.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou uma variação média anual de 2,4% em 2024, inferior aos 4,3% observados em 2023.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base nos dados Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2022	2023	2024
PIB	6,8%	2,5%	1,7%
IPC	7,8%	4,3%	2,4%
IHPC	8,1%	5,3%	2,6%
Desemprego	6,2%	6,5%	6,4%
Consumo Privado	5,6%	2,0%	3,0%
Consumo Público	1,4%	0,6%	1,1%
Exportações	17,4%	3,5%	3,9%
Importações	11,1%	1,7%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal e INE (dados de dezembro de 2024)



3.2 Enquadramento Legislativo

O Setor da água e ambiente apresenta um quadro legal de referência bastante alargado, destacando-se o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, e que obrigou a uma adaptação do Contrato de Concessão, assim como do Regulamento de Serviço da Empresa, processos já concluídos.

O referido regime jurídico foi objeto de alterações, através da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, salientando-se a preocupação do legislador no que concerne à decomposição, na fatura aos utilizadores finais, das componentes de custo associadas aos serviços em alta [neste caso prestados pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (EPAL)] e à cobrança dos valores faturados pelas Entidades Gestoras (EG) desses serviços em alta.

A Lei da Água, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é estabelecida pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.ºs 245/2009, de 22 de setembro; 60/2012, de 14 de março e 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro e n.º 44/2017, de 19 de junho.

O Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste quadro, a ERSAR "(...) é uma entidade administrativa independente com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio e que se encontra adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente", tendo "(...) por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos".

O Regulamento de Serviços do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, Regulamento n.º 253/2016, publicado no Diário da República, 2ª série – n.º 50 – 11 de março, estabelece as obrigações e os direitos da AdC e dos Utilizadores subjacentes às relações de prestação e utilização dos Serviços.

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, criou o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., à qual foi atribuída a concessão da exploração e da gestão do referido sistema multimunicipal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, abrangendo a área servida pela Águas de Cascais.

O Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, alterou o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo para a ordem jurídica nacional as Diretivas (EU) n.º 2015/1787 da Comissão, de 6 de outubro de 2015, e n.º 2013/51/EURATOM do Conselho, de 22 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, procedeu à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, e aprovou o Regulamento de Pequenas Barragens.

A Lei n.º 12/2018, de 2 de março, modificou o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.



A Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, que transpõe a Diretiva 2013/11/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, e estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, alterada pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto.

O Despacho n.º 2344/2020, Série II, de 19 de fevereiro, que estabelece o valor de base da componente «S» da taxa de recursos hídricos para os sistemas de água de abastecimento público.

O Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e suas posteriores alterações e republicações, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID-19.

O Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março, e suas posteriores alterações, que regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar.

O Despacho n.º 6909/2020, de 6 de julho, que determina o montante global da componente fixa de financiamento a atribuir anualmente pelo Estado, através da Direção-Geral da Política de Justiça, bem como pelas entidades reguladoras de serviços públicos essenciais, aos centros de arbitragem que, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, integram a rede de arbitragem de consumo.

A Portaria n.º 25/2021, de 29 de janeiro, que estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria *Legionella*, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água.

O Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, relativo ao regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, bem como, define para o ano de 2021, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão relativos aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e do Vale do Tejo.

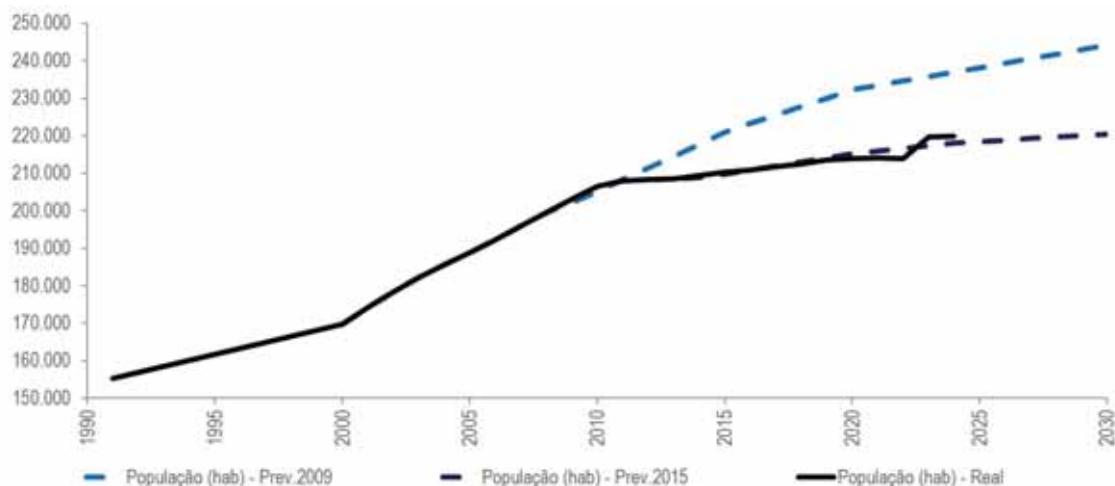
O Despacho n.º 6909/2020, de 6 de julho, que determina o montante global da componente fixa de financiamento a atribuir anualmente pelo Estado, através da Direção-Geral da Política de Justiça, bem como pelas entidades reguladoras de serviços públicos essenciais, aos centros de arbitragem que, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, integram a rede de arbitragem de consumo.

O Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, transpondo diversas diretivas.

3.3 Evolução Demográfica

Em termos demográficos, é de destacar o forte crescimento da população residente no Concelho de Cascais que se verificou na primeira década do século XXI, de acordo com os resultados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos quais se observa um aumento, só naquela década, de 20%, enquanto no global do Distrito de Lisboa o aumento registado foi de, apenas, 5%.

Na segunda década deste século registou-se uma alteração substancial no padrão de evolução da população, notando-se um forte abrandamento desse crescimento. Não obstante, os Censos de 2021 traduzem um crescimento da população de Cascais face a 2011, registando, em 2021, 214.158 habitantes, contra 206.479, de 2011.



Para além da demografia, a evolução da procura depende, neste setor, da evolução do padrão de consumo individual, normalmente medido em termos de consumos per capita. Neste segundo fator regista-se, de uma forma generalizada e em todos os países desenvolvidos, uma forte tendência para a redução dos consumos individuais, resultante de uma, cada vez maior, eficiência no uso da água.

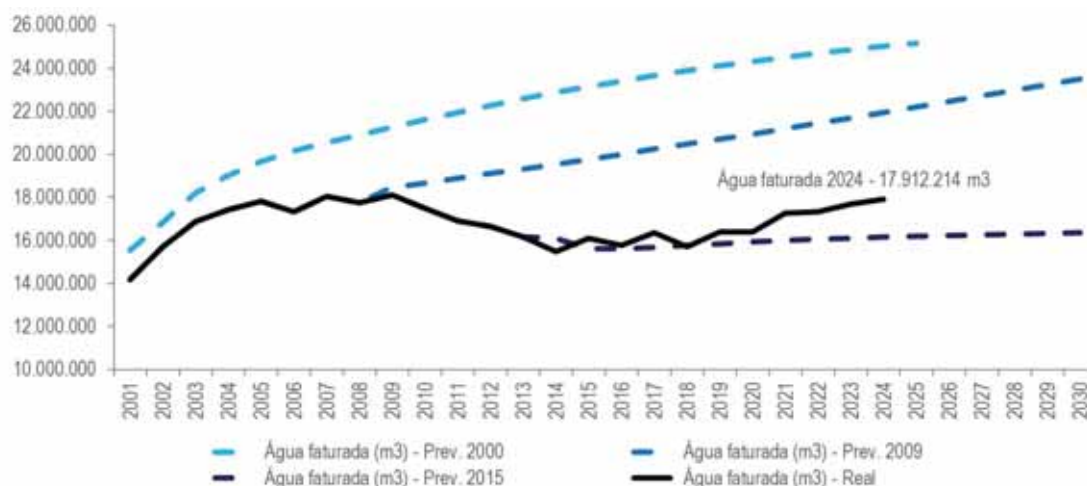
Depois de uma tendência de redução das capitações, verificada entre 2009 e 2014, e alguma estabilização nos anos seguintes, regista-se, desde 2018 uma tendência de subida deste indicador, atingindo, nos últimos três anos, valores da ordem de grandeza de 2011. Esta tendência pode ser atribuída à menor precipitação registada nos últimos anos e também ao forte crescimento da atividade turística pós-pandemia.



Esta subida da capitação é acompanhada pelo aumento do volume de água faturada para valores acima dos 17 milhões de m³, contrariando a tendência de redução do volume total de água faturada, ocorrida nos primeiros anos da década passada, e posterior estabilização em valores da ordem dos 16 milhões de m³.

À semelhança dos aumentos pontuais do consumo verificados em 2017 e 2019, este aumento registado nos últimos anos, não será alheio aos longos períodos de seca verificados nestes anos e à utilização da água de abastecimento para outros fins, como a rega. Em 2024, fruto da normalização da atividade, registou-se um crescimento nos escalões domésticos e não domésticos.





3.4 Clientes

No final de 2024, a Águas de Cascais contava com 120.603 clientes, mais 784 clientes que no final de 2023, mantendo-se a tendência de crescimento, verificada desde 2013.

CLIENTES	2023	2024
Domésticos	107.415	108.051
Não-domésticos	10.926	11.053
Câmara Municipal de Cascais	1.428	1.449
Contadores para Consumos Próprios	50	50
Total	119.819	120.603

Após uma década de tendência sustentada de aumento de clientes, interrompida no ano de 2011, tem-se verificado alguma estabilização deste número. Nos últimos 12 meses, o número de clientes de água e saneamento aumentou cerca de 1% (o que corresponde a 784 clientes), igual percentagem à registada no último ano.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023
Número de Clientes de AA	#	116.120	116.738	117.976	119.154	119.819	120.603	784 1%
Número de Clientes de AR	#	115.147	115.764	116.995	118.156	118.805	119.580	775 1%

3.5 Sistemas em Alta

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e a criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e da sociedade Águas do Tejo Atlântico, SA, foi revisto o custo relativo ao saneamento, que representa agora um aumento de 44,4% entre 2016 e 2024. Por outro lado, no mesmo período o custo de aquisição da água em alta crescerá cerca de 26,0%, como se pode observar nas tabelas a seguir.

Saneamento em Alta	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2016/2024
Tarifa - Preços 2014 (AdLVT - DL 94/2015)	0,3237										
Tarifa - Preços 2016 (Despacho 15747/2016; EVEF AdTA)		0,3201	0,3309	0,3417	0,3525	0,3633	0,3741	0,3849	0,3957	0,4065	
Tarifa - Preços Correntes	0,3276	0,3249	0,3409	0,3573	0,3701	0,3780	0,3916	0,4352	0,4832	0,5034	47,5%
Varição Tarifa - Preços Correntes	2,0%	-0,8%	4,9%	4,8%	3,6%	2,1%	3,6%	11,1%	11,0%	4,2%	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços 2015 (DL 34/2017, de 24/03)		0,0075	0,0125	0,0175	0,0225	0,0275	0,0300	0,0300	0,0300	0,0300	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços Correntes		0,0077	0,0130	0,0184	0,0238	0,0288	0,0316	0,0341	0,0369	0,0374	
Varição CTA - Preços Correntes			68,8%	41,6%	29,3%	21,0%	9,7%	7,9%	8,2%	1,4%	
Tarifa + CTA - Preços Correntes	0,3276	0,3326	0,3539	0,3757	0,3939	0,4068	0,4232	0,4693	0,5201	0,5408	
Volume Faturado (m³)	19.047.028	18.930.221	18.644.401	18.367.064	18.106.947	17.875.834	17.768.177	17.608.953	17.327.281	17.056.266	
Gastos Tarifa (Preços correntes)	6.239.807	6.150.429	6.355.876	6.562.552	6.701.381	6.757.068	6.958.012	7.663.409	8.372.541	8.586.658	
Gastos CTA (preços correntes)		145.763	242.377	338.115	430.945	514.824	561.328	600.888	638.573	637.944	
Gastos Total	6.239.807 €	6.296.192 €	6.598.254 €	6.900.666 €	7.131.696 €	7.271.613	7.519.340	8.264.297	9.011.113	9.224.602	2016/2024
	2,0%	0,9%	4,8%	4,6%	3,3%	2,0%	3,4%	9,9%	9,0%	2,4%	44,4%



Água em Alta	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2016/2024
Tarifa - Preços 2015 (DL 94/2015)	0,4849	0,4897	0,4944	0,4991	0,5039	0,5039					-100,0%
Tarifa - Preços Correntes	0,4907	0,5000	0,5124	0,5250	0,5322	0,5365	0,5413	0,5559	0,5742	0,5863	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços 2015 (DL 94/2015)	0,0311	0,0416	0,0501	0,0585	0,0736	0,0736					-100,0%
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços Correntes	0,0315	0,0425	0,0519	0,0615	0,0777	0,0783	0,0790	0,0811	0,0838	0,0856	
Tarifa + CTA - Preços 2015	0,5160	0,5313	0,5445	0,5576	0,5775	0,5775					-100,0%
Tarifas preços correntes (IHPC=2%)	0,5222 €	0,5425 €	0,5643 €	0,5865 €	0,6099 €	0,6148 €	0,6203 €	0,6370 €	0,6580 €	0,6719 €	26,0%
	7,7%	3,9%	4,0%	3,9%	4,0%	0,8%	0,9%	2,7%	3,3%	2,1%	

3.6 Regulação

Na regulação do setor registamos a implementação em 2023, pela ERSAR, da quarta geração de indicadores do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado, aplicados ao processo de avaliação referente ao ano de 2022. Foi publicada nova edição do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, RASARP 2023 (que contempla dados referentes ao ano de 2022). No ano de 2024 decorreu novo processo de prestação de informação ao regulador, relativa à atividade da empresa durante o ano de 2023.





SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA



4 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta no presente capítulo resume os principais resultados alcançados pela Águas de Cascais no ano de 2024, salientando e explicando as principais variações face ao período homólogo do ano anterior.

Nas tabelas seguintes apenas se apresentam os valores mais relevantes, pelo que esta análise deve ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas anexas.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-24	dez-23	Período 2024 vs 2023	
			Dif.	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	26.974.807	24.011.205	2.963.602	12%
Gastos/reversões Deprec. e Amort.	-9.947.883	-9.182.671	-765.212	8%
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)	17.026.924	14.828.534	2.198.391	15%
Juros, dividendos outros Rend. Similares	939.663	781.133	158.530	20%
Gastos e perdas de financiamento	-1.912.422	-3.546.580	1.634.158	-46%
Resultado antes de impostos	16.054.166	12.063.088	3.991.078	33%

O Resultado Antes de Impostos apresenta um desvio de +3.991 m€, face a 2023, essencialmente devido a um aumento do EBITDA, em +2.964 m€, um aumento na rubrica de Juros, dividendos outros Rend. Similares em 158 m€, e uma redução da rubrica de Gastos e perdas de financiamento em -1.634 m€, por contraponto com um aumento nas rubricas de Gastos/reversões Depreciação e Amortização, em -765 m€.

Ajustando o EBITDA do Plano de Investimentos e da Capitalização de Juros, numa perspetiva de avaliação dos fatores relacionados com a atividade operacional da Empresa, observa-se uma evolução positiva de +705 m€, face ao mesmo período de 2023, conforme se pode constatar na tabela seguinte.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-24	dez-23	Período 2024 vs 2023	
			Dif.	%
Rendimentos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX, Obras CMC e Capit. Juros)	67.051.512	61.484.974	5.566.538	9%
Gastos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)	40.076.705	37.473.769	-2.602.936	-7%
EBITDA (Ajustado de PI - Anexo IX e Capit. de Juros)	26.974.807	24.011.205	2.963.602	12%

Verifica-se um crescimento dos Rendimentos do EBITDA, em 5.567 m€, impulsionado pelos maiores proveitos da venda de água e de prestações de serviços, bem como um aumento de Gastos do EBITDA, em 2.603 m€, sendo mais expressivos os maiores gastos com o saneamento em alta, 747 m€, e em trabalhos especializados, 353 m€.

Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, os rendimentos e os gastos mais relevantes do EBITDA.



Valores acumulados em Euros

Descrição	dez-24	dez-23	Período 2024 vs 2023	
			Dif.	%
Vendas e Prestações de Serviços	64.811.614	59.676.113	5.135.501	9%
Vendas	20.299.517	18.833.073	1.466.445	8%
Prestações de serviços	44.512.096	40.843.040	3.669.056	9%
Prestação de serviços - Água	16.626.452	15.212.655	1.413.797	9%
Tarifa de Disponibilidade	15.366.240	14.050.946	1.315.294	9%
Prestação de serviços - Saneamento	27.885.644	25.630.386	2.255.259	9%
Tarifa Variável de Saneamento	17.545.794	16.161.670	1.384.124	9%
Tarifa Fixa de Saneamento	9.441.361	8.622.333	819.029	9%
Subsídios à Exploração	0	0	0	
Trabalhos para a própria entidade	4.514.514	3.764.147	750.367	20%
Capitalização Juros	0	0	0	
Trab.p/Próp.Ent. - AFI Rever.	4.266.356	3.528.523	737.834	21%
Trab.p/Próp.Ent. - AFI Rever. - Act. Interna	248.158	235.625	12.533	5%
Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	11.779.796	11.694.035	-85.761	1%
Mercadorias	11.744.441	11.656.911	-87.530	1%
FSE (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)	21.616.803	19.558.159	-2.058.644	11%
Fornecimentos e serviços externos	25.883.159	23.086.682	-2.796.478	12%
Subcontratos	14.145.165	12.715.196	-1.429.969	11%
Subcontratos - Sanest	9.011.113	8.264.297	-746.817	9%
Subcontratos - Ativos reversíveis AA	2.893.704	2.490.754	-402.950	16%
Subcontratos - Ativos reversíveis AR	1.372.652	1.037.768	-334.884	32%
Serviços especializados	9.090.973	7.984.586	-1.106.387	14%
Trabalhos especializados	4.958.285	4.604.905	-353.380	8%
TE - Assessorias dos Acionistas	3.507.146	3.247.069	-260.077	8%
TE - Assessorias Informáticas	425.727	354.205	-71.522	20%
TE - Pessoal Tec de Enquadramento	214.506	214.506	0	0%
TE - Custos Adm. Faturação e Cobrança	357.637	378.249	20.612	-5%
TE - Pesquisa de Fugas	128.545	124.130	-4.415	4%
TE - Outros (Call Center/Trab Temp./...)	227.420	189.655	-37.765	20%
Comissões (cobrança)	252.075	246.584	-5.491	2%
Conservação e reparação	3.846.053	3.097.083	-748.970	24%
Cons. e Rep. de edifícios	479.892	287.550	-192.342	67%
Cons. e Rep. Equip. de transporte	66.042	55.899	-10.143	18%
Cons. e Rep. de outros equip.	557.082	506.735	-50.347	10%
Cons. e Rep. Rede - AA	1.171.956	1.170.001	-1.955	0%
Cons. e Rep. Rede - ARD	333.371	268.658	-64.714	24%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - AA	643.362	292.383	-350.979	120%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - ARD	594.348	515.857	-78.491	15%
Energia e fluidos	736.059	752.710	16.651	-2%
Combustíveis - Gasóleo	159.514	173.202	13.688	-8%
Combustíveis - Gasolina	10.549	5.963	-4.586	77%
Combustíveis - GNV	12.130	0	-12.130	
Eletricidade - Força Motriz (BTE e MT)	468.302	503.647	35.345	-7%
Eletricidade - BTN	82.414	66.939	-15.475	23%
Serviços diversos	1.681.208	1.505.477	-175.731	12%
Rendas e alugueres	1.044.654	884.837	-159.817	18%
Comunicação	91.846	82.323	-9.523	12%
Seguros	240.024	239.119	-905	0%
Outros serviços	250.786	240.384	-10.402	4%
Outros Serviços - ERSAR - Insp. Aguas	162.659	152.677	-9.982	7%
Comissão Garantia Concedente	82.217	81.993	-225	0%
Gastos com o pessoal	5.801.341	5.373.574	-427.767	8%
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	0	0	0	
Imparidade de dívidas a receber (aumentos/reduções)	-514.601	-626.690	112.088	-18%
Provisões (perdas/reversões)	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	1.991.332	1.571.952	2.212.637	27%



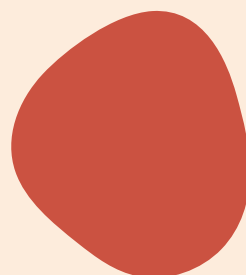
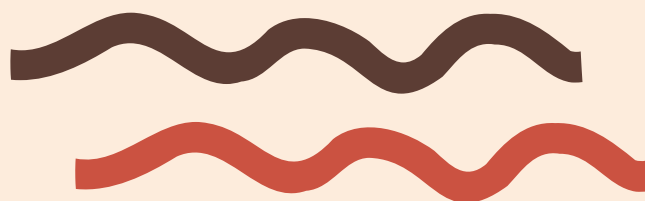
Descrição	dez-24	dez-23	Período 2024 vs 2023	
			Dif.	%
Outros Gastos e perdas	363.269	221.305	-141.964	64%

Relativamente aos rendimentos e gastos mais relevantes do EBITDA apresentados na tabela anterior, constata-se, face a 2023, um aumento de 9% nos rendimentos das Vendas e Prestações de Serviços, resultado de crescimento de 8% nas Vendas, associado a um maior volume de água faturada, e um crescimento de 9% nos rendimentos de Prestações de Serviços.

Verifica-se também em 2024, face a 2023, uma ligeira redução dos custos com energia e fluidos (-2%), resultado de um crescimento dos custos com gasolina (77%) e a introdução de um novo combustível (GNV), e uma redução dos custos com gasóleo (-8%), na sequência da substituição de parte da frota de viaturas ligeiras a gasóleo por veículos híbridos, e uma redução dos custos com eletricidade BTE e MT (-7%) e um aumento de custos com eletricidade BTN (23%). Regista-se igualmente um aumento dos Gastos com Pessoal (8%) face a 2023.

Nas rubricas de Trabalhos para a Própria Entidade e Subcontratos – Ativos Reversíveis, bem como de Investimento de Substituição em AA e ARD, relacionadas com o Plano de Investimentos, a variação face ao ano anterior está relacionada com a execução do planeamento anual de investimentos aprovado pelo Concedente, como melhor se detalhará em capítulo específico.





ATIVIDADE
DESENVOLVIDA



5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA

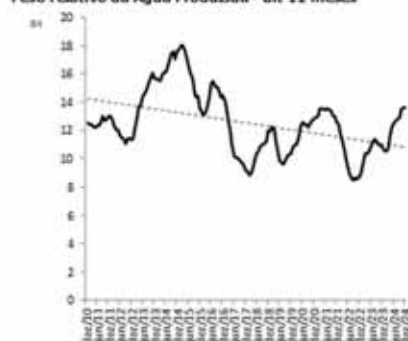
5.1 Abastecimento de Água

5.1.1 Adução

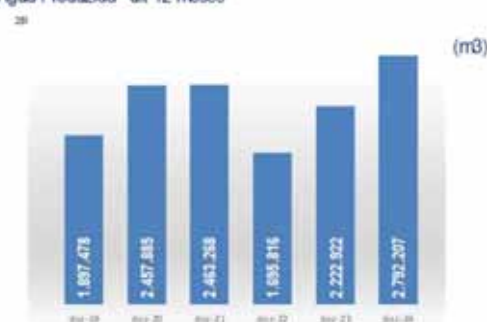
A água entrada no sistema de abastecimento tem três origens: captações próprias, ou seja, água captada no Concelho (cerca de 13,6%), água adquirida à EPAL (cerca de 86,1%) e água adquirida aos SMAS de Sintra (cerca de 0,3%). As origens no Concelho de Cascais, são provenientes das galerias de minas na Malveira da Serra, Vale de Cavalos e Pisão, dos furos das Cardosas, do Pisão, da Atrozela, de Pau Gordo, da Quinta da Marinha, do Cobre e de Murches, e da albufeira do Rio da Mula. A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com entrada pelo Bairro da Mina.

Em 2024 verificou-se um aumento do peso da água produzida face à água entrada no sistema, quando comparado com o ano de 2023, o que traduziu uma redução de cerca de 2,7%, da dependência da EPAL. As origens da Empresa apresentam significativa sensibilidade às condições climáticas, com destaque, naturalmente, para a pluviosidade, e que se reflete nas variações anuais de produção. Por outro lado, a reduzida variação face a anos de pluviosidade semelhante, indicia que o sistema de captação está no seu limite de capacidade de exploração. Nos gráficos a seguir apresenta-se a evolução da água produzida e do seu peso relativo na água entrada no sistema.

Peso relativo da Água Produzida - últ 12 meses

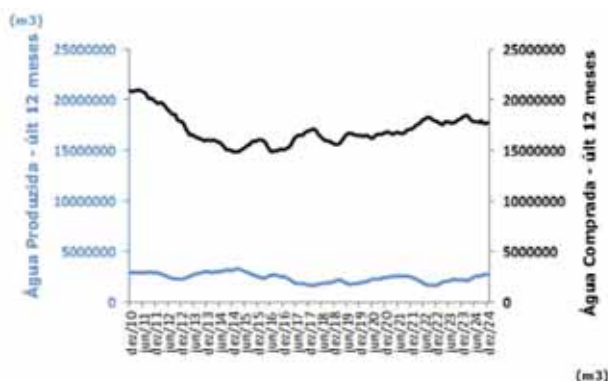


Água Produzida - últ 12 meses



Apesar de, em 2010, se ter reduzido o objetivo de volume de água de produção própria, de cerca de 6 Mm³, para 3,3 Mm³ por ano, apenas por uma vez, em 2014, foi possível atingir um valor próximo desse valor mais conservador.

Em 2024 verificou-se um aumento de cerca de 25,6% da água produzida, face a período homólogo de 2023, o que corresponde a mais cerca de 569.285 m³. As captações da Atrozela, do Rio da Mula e do Pisão, são aquelas que mais contribuem para o indicador da água produzida, sendo também aquelas cujas origens são mais diretamente influenciadas pela precipitação. Verificou-se ainda uma diminuição da água comprada, conforme se pode observar nos gráficos seguintes.



Água Comprada - Acum. Ano



5.1.2 Distribuição

A rede de distribuição de água serve todo o Concelho e tem uma extensão de cerca de 1.428 km. Para fazer chegar a água às cotas mais elevadas existem 24 estações elevatórias ou sobreprensoras, onde estão instalados 70 grupos eletrobomba. O Sistema é ainda constituído por cerca de 56 km de condutas adutoras.

Distribuição	
Comprimento (não inclui condutas adutoras) *	1.428 Km
Principais materiais:	
Polietileno	58%
Fibrocimento	37%
Outros	5%
Dispositivos de manobra:	
Válvulas de Seccionamento	11.958
Válvulas de Descarga	4.811
Ventosas	515
Estações Elevatórias	24
Grupos (em serviço incluindo grupos de reserva)	70

* O valor difere do reportado à ERSAR, uma vez que considera as condutas adutoras cadastradas e o total de troços de tubagem em funcionamento.

5.1.3 Controlo Operacional

5.1.3.1 Monitorização

No que se refere ao controlo operacional da adução e da distribuição da água, realiza-se a monitorização permanente dos caudais em toda a rede e da pressão e nível nos reservatórios, quer através do sistema de telegestão, quer recorrendo às 58 Zonas de Medição e Controlo (ZMC) já instaladas.

Com base nesta informação são detetados, de forma relativamente precoce, desvios da normalidade como, por exemplo, variações do caudal mínimo noturno, que são investigados, analisados e corrigidos pelas equipas operacionais no terreno ou através de manobras levadas a efeito por via da telegestão.

O planeamento do trabalho das equipas de pesquisa de fugas continuou a utilizar a ferramenta existente e que centraliza, numa mesma base, os dados de Caudais Médios Diários (CMD) e Caudais Mínimos Noturnos (CMN) dos vários pontos de medição de caudal do sistema, independentemente da origem: telegestão ou ZMC. Para além da análise técnica diária dos caudais, a criação automática de eventos auxilia a observação e análise pelas equipas de piquete, não só durante a noite, mas também durante o fim de semana, sempre que são registados valores de caudais estatisticamente anormais.

O controlo de perdas de água nos reservatórios continuou a ser realizado pelo cálculo da diferença entre a água aduzida e a distribuída, em cada um dos reservatórios, mantendo-se o princípio geral já enunciado. O princípio geral é que se o resultado daquela diferença for positivo, teremos aumentado a reserva enquanto, se for negativo, podemos estar perante uma redução da reserva ou uma perda de água. A análise é efetuada considerando o nível do reservatório e os volumes de água aduzido e distribuído.

Em 2024, deu-se continuidade ao trabalho das equipas de Detecção de Fugas, tendo sido inspecionados 4.717 km de rede de distribuição de água e detetadas 627 anomalias, conforme se mostra na figura seguinte.

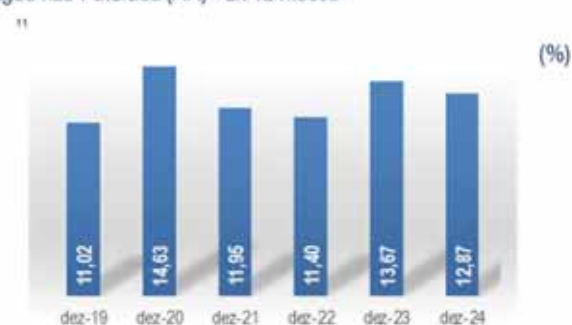
Pesquisa de Fugas - Total de anomalias detetadas (AA) - últ 12 meses



5.1.3.2 Água Não Faturada

A abordagem adotada pela Águas de Cascais tem permitido uma redução da água não faturada, mantendo-se esta tendência desde 2011. No ano de 2024 verificou-se uma redução no indicador água não faturada, face a 2023, valor que continua a manter-se abaixo dos 20%, máximo recomendado pela ERSAR como bom desempenho.

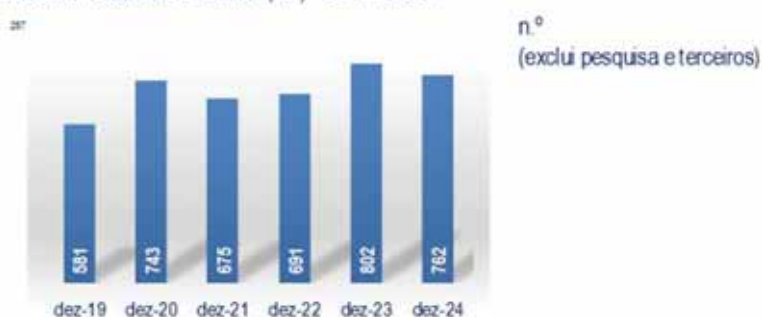
Água não Faturada (AA) - últ 12 meses



5.1.3.3 Continuidade do fornecimento

A continuidade do fornecimento mantém-se como uma área estratégica para a Empresa, tendo-se prosseguido com um conjunto de ações que visam diminuir as interrupções do fornecimento por roturas na rede de água. No ano de 2024 verificou-se uma redução do número de avarias em condutas e ramais, face a 2023, conforme se mostra no gráfico seguinte.

Avarias em Condutas e Ramais (AA) - últ 12 meses



Registou-se uma ligeira redução do tempo médio para fecho da água e uma redução do tempo médio da interrupção do abastecimento, face aos valores verificados em 2023.



Designação	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Média de Tempo para fecho (min)	00:43:04	00:44:32	00:49:59	00:52:25	01:00:24	00:59:15
Média de Tempo Interrupção (hh:mm:ss)	3:59:32	4:05:49	4:00:30	3:56:33	4:52:41	4:00:03

Varição 2019/2020 (min)	Varição 2020/2021 (min)	Varição 2021/2022 (min)	Varição 2022/2023 (min)	Varição 2023/2024 (min)
1	5	3	8	-1
6	-5	-5	57	-52

* Exclui intervenções programadas.

** Apenas inclui aquelas em que o fecho não é imediato.

5.1.4 Controlo de Qualidade

A monitorização da qualidade da água ao longo da rede e a operação das estações de cloragem funcionam, de forma integrada, englobadas na telegestão. Para além do controlo referido, é realizado um controlo analítico da qualidade da água nas várias fases do processo, desde a origem (captação ou água comprada) até à torneira do consumidor. O referido controlo analítico é realizado de acordo com o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), nos termos da legislação em vigor, e com o Programa de Controlo Operacional, que abrange as captações e reservatórios do sistema de adução e distribuição.

Com o objetivo de monitorizar os sistemas de tratamento em funcionamento e assegurar a qualidade da água distribuída, o Laboratório da Águas de Cascais (acreditado pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação, desde 1998, segundo a norma NP EN ISO/IEC 10725:2018) realizou no ano de 2024 as seguintes análises decorrentes do Plano de Controlo Operacional:

Captações	Captações da Quinta da Marinha	Reservatórios
4.438	3.792	9.271

Além das análises referidas, o Laboratório realizou 833 análises complementares de controlo interno (não previstas nos planos de controlo) e de colaboração com outros setores (pesquisa de furos e deteção de fugas). O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela ERSAR, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, está a ser cumprido na íntegra, tendo o Laboratório da Águas de Cascais colhido 570 amostras diretamente na torneira do consumidor.



Nessas amostras realizaram-se 5.415 análises, das quais 100% estavam conformes com os requisitos de qualidade da água definidos na legislação em vigor. Todas as origens de água própria são monitorizadas com base num plano de controlo operacional que inclui a determinação analítica dos parâmetros definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito da autorização de utilização dos recursos hídricos, e a determinação analítica de parâmetros definidos internamente, de modo a garantir a avaliação do sistema de abastecimento nas fases de captação, tratamento e armazenamento. A AdC continua assim muito bem posicionada quando analisamos o indicador da ERSAR relativo à água segura.

5.2 Recolha e Drenagem de Águas Residuais Domésticas

5.2.1 Descrição do Sistema

O sistema de drenagem de águas residuais no Concelho de Cascais é separativo, sendo a rede doméstica constituída por um conjunto de coletores gravíticos com uma extensão de cerca de 786 km. Estes coletores asseguram a drenagem dos efluentes, desde os ramais domiciliários até à rede em alta, sob gestão da Águas do Tejo Atlântico, constituída nomeadamente pelos emissários localizados ao longo das ribeiras, o intercetor geral e a estação de tratamento de águas residuais da Guia.

As zonas que não podem ser drenadas graviticamente são servidas por 22 estações elevatórias de águas residuais (EEARD), que elevam as águas residuais para locais predefinidos. Na tabela seguinte apresentam-se as principais características do sistema.

Drenagem	
Comprimento	786 km
Câmaras de Visita	29.069
Diâmetro	≥ 200 mm
Material Predominante	PVC
	Grés
Estações Elevatórias	22
Condutas Elevatórias	18 km

5.2.2 Controlo Operacional

O plano de manutenção preventiva implementado (redes e EEARD) tem permitido um bom desempenho, quer no que se refere à redução dos colapsos estruturais de coletores, quer no que se refere a inundações. Em 2024 registou-se um ligeiro aumento (8%) face a período homólogo de 2023.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Ocorrência de inundações (AR) - últ 12 meses	n.º/prop. /100 km de coletor/ano	0,64	1,02	1,75	1,90	1,40	1,53	0,13	9%
Ocorrência de Inundações (AR) - últ 12 meses	n.º/(1000 ramais/ano)	0,15	0,23	0,41	0,48	0,32	0,35	0,02	8%

Analisando as figuras seguintes é possível observar a diferença entre o volume de água faturada aos clientes com serviço de recolha de águas residuais e o volume de água residual exportada para a AdTA. Comparando os últimos 12 meses com o período homólogo anterior, verificou-se um aumento do volume de água exportada. Verifica-se um crescimento da água residual faturada, face a 2023. Em relação à água residual exportada, o aumento poderá estar relacionado com o acréscimo da precipitação total ocorrida no período em análise face ao ano anterior.

Água Residual Exportada (AR) - últ 12 meses



Nível de atividade AR - últ 12 meses



Face à dificuldade de obter dados fiáveis e coerentes dos caudalímetros do sistema gerido pela AdTA, desde agosto de 2017, apenas tem sido possível estimar os volumes totais e a quota dos custos totais suportada por Cascais.

A manutenção da tendência descendente do peso relativo dos volumes entregues à AdTA resulta dos esforços e dos resultados das ações de eliminação de infiltrações que se tem levado a cabo. No entanto, fatores exógenos à AdC, como a precipitação e o local e a época do ano em que esta ocorre, poderão influenciar a variação do peso em questão. Estes fatores assumem uma maior relevância em Cascais, devido ao facto de durante a época balnear, que em Cascais pode manter-se por aproximadamente 6 meses, serem instaladas comportas e açudes de forma a evitar que o caudal das ribeiras e linhas de água chegue às zonas balneares, pelo que um aumento significativo do caudal destas linhas de água (com precipitação nessa época) poderá ter um impacto significativo no volume exportado para o sistema em alta.

Considera-se também que havendo, ainda, um menor esforço em eliminação de infiltrações por parte dos restantes municípios utilizadores do sistema em alta da AdTA o peso de Cascais aumenta, naturalmente, em anos mais secos (anos com maior precipitação como o que temos observado afetam mais os municípios que apresentem uma maior taxa de infiltrações).

Com base no acima referido, foi considerado estratégico a persistência de esforços no sentido diminuir as infiltrações (Inflow & Infiltration) no sistema de águas residuais domésticas. No ano de 2024 deu-se sequência à pesquisa de infiltrações com uma máquina geradora de fumos e através de vistorias prediais, aproveitando a estrutura e procedimentos já implementados no projeto Poluição Zero, para os casos em que se venha a verificar que as infiltrações têm origem em redes prediais.

Com este projeto pretende-se continuar a diminuir a quota da AdC nos custos da AdTA, uma vez que não existe qualquer influência da nossa parte que permita promover ou induzir uma redução dos custos daquela entidade os quais, no modelo de “cost plus” que adota, são totalmente transferidos para os municípios que abrange.

Neste período, as pesquisas de ligações indevidas de águas pluviais incidiram especialmente na bacia dos Mochos e da Parede, onde foram pesquisados cerca de 5 km de rede de águas residuais domésticas, em cada uma das bacias.

Em termos globais foram identificadas 174 ligações indevidas, através de pesquisa com máquina de fumos e vistorias prediais.

5.2.3 Projeto Poluição Zero

A Águas de Cascais desenvolveu e implementou um procedimento para deteção de anomalias nas redes, cujas ações passam por inspeções às redes de águas residuais domésticas e pluviais, a montante das descargas indevidas.

No caso de ser detetada uma anomalia, é realizada uma vistoria às redes prediais, sendo notificado o proprietário para a sua resolução e estabelecendo um prazo para tal. Findo este prazo, procede-se à vistoria final para verificação dos trabalhos corretivos efetuados pelo cliente, dando-se por concluído este processo.

No âmbito deste projeto, foram já tratados 5.158 processos, dos quais cerca de 32% foram identificados nos últimos seis anos. Por implicarem, muitas vezes, obras em redes prediais, estes processos têm um prazo longo até ao seu encerramento. No entanto, apenas 390 processos ainda não foram ainda encerrados.

Data de Encerramento (31-Abril)	Data de Abertura																			Total Geral
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
2006	1	1	2	4	4	8	19	21	27	39	21	19	13	14	38	9	21	33	96	390
2007		2																		2
2008	1	18	57																	86
2009	1	8	42	57																108
2010	2	2	15	33	78		1													131
2011	2		9	16	22	88														137
2012		1	2	2	6	49	277													337
2013		6	3	3	1	23	151	168												355
2014	1		5			12	21	108	300											447
2015			2		7	6	13	26	174	356										584
2016				2	2	4	7	3	31	150	168									367
2017		2				1	2	4	9	19	115	184								336
2018	1	1	2			1	7	2	4	7	14	71	106							216
2019			3			1	3				7	13	64	156						247
2020							1			1	4	6	3	75	103					194
2021							1	1		9	4	3	6	20	97	85				226
2022			3		2	1	3	1	3	3	5	2	10	10	80	43	155			321
2023			3			2	6	5	8	6	3	4	3	6	67	10	52	149		324
2024				1			2	2	3	6	2		2	5	21	7	5	83	205	345
Total Geral	9	41	158	118	122	197	514	341	559	596	343	302	287	287	407	154	233	265	305	5.158

Durante o ano de 2024 verificou-se um número significativo de anomalias identificadas e tratadas no âmbito do projeto poluição zero, sendo de destacar os processos relativos a ligações indevidas de Águas Pluviais no sistema de Águas Residuais Domésticas. Tal como anteriormente referido, a Empresa encontra-se a implementar um programa para a redução de águas pluviais/águas de infiltração na rede de águas residuais domésticas, de forma a minimizar a entrada de caudais indevidos no sistema, nomeadamente em períodos de forte pluviosidade, e a prevenir a ocorrência de inundações, acidentes de viação e outros problemas ambientais.

	Data de Abertura																			Total Geral
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
AP em ARD		5	27	19	13	60	356	268	483	491	283	239	166	222	256	15	58	102	163	3.226
N/A	1	2	34	19	35	69	91	35	54	54	33	36	18	17	87	93	68	113	107	966
ARD	3	13	17	29	12	29	13	17	11	31	18	22	16	38	48	33	102	35	30	517
ARD em AP	5	21	78	50	58	36	54	20	11	20	9	5	7	9	15	10	2	15	5	430
AP			2	1	4	3		1						1	1	3	2			18
Total Geral	9	41	158	118	122	197	514	341	559	596	343	302	287	287	407	154	233	265	305	5.158

As inspeções com recurso a equipamento gerador de fumos têm demonstrado ser um método eficaz na deteção de deficiências estruturais, assim como de ligações indevidas na rede de águas residuais domésticas. Este equipamento permite a introdução de fumo nos coletores de ARD, sendo possível identificar, à medida que o fumo percorre o troço de coletor, as origens de infiltração, já que o fumo irá sair através desses orifícios, quer estes se encontrem na via pública (sumidouros, sarjetas, outras ligações indevidas), quer se encontrem nas redes prediais (ligações indevidas como algerozes, sumidouros, etc.).

A melhoria de desempenho nesta área é bem patente na tabela seguinte:

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Infiltrações redes prediais não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	2.784	2.956	3.027	3.153	3.271	3.445	174	5%
Infiltrações em redes prediais detetadas por extensão de pesquisa (AR) - últ 12 meses	n.º/km	13	11	5	4	4	10	5	120%
Infiltrações na rede pública não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	88	92	94	94	94	94	0	0%

Em 2024 foram pesquisados cerca de 18 km de rede, tendo sido identificadas 174 infiltrações, correspondendo a 10 infiltrações detetadas por km de rede pesquisada. As pesquisas tiveram grande incidência na união de freguesias de Cascais e Estoril, tendo sido realizadas pesquisas com máquina geradora de fumo e com recurso a vistorias prediais.





Infiltração detetada na rede predial

Ruas Pesquisadas (m)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ALCABIDECE	3.503	50			2.140	500	17.448	19.126	1.650
CARCAELOS					1.820	5.400	4.840	1.200	800
CASCAIS	100		400	500	5.680	1.800	650	1.800	6.100
ESTORIL	7.027	7.194	550	700	1.050	850	250	2.137	2.000
PEREIRA	28.064		100	700	100	350	100	660	5.830
S. DOMINGOS RANA	13.159	19.837	13.881	15.850	11.600	5.623	10.781	1.810	1.600
Total (km)	46,4	30,6	15,0	17,8	22,2	14,3	33,9	26,5	17,8
Infiltrações/km	7,2	9,1	12,1	12,9	8,6	5,1	3,7	4,4	9,8
Infiltrações Detetadas (#)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ALCABIDECE	1	28	1		25	3	2	22	9
CARCAELOS	28				41	47	35	19	2
CASCAIS	20	15	8	4	11	8	3	28	62
ESTORIL	63	112	2	4	7	4	1	27	14
PEREIRA	181	2	1	3	2	2	1	2	77
S. DOMINGOS RANA	43	122	170	218	105	9	83	20	10
Total	336	279	182	229	191	73	125	118	174

Até ao final de 2024, considerando valores acumulados, foram detetadas 3.539 infiltrações, das quais foram já eliminadas 3.001 em redes prediais, e 25 em redes públicas, estando pesquisada cerca de 65% de toda a rede de drenagem de águas residuais domésticas do concelho.

5.3 Equipamentos e Infraestruturas

5.3.1 Infraestruturas da rede de água e de águas residuais

Em 2024 foram executados 671 ramais de água, 146 ramais de águas residuais domésticas e 184 ramais de águas pluviais. Foram reparados e substituídos 176 ramais de água e 20 ramais de águas residuais domésticas e pluviais, tendo sido ainda efetuadas 51 intervenções de manutenção corretiva em coletores.

Verificou-se um aumento do número de serviços de reparação de marcos de incêndio (600%) e de reparação de torneiras da rede geral (250%), relativamente a 2023. No entanto, registou-se uma diminuição de tamponamento de ramal (-25%), de reparação de roturas em ramais (-21%) e de substituição de marcos de incêndio (-58%). No que diz respeito a trabalhos junto à propriedade do cliente, verificou-se um aumento dos serviços de selagem do contador (119%), de retirar contador (347%) e corrigir posição de contador (119%). A redução mais significativa em trabalhos de manutenção ocorreu em trabalhos de destamponamento de olho de boi (-51%) e de destamponamento de BI (-43%).

Em 2024 verificou-se uma diminuição do número total de avarias em condutas (5%). Esta diminuição teve impacto no decréscimo das falhas de abastecimento superiores a 6 horas, registando-se mesmo uma significativa melhoria deste indicador face a 2023. Na sequência das intervenções efetuadas, foram repostos pavimentos, de acordo com as exigências do REGIS, num total de 7.262 m², dos quais 2.433 m² de pavimento betuminoso e 4.829 m² em calçada.

No decorrer do ano de 2024, destaca-se ainda a realização dos seguintes trabalhos de manutenção do sistema de AA:

- Realização de Benfeitorias em diversos reservatórios: Malveira (reparação da vedação e da cobertura); Moinhos de Rana (Pintura exterior, reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras); Outeiro de Polima (reparação e impermeabilização do interior das células e cobertura); Pampilheira (Reparação da cobertura); Cardosas (Pintura exterior, reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras); Cobre (Reparação e impermeabilização do interior das células e câmaras de manobras); Parede Novo (Reparação de muro); São Domingos de Rana (Reparação de muro);
- Reparação da vedação do recinto do furo PS2 do Reservatório das Cardosas;
- Reparação do portão do recinto do furo PS1 do Reservatório das Cardosas;
- Reparação da vedação do recinto da EEAA da Atrozela;
- Reparação da vedação do Reservatório da Quinta da Marinha;

- Substituição dos portões do reservatório de Moinhos de Rana;
- Colocação de corrimões na cobertura do Reservatório da Pampilheira;
- Reparação da vedação no Reservatório do Monte Estoril;
- Reparação da bomba doseadora de cloro do Reservatório da Malveira da Serra;
- Reparação do analisador de cloro e pH do reservatório de Murches;
- Aquisição de uma Balança Analítica para a Área Técnica da Físico-química;
- Execução de benfeitorias no Laboratório (Beneficiação/Reparação do muro exterior do Laboratório; Limpeza e impermeabilização do algeroz; Reparação da parede da sala de absorção atómica);
- Substituição do Blower do sistema de lavagem dos filtros da ETA do Rio da Mula;
- Substituição do caudalímetro de bombagem da Captação de Atrozela;
- Reparação e substituição da bomba de amostragem do turbidímetro do furo JK4 da Captação da Atrozela;
- Substituição da fonte de alimentação do caudalímetro da bombagem da Captação da Atrozela;
- Beneficiação do G.E.2 do reservatório de Outeiro de Polima;
- Aquisição e montagem de analisador de dióxido de cloro na ETA do Rio da Mula;
- Substituição de válvula de cunha da aspiração do G.E.1 da Captação da ETA do Rio da Mula;
- Substituição do caudalímetro de adução da EPAL no reservatório de Moinhos de Rana por um de maior diâmetro;
- Substituição do kit de manutenção da bomba doseadora de cloro do reservatório do Pisão;
- Substituição da bomba de amostragem do turbidímetro das minas do reservatório do Pisão;
- Substituição dos elétrodos e cabo do analisador de cloro do reservatório de Murches;
- Substituição da válvula de pé e colocação de kit de manutenção das bombas doseadoras do reservatório de Murches e do Cobre;
- Substituição da bomba de amostragem da distribuição do reservatório de Murches;
- Substituição da carta do autómato do Booster do Goulão;
- Substituição das três válvulas de retenção do PER da Adroana;
- Reparação do caudalímetro do PER de Matos Cheirinhos;
- Substituição de kit de manutenção da bomba doseadora do reservatório da Malveira da Serra e de Janes;
- Substituição da electroválvula de modo hidráulico da válvula Flucon do reservatório de Caparide;
- Reparação do caudalímetro das minas do reservatório de Vale Cavalos;
- Reparação da bomba de amostragem de retorno do reservatório de Janes;
- Substituição do analisador de cloro do reservatório da Pampilheira;
- Substituição do reservatório de balão do hidropressor da água de serviço do reservatório da Abuxarda;
- Aquisição de analisador de condutividade para o reservatório de Alcoitão;
- Substituição do analisador de cloro do reservatório de Alcoitão;
- Aquisição de grupo eletrobomba e variador de velocidade para o furo PS2 do Reservatório das Cardosas;
- Reparação do turbidímetro do furo PS1 do reservatório das Cardosas;
- Colocação de antena de rádio para comunicações no furo PS1 do reservatório das Cardosas;
- Substituição da tubagem de ligação da compressão ao reservatório balão do PER da Adroana;
- Fixação da base dos grupos do PER de Trajouce;
- Reparação da base da bomba do G.E.1 do reservatório de Pau Gordo;
- Substituição do contactor do quadro elétrico do booster de Pau Gordo;
- Integração da válvula Flucon do reservatório do Goulão na telegestão;
- Alteração do sistema de ventilação da sala de bombagem da EEAA da Atrozela;
- Instalação de um terceiro grupo de bombagem no reservatório do Goulão para Alcoitão;
- Instalação de boia de nível no reservatório de Outeiro de Polima e no Booster da Quinta da Marinha;
- Reparação da bomba de amostragem da distribuição do reservatório de Murches;
- Substituição do indicador local do transmissor de nível da célula 3 do reservatório de Murches;



- Substituição das boias de nível baixo da célula 1 e 3 do reservatório de Murches;
- Reparação da bomba de amostragem do reservatório do Cobre;
- Reparação do sistema de ferra dos grupos do reservatório do Monte Estoril;
- Reparação da válvula Flucon com a substituição de acessórios de Rilsan nos reservatórios do Monte Estoril, da Pampilheira e do PER de Cabeço de Mouro;
- Substituição da válvula de Retenção da compressão do G.E.2 do Booster do Goulão;
- Substituição do caudalímetro de Caparide para São Domingos de Rana;
- Reparação do transmissor de nível da célula 2 do reservatório do Alto Estoril;
- Substituição da ponte salina do medidor de pH do reservatório de Vale Cavalos;
- Substituição da electroválvula de pilotagem da válvula Flucon do reservatório do Parede Novo;
- Reparação da electroválvula de pilotagem da válvula Flucon do reservatório da Quinta da Marinha;
- Substituição da tubagem da bomba de amostragem do reservatório de Alcoitão;
- Substituição do transmissor de nível da célula do reservatório das Cardosas;
- Substituição do ventilador do quadro elétrico do furo PS2 do reservatório das Cardosas.
- Substituição do analisador de cloro do reservatório do Pisão;
- Reparação dos fins-de-curso da válvula Flucon do reservatório de Outeiro de Polima;
- Substituição do teclado do turbidímetro da água bruta da ETA do Rio da Mula;
- Substituição das electroválvulas e do fim-de-curso da válvula Flucon do reservatório de Caparide;
- Substituição da cabeça da bomba doseadora de cloro do reservatório das Cardosas;
- Substituição do variador de velocidade do G.E.1 do Booster de Porto Covo;
- Substituição do dissecante do turbidímetro das minas 2 do reservatório da Malveira da Serra;
- Continuação de diversos trabalhos de serralharia, no âmbito da manutenção e conservação das instalações;

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de AA.



EEAA da Atrozela – Substituição do caudalímetro



ETA do Rio da Mula – Fixação de conduta



Booster de Caparide – Arte urbana



Reservatório Moinhos de Rana – Caudalímetro



PER da Adroana – Válvulas de retenção



Estoril - Av. D. Nuno Álvares Pereira – Caixa da VRP



EEAA do Pisão – Verificação Desferra do GE2



Reservatório da Abuxarda – Substituição do reservatório hidropneumático



Reservatório de Moinhos de Rana – Beneficiação da Câmara de Manobras



Reservatório de Moinhos de Rana - Beneficiação e Impermeabilização das Células



Reservatório de Moinhos de Rana – Beneficiação do Exterior



Reservatório de Outeiro de Polima Células



Reservatório de Outeiro de Polima do Interior



Reservatório de Outeiro de Polima – Cobertura





Reservatório da Pampilheira



Reservatório da Quinta da Marinha



Reservatório do Cobre – Beneficiação das Células Retangulares



Reservatório das Cardosas – Beneficiação do Exterior



Reservatório das Cardosas – Beneficiação e Impermeabilização das Células



Reservatório do Goulão – Instalação do G.E.3



Reservatório da Abuxarda – Manutenção Preventiva



Reservatório de Murches – Ensaio do Diferencial



Reservatório de Outeiro de Polima – Medição de Vibrações



Reservatório Parede Novo – Pintura das Parede Exteriores



Reservatório da Malveira da Serra – Beneficiação da Cobertura



EEAA da Atrozela – Beneficiação da Vedação



Reservatório Parede Novo – Reparação do Muro Exterior



Laboratório – Aquisição de Máquina de lavar material afeta à área da Físico-química



Laboratório – Aquisição de Balança Analítica para a Área da Físico-química



Laboratório – Beneficiação do Muro e Vedação



Laboratório – Aquisição e instalação de equipamento de ar condicionado no Gabinete do Responsável



Minas de Vale de Cavalos – Remodelação de Condutas



Minas e Caixas – Limpeza e Desmatção



EEAA da Atrozela - Alteração do sistema de ventilação da sala de bombagem



Reservatório de Pau Gordo – Auditoria Energética



O reservatório elevado de Matos Cheirinhos, localizado na freguesia de São Domingos de Rana, na Rua da Bela Vista, é uma infraestrutura construída há várias décadas, e que desempenhou um importante papel no abastecimento de água nas localidades próximas. Contudo, com o passar dos anos, e devido a avanços tecnológicos, sua funcionalidade foi suplantada por outras infraestruturas mais eficientes. O reservatório tornou-se assim desnecessário ao funcionamento do sistema de abastecimento, abrindo campo para outras utilizações do espaço mais benéficas para a comunidade.



Nestas condições, a CM Cascais instruiu a Águas de Cascais no sentido de proceder à demolição do reservatório e tratamento e enquadramento paisagístico do espaço, tendo em vista a sua devolução ao Município para usufruto da população.



A obra de demolição teve início ainda em 2024, perspetivando-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2025, seguindo-se a obra de requalificação paisagística do espaço.

No que se refere ao sistema de drenagem de águas residuais, manteve-se o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva, tendo sido efetuadas 127 ações de manutenção preventiva, em locais críticos, num total de cerca de 13.500 m de coletores de águas residuais domésticos intervencionados. Foram ainda efetuadas 251 substituições de tampas de caixas de visita e 143 desobstruções de coletores.

Foram realizadas diversas intervenções de manutenção corretiva em coletores de águas residuais domésticas, sendo de destacar pela sua dimensão as realizadas em:

- Rua da Bela Vista (Quinta da Bela Vista), Sassoeiros;
- Rua Furriel João Vieira, Cascais;
- Av. Argentina (Parque Palmela), Cascais;
- Av. Ana Rita Abreu Pereira, junto ao Lavadouro, Bicesse;
- Av. N.ª Sr.ª do Cabo, junto ETAR Guia, Cascais;
- TRATOLIXO, Trajouce;
- Rua das Perdizes, Quinta da Bicuda;
- Rua Gil Vicente, Bairro das Coveiras, Tires;
- Rua Júlio Dinis, Pampilheira;
- Rua Professor Dias Valente, Estoril;
- Estrada da Torre, Torre.

Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos de manutenção do sistema de ARD, realizados em 2024:

- Realização de benfeitorias na EEAR da Areia (impermeabilização da cobertura do edifício e substituição de gradil);
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E.1 da EEAR da Malveira da Serra;
- Realização de benfeitorias na EEAR da Charneca (beneficiação tampa e corrimãos);
- Beneficiação da válvula de retenção do grupo eletrobomba G.E.1 da EEAR da Quinta da Marinha;
- Ensaio e substituição do diferencial do gerador da EEAR da Conceição;
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E.1 da EEAR de Almoinhas Velhas;
- Beneficiação da vedação e portão da EEAR do Zambuieiro;
- Substituição da Membrana e aplicação de proteção respetiva - RAC da EEAR de Santa Marta;

- Beneficiação do portão da EEAR da Areia;
- Revamping da EEAR da Conceição e da EEAR de S. João do Estoril (instalação sistema DIP).
- Substituição do RAC da EEAR da Malveira da Serra;
- Substituição do grupo eletrobomba G.E.2 da EEAR da Malveira da Serra;
- Substituição das volutas dos grupos eletrobomba G.E.1 e G.E.2 da EEAR da Charneca;
- Substituição das boias do poço de bombagem da EEAR da Charneca;
- Reparação da bateria de condensadores da EEAR da Malveira da Serra;
- Desentupimento do G.E.1 da EEAR das Almoinhas Velhas;
- Realização de auditorias energéticas a algumas EEAR;
- Beneficiação da válvula de retenção do G.E.1 da EEAR da Duquesa;
- Beneficiação da válvula de retenção do grupo eletrobomba G.E.2 da EEAR da Conceição;
- Limpeza dos poços das estações elevatórias.

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de ARD.



EEAR de S. João do Estoril – Arte Urbana



EEAR da Areia – Beneficiação da cobertura



EEAR da Areia – Beneficiação do Portão



Cascais – Av. Nª Srª Cabo junto ETAR Guia



Quinta da Bicuda – Rua das Perdizes



EEAR da Duquesa – Ensaio em carga



Pampilheira – Rua Júlio Dinis



Estoril - Rua Professor Dias Valente



EEAR da Areia – Substituição de Gradil





EEAR da Charneca – Beneficiação de tampa



EEAR da Charneca – Substituição do RAC



EEAR da Charneca – Substituição da Voluta do G.E.2



EEAR da Crismina – Substituição do Empanque



EEAR da Conceição – Instalação de Sistema DIP



EEAR da Malveira – Substituição do G.E.1

5.3.2 Rede de Águas Pluviais

No segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi incluído, no âmbito da responsabilidade da empresa, um programa de manutenção do sistema de águas pluviais (Anexo XI, ponto 2.5), que engloba um conjunto de quantidades de trabalhos anuais predefinidas, cuja execução se apresenta na tabela seguinte:

Designação	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total Geral
Limpeza e desobstrução de coletores (km)	28,471	29,119	28,367	28,660	29,861	31,076	31,208	30,124	415,244
Inspeção de vídeo (km)	8,756	5,625	8,095	6,561	2,970	1,614		2,766	76,414
Levantamento de CV - Cadastro (Un.)	257	151	159	202	163	108	239	357	16.712
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal (Un.)	120	145	161	285	33	61	310	120	2.032
Limpeza e desobstrução de ramais (Un.)	120	123	120	120	29	58	189	56	1.705
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza) (Un.)	3	20	22	2	11	3	4	14	370
Reparação/renovação/substituição de ramais (Un.)		1		5	4	1			42
Substituição de tampas das câmaras de visita (Un.)	91	65	59	77	93	71	80	91	1.359

Nos termos do Contrato de Concessão, encontram-se previstas as seguintes equivalências aos trabalhos realizados.

	Levantamento de CV - Cadastro	Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal	Limpeza e desobstrução de ramais	Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)	Reparação/renovação/substituição de ramais	Substituição de tampas das câmaras de visita	Inspeção de vídeo	Limpeza e desobstrução de coletores
	Un.	Un.	Un.	Un.	Un.	Un.	km	km
Inspeção de vídeo								
km								
Soma de Qtd Anexo XI							2,766	
Soma de Qtd Equiv.							2,766	
Levantamento de CV - Cadastro								
Soma de Qtd Anexo XI	357							

	Levantamento de CV - Cadastro	Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal	Limpeza e desobstrução de ramais	Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)	Reparação/renovação/substituição de ramais	Substituição de tampas das câmaras de visita	Inspeção de vídeo	Limpeza e desobstrução de coletores
Soma de Qtd Equiv.	357							
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal								
Soma de Qtd Anexo XI		120						
Soma de Qtd Equiv.		120						
Limpeza e desobstrução de coletores								
km								
Soma de Qtd Anexo XI	0,929		0,064	1,530	5,970	0,890	0,740	20,001
Soma de Qtd Equiv.	4.645		64,000	45,900	59,700	89,000	2,220	20,001
Limpeza e desobstrução de ramais								
Soma de Qtd Anexo XI			56					
Soma de Qtd Equiv.			56					
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)								
Soma de Qtd Anexo XI				14				
Soma de Qtd Equiv.				14				
Substituição de tampas das câmaras de visita								
Soma de Qtd Anexo XI						91		
Soma de Qtd Equiv.						91		

No ano de 2024 as quantidades executadas comparam com as seguintes conforme se mostra na tabela seguinte.

	2024								Execução Soma	Plano Soma
	1T		2T		3T		4T			
	Execução	Plano	Execução	Plano	Execução	Plano	Execução	Plano		
Inspeção de vídeo	1,70	1,25		1,25	1,07	1,25		1,25	2,77	5,00
Levantamento de CV - Cadastro	98	1.250	63	1.250	163	1.250	33	1.250	357	5.000
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal	27	30		30	26	30	67	30	120	120
Limpeza e desobstrução de coletores	6,7	5,0	0,4	5,0	1,4	5,0	21,7	5,0	30,1	20,0
Limpeza e desobstrução de ramais	15	30	1	30	1	30	39	30	56	120
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza)	11	15	1	15	1	15	1	15	14	60
Reparação/renovação/substituição de ramais		15		15		15		15		60
Substituição de tampas das câmaras de visita	17	45	28	45	15	45	31	45	91	180

5.3.3 Gestão de Ativos

Em 2024 deu-se continuidade ao projeto de identificação dos equipamentos existentes nas instalações da AdC, com a colocação das etiquetas em mais duas instalações: Reservatório de Caparide e Captação da Atrozela. Este projeto terá continuidade em 2025, com a continuação da identificação dos equipamentos e a criação de um ficheiro para registo do estado de conservação dos diversos ativos. O referido ficheiro, atualizado continuamente, será o suporte à avaliação do sistema e à consequente tomada de decisão.

No âmbito do projeto colaborativo PENSA 3 (Programa para a sustentabilidade dos Serviços de águas e gestão eficiente de Ativos), deu-se continuidade à avaliação das condições dos ativos verticais para verificação/definição de prioridades de investimento.

Assim, em 2024 foram realizadas as inspeções às instalações de abastecimento de água seguintes: Reservatório de São Domingos de Rana; Booster de Outeiro de Polima; PER Cabeço de Mouro; PER Matos Cheirinhos; PER Trajouce; Reservatório de Outeiro de Polima; Reservatório das Cardosas; Reservatório do Parede Novo; Booster de Caparide; Sobrepressor de Talaíde;



Reservatório de Murches; Captação da Atrozela; e, ETA e Captação do Rio da Mula. Com a realização das inspeções a estas instalações, foi concluída a avaliação todos os reservatórios de água de abastecimento.

Foram também realizadas as inspeções às seguintes instalações de águas residuais: EEAR de Murches; EEAR da Charneca; EEAR da Malveira da Serra; EEAR das Almoinhas Velhas 1 e 2; EEAR do Zambuieiro; EEAR do Zambuieiro Barros; EEAR do Pisão; EEAR do Lameiro; EEAR Mato da Cruz e Calçada; EEAR do Cabreiro; EEAR do Cabreiro Oeste; EEAR da Atrozela; EEAR da Penha Longa; EEAR da Areia; EEAR da Parede; EEAR de São João; EEAR de Santa Marta; EEAR da Conceição; EEAR da Quinta da Marinha; EEAR da Cresmina; e EEAR da Duquesa.

Na sequência da avaliação efetuada, foi priorizada a intervenção de beneficiação no Reservatório de Moinhos de Rana, uma vez que esta instalação era a que apresentava mais anomalias preocupantes nas células. Depois da beneficiação foi efetuada nova avaliação, constando-se que o índice de deterioração da infraestrutura melhorou significativamente (passou de 31,2 para 4,0). De salientar o facto de deixarmos de ter anomalias nas células, reduzindo o índice de deterioração do ativo para zero.

Após a avaliação dos ativos, ainda no âmbito do PENSEA3, deu-se início à análise da eficiência energética das instalações e da pegada de carbono. As instalações mais ineficientes foram as já identificadas anteriormente e, embora o preço da energia tenha penalizado mais essas instalações, houve uma melhoria da ineficiência no geral ao aplicarmos os valores do preço do kWh dos anos anteriores. Algumas dessas instalações foram também auditadas energeticamente e o relatório final dessas auditorias revelou algumas possibilidades de melhoria, com paybacks bastante promissores, pelo que irá ser planeada a realização dessas melhorias.

A análise da pegada de carbono foi realizada utilizando a plataforma ECAM v.3.0.1 (Energy Performance and Carbon Emissions Assessment and Monitoring Tool) desenvolvida pelo ICRA (Instituto Catalão de Investigação da Água) para o WaCClIM Project (Water and Wastewater Companies for Climate Mitigation Project) que tem a IWA (the International Water Association) como parceiro associado. A análise foi iniciada considerando as infraestruturas de abastecimento de água, uma vez que a informação se encontrava já organizada para carregar na plataforma. Posteriormente, foram analisadas também as infraestruturas de águas residuais, verificando-se que representam cerca de 10% do total das emissões. Será dada continuidade a este projeto integrando no estudo as emissões decorrentes da restante atividade da empresa (deslocações, combustíveis, etc.).

5.3.4 Energia

Na tabela seguinte regista-se a evolução dos indicadores de eficiência energética de instalações elevatórias e de utilização dos recursos energéticos de AA.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) - últ 12 meses	kWh/ m ³ /100 m	0,53	0,54	0,50	0,51	0,49	0,48	-0,02	-3%
Utilização dos recursos energéticos (AA) - últ 12 meses	kWh/1.000 m ³ (entrado)	134	123	133	129	129	130	1	1%

Quando comparamos o indicador de eficiência energética relativo ao ano de 2024 com o ano anterior, constatamos que houve uma redução na ordem de 3%. No indicador de utilização dos recursos energéticos registou-se, no mesmo período, um aumento de cerca de 1%. A utilização destes recursos está naturalmente associada à necessidade de bombagem para fazer face aos consumos de água.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Utilização de Energia em horas de ponta para bombeamento (AA) - últ 12 meses	%	13,3	13,2	13,9	14,1	13,6	14,5	0,9	6%



Em 2024 verificou-se um aumento dos valores da energia utilizada em horas de ponta para bombeamento, face ao mesmo período de 2023. Esta situação poderá ter resultado da alteração do padrão de consumo de água pelos nossos clientes e, devido ao aumento da produção de água que se verificou, uma vez que as zonas abastecidas a partir de estações elevatórias encontram-se estabilizadas, designadamente das condições de abastecimento (pressão).

Em 2024 foram realizadas auditorias energéticas a um conjunto de instalações (Atrozela, Booster Porto Covo, Booster Goulão, EEAA Goulão, Pau Gordo, Moinhos de Rana). As medidas propostas no âmbito desses relatórios serão analisadas e priorizadas para inclusão nos próximos planos de atividades.

À semelhança do que foi realizado no sistema de distribuição de água foi, também desenvolvida uma base de dados de controlo mensal dos consumos para todas as instalações elevatórias de ARD. Note-se que, ao contrário do que acontece nas EEAA, a gestão das EEARD está pouco dependente da atividade da Empresa, uma vez que as necessidades de bombagem resultam do aumento dos caudais na rede os quais, como já referimos, muito dependem, das infiltrações de águas pluviais ou das condições climáticas.

Importa, por isso e nesta matéria, eliminar o máximo de infiltrações possível, evitando assim, bombagens, consumos e energia dispensáveis (ver ponto a seguir). De qualquer modo, estão a ser estudadas algumas medidas de identificação de grupos de bombagem com níveis de eficiência que justifiquem economicamente a sua remodelação.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução dos indicadores relacionados com a utilização dos recursos energéticos e de eficiência energética de instalações elevatórias, verificando-se uma ligeira redução no indicador “Utilização dos recursos energéticos”, mantendo-se a ordem de grandeza dos anos anteriores.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Utilização dos recursos energéticos (AR) - últ 12 meses	kWh/1.000 m3 (recolhido)	6,62	5,04	9,48	13,01	13,26	11,42	-1,8	-13,9%
Eficiência energética de instalações elevatórias (AR) - últ 12 meses	kWh/ m3/100 m	0,58	0,58	0,60	0,71	0,82	0,87	0,05	7,1%

Para além das medidas já apresentadas, implementadas e em curso, nos processos de produção e distribuição de água e recolha de águas residuais, a melhoria do desempenho económico, nesta área, depende também da eficácia dos processos de compra. Com esta perceção, desde há vários anos, a compra do fornecimento de combustíveis e eletricidade, em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), é realizada em conjunto com outras concessões e por via do acionista. No ano de 2024 verificou-se uma redução do custo médio de BTN, em cerca de 4%, e, na BTE e MT, em cerca de 6%, face a 2023, traduzindo a redução dos preços da aquisição de energia nos mercados internacionais.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Custo Médio da eletricidade - BTN - últ 12 meses	€ / MWh	173	155	186	244	198	191	-8	-4%
Custo Médio da eletricidade - BTE e MT - últ 12 meses	€/MWh	138	125	135	247	167	156	-10	-6%

5.4 Plano de Investimentos

5.4.1 Planeamento Geral

Permitimo-nos, desde já, destacar as seguintes intervenções e projetos, pela sua relevância para o sistema concessionado:

- Conclusão dos trabalhos de construção do Reservatório de Janes;
- Conclusão da obra de Melhoria da Segurança da Barragem do Rio da Mula;
- Conclusão da obra de instalação da conduta adutora entre as condutas situadas na Estrada de Manique e na Estrada das Neves, permitindo a ligação entre os reservatórios de Manique e de Pau Gordo;



- Início da obra de remodelação de coletores da Parede, na Rua de Santa Teresinha e Rua Cidade de Braga, melhorando as condições de escoamento de águas residuais domésticas e pluviais, nestas vias, bem como a remodelação da rede de abastecimento de água;
- Início da obra de remodelação dos coletores das Marianas, na Av. Amália Rodrigues e Rua Almeida Garret, melhorando as condições de escoamento de águas residuais na zona de Tires;
- Conclusão do desenvolvimento do processo de ligação de Vila Fria ao reservatório Superior em Talaíde, em conjunto com a EPAL, com conclusão dos trabalhos de integração na telegestão AdC.
- Colocação em serviço do Reservatório Superior e 3º Adutor, garantindo o abastecimento por esta conduta ao reservatório de Alcoitão;
- Início da obra de remodelação de coletores da Amoreira, o Bairro da Amoreira;
- Início da obra de remodelação de coletores dos Mochos, em Murches;

A execução financeira total do Plano de Investimentos foi, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2024, de 73.531.026 € (a preços de junho de 2007), com a distribuição apresentada na tabela seguinte.

Obra	Valores em € (a preços de junho de 2007)			
	2009 a 2022	2023	2024	Total Geral
1 - RESERVATÓRIO DE MANIQUE	2.941.573	0	12.996	2.954.569
12+13 SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DO COBRE P/ O RESERVATÓRIO DE MURCHES	1.466.948	0	0	1.466.948
14 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE MURCHES (4.000 m3)	3.369.095	0	0	3.369.095
16 - CONDUTA ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE MURCHES PARA JANES	1.012.855	0	0	1.012.855
19+20 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DE JANES PARA RESERVATÓRIO DA MALVEIRA DA SERRA	491.353	0	0	491.353
22 - REORDENAMENTO GERAL DAS REDES DA MALVEIRA DA SERRA, JANES E ABANO	1.072.591	0	0	1.072.591
27 - REMODELAÇÃO DA ETA DO RIO DA MULA	1.356.996	243.716	7.352	1.608.064
32 - AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DISTRIBUIDORAS	5.921.485	179.974	386.465	6.487.924
4 - REORDENAMENTO GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE MANIQUE	1.961.026	128.490	125.827	2.215.342
44 - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE COLETORES DE ÁGUAS RESIDUAIS	15.442.734	274.344	266.440	15.983.518
4A - BOOSTER DA ADROANA	38.770	0	0	38.770
56 - 3º ADUTOR	8.891.773	69.255	171.768	9.132.796
57 - RESERVATÓRIO SUPERIOR	2.217.670	125.842	17.133	2.360.645
59 - REORD. GERAL REDE RES. SUPERIOR e CARDOSAS (Obra 32 Cont. Quadro)	2.858.353	259.054	264.069	3.381.476
60 - REORD. GERAL da REDE do RESERVATÓRIO de BICESSE (Obra 32 Cont. Quadro)	105.776	0	0	105.776
62 - REORD. GERAL da REDE da ABUXARDA - 2ª FASE (Obra 32 Cont. Quadro)	78.335	0	0	78.335
64 - REORD. GERAL da REDE dos RESERVATÓRIOS do COBRE, PAMPILHEIRA, Q. MARINHA E CASCAIS (Obra 32 Cont. Quadro)	93.943	213.001	0	306.943
65 - REORD. GERAL da REDE RESERVATÓRIO de MURCHES (Obra 32 Cont. Quadro)	1.723.425	0	0	1.723.425
66 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE JANES	574.445	368.936	43.597	986.977
67 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ALCOITÃO	2.069.448	0	0	2.069.448
68 - REORD. GERAL da REDE do RESERVATÓRIO de ALCOITÃO (Obra 32 Cont. Quadro)	438.035	0	0	438.035
69 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO GOULÃO	459.664	0	0	459.664
70 - REORD. GERAL REDE do RESERVATÓRIO ALTO ESTORIL (Obra 32 Cont. Quadro)	209.832	0	0	209.832
73 - REORDENAMENTO GERAL REDE RESERVATÓRIOS de PAU GORDO E GOULÃO (Obra 32 Cont. Quadro)	484.059	0	85.121	569.180
74 - REORD. GERAL REDE dos RESERVATÓRIOS OUTEIRO DE POLIMA e CAPARIDE (Obra 32 Cont. Quadro)	345.751	39.404	79.383	464.539
75 - REORD. GERAL REDE dos RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO e SD de RANA (Obra 32 Cont. Quadro)	1.205.533	0	492.105	1.697.638
REVISÃO PREÇOS OBRAS DIVERSAS	0	0	261.449	261.449
OBRAS EM ARP PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ARD	823.884	42.650	78.090	944.624
REDES DE COLETORES DO CABREIRO E PISÃO	634.652	0	0	634.652
REMODELAÇÃO DE COLETORES NA AV. MARGINAL – PAREDE	337.342	0	0	337.342
REMODELAÇÃO DO EMISSÁRIO DA RIBEIRA DOS MOCHOS	527.533	0	0	527.533
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA AMOREIRA	87.971	0	955.765	1.043.736
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA CASTELHANA	274.280	0	0	274.280
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA PAREDE	1.184.412	178.674	337.468	1.700.553
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS MARIANAS	728.459	244.594	103.066	1.076.119
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS VINHAS	1.016.085	0	0	1.016.085
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE BICESSE	1.538.060	0	0	1.538.060
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CAPARIDE	539.886	3.442	148.440	691.767



Obra	2009 a 2022	2023	2024	Total Geral
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CASCAIS	623.718	0	0	623.718
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE SASSOEIROS	28.104	186.835	36.455	251.394
REMODELAÇÃO DE COLETORES DOS MOCHOS	53.549	0	458.004	511.553
REMODELAÇÃO DE EQUIPAMENTO NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE AREIA ZAMBUJEIRO E CRISMINA	261.948	0	0	261.948
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA CHARNECA	405.111	23.928	0	429.039
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA PRAIA DA PAREDE	37.230	0	0	37.230
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA SANTA MARTA	221.305	0	0	221.305
SANEAMENTO DE ALMOINHAS VELHAS	462.902	0	0	462.902
Total Geral	66.617.896	2.582.137	4.330.993	73.531.026

Os Programas Anuais de Investimentos são elaborados tendo em conta o Plano de Investimentos Revisto (Anexo IX) no âmbito do reequilíbrio da concessão. Os desvios face ao previsto nesse Plano de Investimentos podem ser observados na tabela a seguir.

Valores em € (a preços de junho de 2007)

Obra	2023		2024		Delta PI-Exec
	EXECUTADO	PI - XIV	EXECUTADO	PI - XIV	PI-XIV - Total
1 - RESERVATÓRIO DE MANIQUE			12.996		12.996
22 - REORDENAMENTO GERAL DAS REDES DA MALVEIRA DA SERRA, JANES E ABANO				268.576	-268.576
27 - REMODELAÇÃO DA ETA DO RIO DA MULA	63.554	90.290	7.352		-19.384
32 - AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DISTRIBUIDORAS	27.553	83.159	386.465	297.654	33.205
4 - REORDENAMENTO GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE MANIQUE	128.490	172.498	125.827	114.999	-33.181
44 - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE COLETORES DE ÁGUAS RESIDUAIS	90.501	174.405	266.440	408.878	-226.342
56 - 3º ADUTOR			171.768	150.000	21.768
57 - RESERVATÓRIO SUPERIOR	125.842	120.347	17.133		22.629
59 - REORD. GERAL REDE RES. SUPERIOR e CARDOSAS (Obra 32 Cont. Quadro)	191.510	280.422	264.069	225.334	-50.178
64 - REORD. GERAL da REDE dos RESERVATÓRIOS do COBRE, PAMPILHEIRA, Q. MARINHA E CASCAIS (Obra 32 Cont. Quadro)	78.049	92.059	0		-14.010
66 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE JANES	201.228	233.445	43.597	58.361	-46.981
73 - REORDENAMENTO GERAL REDE RESERVATÓRIOS de PAU GORDO e GOULÃO (Obra 32 Cont. Quadro)			85.121	83.313	1.808
74 - REORD. GERAL REDE dos RESERVATÓRIOS OUTEIRO DE POLIMA e CAPARIDE (Obra 32 Cont. Quadro)	24.460		79.383	127.706	-23.863
75 - REORD. GERAL REDE dos RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO e SD de RANA (Obra 32 Cont. Quadro)			492.105	379.536	112.570
REVISÃO PREÇOS OBRAS DIVERSAS			261.449		261.449
OBRAS EM ARP PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ARD	31.824	32.213	78.090	265.915	-188.212
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA AMOREIRA			955.765		955.765
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA CASTELHANA				35.619	-35.619
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA PAREDE			337.468	430.000	-92.532
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS MARIANAS	140.114	165.779	103.066		77.400
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CAPARIDE			148.440	206.422	-57.982
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE SASSOEIROS	122.553	169.954	36.455		-10.946
REMODELAÇÃO DE COLETORES DOS MOCHOS			458.004		458.004
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA CHARNECA			0		0
Total Geral	1.225.678	1.614.572	4.330.993	3.052.312	889.786

5.4.2 Intervenções em curso e planeadas

Nos pontos seguintes apresenta-se a situação das obras mais relevantes do Plano de Investimentos.

Obra 1 – Reservatório de Manique

A obra de construção do Reservatório de Manique foi consignada em outubro de 2019, iniciando-se de imediato os trabalhos, que se encontram concluídos desde dezembro de 2021. Para a execução do ramal de energia elétrica para esta infraestrutura, foi necessário promover a instalação, no limite de propriedade deste reservatório, de um novo portão de acesso e um murete técnico, bem como fornecer e instalar cabos de energia entre este novo murete e o reservatório, trabalhos em curso.



Obra 4 – Reordenamento Geral da rede do Reservatório de Manique

No sentido de dar cumprimento ao PGAA e tendo em vista os necessários reordenamentos associados ao reservatório de Manique, verificou-se a necessidade de executar a Conduta Estrada das Neves / Estrada de Manique, que irá permitir a ligação entre os reservatórios de Manique e Pau Gordo, e a obra de ampliação da Rede de Distribuição de Manique que otimizará o reordenamento da zona. Estas obras tiveram início em outubro de 2023 e foram concluídas em abril de 2024.



Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula

Os “Estudos e projetos para a Segurança da Barragem do Rio da Mula” foram realizados em 2016, com o objetivo de adequar a barragem do Rio da Mula aos padrões de qualidade e segurança exigidos no Regulamento de segurança de Barragens (RSB), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro. Estes estudos incluem o projeto de licenciamento da intervenção de melhoria da segurança da barragem do Rio da Mula, que foi remetido à APA logo em julho de 2016, para emissão de parecer.

Tendo sido, entretanto, publicado o Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, que procede à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, verificou-se a alteração da classificação da barragem de classe 1 para classe 2, bem como a consequente necessidade de adequar o referido projeto, realizando as seguintes alterações:

- Reformulação da proposta de classificação da barragem face à regulamentação atual;
- Reavaliação da cheia de verificação do descarregador de cheias considerando um fator de majoração de 1,2 aplicado ao caudal de cheia de projeto, de acordo com a classe da barragem;
- Estudo hidráulico conducente à verificação do funcionamento do descarregador de cheias face à nova cheia de verificação;
- Substituição do Plano de Emergência Interno por procedimentos de emergência simplificados, uma vez que a barragem se incluirá na Classe II;
- Revisão do Plano de Observação em função das novas diretivas regulamentares;
- Revisão do Projeto de Execução datado de 2016 para atender às alterações acima referidas.

O referido projeto de alterações foi elaborado no primeiro trimestre de 2019, tendo sido enviado em abril de 2019 à APA para análise e parecer. Em abril de 2020, a APA aprovou a reclassificação da Barragem do Rio da Mula para classe 2 e as medidas simplificadas de emergência propostas. Na sequência da reclassificação da barragem, foi realizado o estudo de delimitação do perímetro de proteção da captação de águas superficiais da Barragem do Rio da Mula, com vista à formalização do contrato de concessão desta captação / albufeira, entre a APA e a CMC, enviado à APA em julho de 2020.

Finalizado o processo de licenciamento em dezembro de 2021, a obra teve início em julho de 2022, tendo ficado concluída em junho de 2024.

Face à reclassificação da barragem como classe 2, solicitou-se à APA dispensa do Posto de Observação e Controle (POC), tendo a referida dispensa sido aprovada por esta entidade. Desta forma e encontrando-se reunidas as condições para dar continuidade

ao licenciamento da captação da barragem do Rio da Mula, foi feita nova insistência sobre o assunto junto da APA, aguardando-se resposta.



Obra 32 – Ampliação e Remodelação de Condutas Distribuidoras

Durante o ano de 2024 foram realizadas/iniciadas as seguintes obras:

- Rua da Ponte – Bairro Mata da Torre (Obra 422) – obra concluída em maio de 2024;
- Av. Lago - Monte Estoril (Obra 187) – obra concluída em fevereiro de 2024;
- Av. Sanfré - Monte Estoril (Obra 207) – obra concluída em junho de 2024;
- Rua Coronel Eduardo Pessoa - Alvide (Obra 866) – obra concluída em agosto de 2024;
- Rua Dr. Jose Joaquim de Almeida, em Carcavelos (obra 361) – obra concluída em julho de 2024;
- Rua Palmira Dantas - Alvide (Obra 971) - obra concluída em outubro de 2024;
- Av. Bombeiros Voluntários - Estoril (Obra 118) – obra concluída em dezembro de 2024.

As fotografias seguintes ilustram alguns dos trabalhos realizados.



Obra 44 – Ampliação/Remodelação de Coletores de Águas Residuais – Diversas

Durante o ano de 2024 foram realizadas/iniciadas as seguintes obras:

- Rua 4 de Fevereiro – Madorna – ARD – obra concluída em setembro de 2024;
- Rua Manuel Francisco Eugénia Júnior – Alvide – obra concluída em maio de 2024.

Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados:





Obra 56 – 3.º Adutor

O volume médio de água a fornecer pela EPAL ao concelho de Cascais, via Vila Fria / reservatório Superior ascende a 8.600 m³/dia, inferior ao anteriormente acordado com a EPAL e consequentemente considerado no PGAA, documento que serviu de base ao desenvolvimento de todos os estudos, projetos, infraestruturas e demais obras de reordenamentos de redes de distribuição e adução de água programadas para o efeito. Neste sentido, será necessário rever / redimensionar as premissas existentes, pelo que a AdC adjudicou um estudo de revisão das linhas definidas no atual PGAA e readaptá-las a esta nova realidade, com vista à otimização hidráulica e energética, bem como à melhoria da resiliência do sistema distribuidora de água em Cascais.

Encontrando-se concluídos os trabalhos de construção, foram realizados os trabalhos de integração / telegestão entre o sistema de bombagem EPAL em Vila Fria e o reservatório Superior em Talaíde, tendo-se iniciado o abastecimento de água ao reservatório superior em dezembro de 2024.

Em simultâneo, verificando-se a necessidade de realizar a reparação de anomalias nos pavimentos betuminosos na Estrada José Justino dos Anjos, entre os Salesianos e a Estrada de Cabeço Cação em Trajouce, foi desenvolvido um trabalho em parceria com a CMC, para realização dessas reparações e de trabalhos de melhoria da segurança nesta via, com a instalação de um sistema de controlo de velocidade com semaforização automática. Os trabalhos foram iniciados em junho e concluídos em outubro de 2024.



Obra 57 – Reservatório Superior

O Reservatório Superior constitui a entrada da água proveniente do sistema em alta gerido pela EPAL no sistema em baixa da AdC, adequado as condições de fornecimento em alta ao regime de exploração dos reservatórios de Cardosas, Manique e Alcoitão, sendo necessário construir na primeira fase apenas uma célula do reservatório, com um volume de 4.000 m³.

Foram realizadas reuniões entre EPAL e Águas de Cascais, tendo ficado definida a metodologia a adotar na gestão da rede de abastecimento a partir da EPAL, vertida no projeto de automatismo e telegestão, e definidos os critérios construtivos a adotar na execução da caixa de ligação ao ramal de abastecimento da EPAL. A Obra do Reservatório Superior teve início em outubro de 2017 e encontra-se concluída desde fevereiro de 2019, com exceção do equipamento de automatismo que foi instalado no segundo semestre de 2023.

Encontrando-se a obra do Reservatório Superior concluída há aproximadamente 5 anos e estando a mesma sem utilização devido ao embargo imposto pela CM Sintra, ocorreram patologias prematuras que obrigaram a nova intervenção na mesma, tendo ocorrido igualmente vários atos de vandalismo, nomeadamente furtos da vedação e pinturas inadequadas/graffitis. Os trabalhos de correção das situações mencionadas foram iniciados em outubro de 2023 e concluídos em dezembro de 2023. O reservatório Superior foi colocado ao serviço, conjuntamente com o 3º Adutor, em dezembro de 2024.

Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas

No âmbito do reordenamento de redes de abastecimento na área de influência do reservatório Superior e do reservatório das Cardosas, durante o ano de 2024 foram realizadas/iniciadas as seguintes obras:

- Bairro da Mina – Arneiro (Obra 1639) – obra concluída a junho 2024;
- Rua da Mina – Arneiro (Obra 76) – obra concluída em junho 2024;
- Bairro do Arneiro – Arneiro (Obra 1638) – obra concluída a junho 2024.

Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados:



Obra 66 – Ampliação do Reservatório de Janes

O projeto de execução da obra de ampliação do reservatório de Janes (850 m³) foi realizado em dezembro de 2019. Depois de obtido o parecer favorável do ICNF, os trabalhos foram iniciados em dezembro de 2021, encontrando-se concluídos. Apresentam-se fotos que ilustram as atividades realizadas até à presente data.





Obra 73 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Pau Gordo e Goulão

No ano de 2024 foram realizadas as seguintes obras de reordenamento de redes de abastecimento na área de influência do reservatório de Pau Gordo:

- Av. Bombeiros Voluntários - Estoril (Obra 1644) – obra concluída em novembro de 2024;
- Rua dos Cedros – Estoril – obra concluída em novembro de 2024;
- Rua da Índia – Estoril – obra concluída em outubro de 2024.



Obra 74 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Outeiro de Polima e Caparide

A obra da Estrada de Sassoeiros foi iniciada em dezembro de 2023, tendo sido concluída em junho de 2024. As fotografias seguintes ilustram as atividades realizadas até à presente data.





Obra 75 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Moinhos de Rana, Parede Novo e SD de Rana

Valores em € (a preços de junho de 2007)

Obra	Set - Dez 2023		Jan - Jun 2024		Δ PI-XIV
	Executado	PI-XIV	Executado	PI-XIV	
75 - REORD. GERAL REDE dos RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO e SD de RANA (Obra 32 Cont. Quadro)	0	0	250.192	271.097	-20.905
Bairro do Junqueiro - Carcavelos (obra 1649)	0	0	242.634	271.097	-28.463
Rua do Cotovelo - Tires	0	0	7.558	0	7.558

Durante o ano de 2024 foram realizadas/iniciadas as seguintes obras:

- Bairro Escola Técnica – Parede (obra 1654) – obra em curso;
- Bairro do Junqueiro – Carcavelos – obra concluída em outubro de 2024;
- Rua do Cotovelo – Tires – obra concluída em outubro de 2024.

Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.



Remodelação de Coletores da Amoreira

A CMC instruiu a AdC no sentido de executar, no âmbito do Plano de Investimentos da concessão, um conjunto de trabalhos técnicos relacionados com as redes subterrâneas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais, bem como as intervenções necessárias para a modernização e revitalização dos espaços exteriores, garantindo que todas as infraestruturas sejam atualizadas e integradas no novo cenário urbanístico.

Face à abrangência da intervenção preconizada, a obra será realizada em 2 fases, sendo esta divisão justificada por uma série de fatores práticos e estratégicos, que visam otimizar a execução dos trabalhos e minimizar os impactos para a população e os serviços locais. O faseamento definido irá permitir uma gestão mais eficiente dos recursos, assegurando que as intervenções sejam feitas com maior precisão e garantindo que a obra possa avançar sem comprometer a qualidade de vida dos moradores durante o processo. A obra teve início em outubro de 2024 e encontra-se em curso, com previsão de conclusão em junho de 2025.





Remodelação do Emissário da Ribeira dos Mochos

A AdC entende que as redes executadas no âmbito da obra de remodelação do emissário dos Mochos são componentes de um sistema em alta e, por isso, devem ser transferidas para a Águas do Tejo Atlântico. Esta questão (limites dos sistemas) foi já amplamente debatida entre as três entidades (CMC, AdTA e AdC). No sentido de dar continuidade e concluir o processo de limites do sistema, foram realizadas reuniões de trabalho, tendo-se desenvolvido uma proposta consensual para a qual se aguarda a aprovação formal por parte daquelas entidades. Na sequência do referido acordo, foram executados os trabalhos de reformulação do emissário da ribeira dos mochos que, depois de reabilitado, deverá ser transferido para o sistema em alta.

Em dezembro de 2015, ficaram concluídos os trabalhos de implantação de infraestruturas e, no ano de 2016, finalizados os trabalhos de reposição de pavimentos e sinalização. Foram enviadas cartas, primeiro à ALVT e posteriormente à AdTA, no sentido de se formalizarem as respetivas permutas de infraestruturas entre os sistemas em baixa e em alta, o que até à presente data não aconteceu.

Remodelação de Coletores da Parede

Tendo em vista a remodelação das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na zona da Rua de Santa Teresinha e Rua Cidade de Braga, na Parede, e no sentido de se encontrar a solução técnica mais adequada, foram realizadas diversas reuniões com a CMC, tendo ficado definido:

- A AdC, no âmbito da obra de remodelação de coletores de ARD, iria proceder à remodelação dos coletores de AP;
- Foi solicitado pela CMC um aumento de diâmetro, de 500mm para 800mm;
- A CMC irá promover o projeto para o prolongamento do coletor de AP, através da Av. ^a da República até onde se verifique viável a ligação ao coletor existente;
- Analisando a rede de AA coincidente com os traçados ARD e ARP, verificou-se que a mesma é de FC, apresentando várias roturas, e dado a proximidade às infraestruturas em remodelação, foi considerado também a sua intervenção.

Esta obra teve início em maio de 2024 e encontra-se em curso. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.



Remodelação de coletores das Marianas

Tendo em vista a remodelação dos coletores de ARD na zona em apreço, verificou-se a necessidade de intervencionar os coletores na Av. Amália Rodrigues, Rua Almada Negreiros e Rua Almeida Garrett, de forma a garantir as adequadas do escoamento das águas residuais nesta zona, sobretudo em épocas de grande pluviosidade. A obra teve início em novembro de 2024 e encontra-se em curso.



Remodelação de coletores de Caparide

Tendo em vista a resolução das situações que originavam a ocorrência de obstruções e mau funcionamento do coletor predial que atravessa várias propriedades privadas na zona da Rua da Bela Vista no Murtal, originando inúmeros constrangimentos, quer nas respetivas propriedades, quer no condomínio que presentemente assegura a drenagem do efluente através de bombagem privada, com graves consequências ambientais, foi promovida a obra de ampliação do coletor nesta rua, por forma a garantir a correta ligação dos ramais de águas residuais domésticas das propriedades ao coletor público e consequentemente colocar o coletor predial antigo fora de funcionamento. Esta obra iniciou a julho e encontra-se concluída desde novembro de 2024.



Remodelação de coletores de Sassoeiros

Na sequência de reclamações devido a frequentes obstruções do coletor de ARD na Av. do Loureiro em Carcavelos e dado que se verificavam deficientes condições de escoamento nos coletores de águas residuais pluviais, considerou-se urgente a remodelação destes coletores, bem como da rede de abastecimento de água. A obra teve início em junho de 2023 e foi concluída em janeiro de 2024. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.





Remodelação de coletores dos Mochos

A CMC instruiu a AdC no sentido de realizar, no âmbito do Plano de Investimentos da concessão, as intervenções necessárias nas redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de águas pluviais, bem como as intervenções de melhoria das acessibilidades à localidade de Murches e nas restantes infraestruturas de eletricidade, gás e telecomunicações.

Neste âmbito, com o objetivo de melhorar as acessibilidades à localidade de Murches, a CMC desenvolveu o projeto para a construção de uma rotunda na zona do cruzamento da Estrada Malveira da Serra com a Rua Luis de Camões, como parte de um plano estratégico para otimizar a mobilidade urbana, aumentar a segurança rodoviária e proporcionar benefícios diretos à qualidade de vida da população. A obra teve o seu início a outubro de 2024 e encontra-se em curso.



Obras em ARP para melhoria do Sistema de ARD

Durante o ano de 2024 foi realizada a obra na Rua 4 de Fevereiro – Madorna – AP, encontrando-se em curso a obra da Av. Amália Rodrigues e Rua Almeida Garret em Tires. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados:



5.4.3 Planeamento e Projeto

As atividades de planeamento e projeto são, naturalmente, essenciais para o sucesso das obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos. Neste contexto, são estruturantes os Planos Gerais de Abastecimento de Água (PGAA) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (PGDAR), pois servem de orientação ao desenvolvimento dos projetos de execução.

No ano de 2024, foram iniciados ou tiveram continuidade, os seguintes Estudos e Projetos:

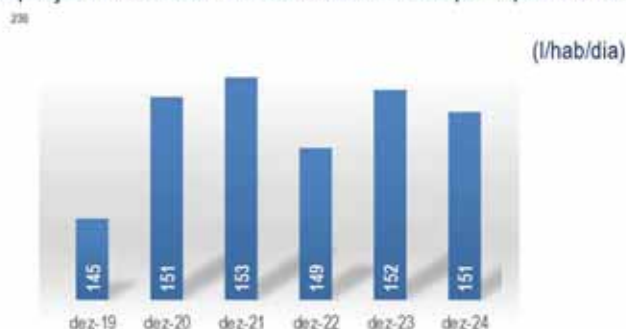
- Obra 1 – Reservatório de Manique;
- Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula;
- Obra 32 – Remodelação da rede de água;
- Obra 44 – Remodelação da rede de águas residuais;
- Obra 4 - Reordenamento Geral da Rede do Reservatório de Manique;
- Obra 56 – 3.º Adutor;
- Obra 57 – Reservatório Superior;
- Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas;
- Obra 66 – Ampliação do Reservatório de Janes;
- Obra 73 – Reordenamento geral da rede dos Reservatórios de Pau Gordo e Golão;
- Obra 74 – Reordenamento geral da rede dos Reservatórios de Polima e Caparide;
- Obra 75 - Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Moinhos de Rana, Parede Novo e SD de Rana;
- Remodelação dos Coletores da Amoreira;
- Remodelação dos Coletores da Parede;
- Remodelação dos Coletores das Marianas;
- Remodelação dos Coletores de Caparide;
- Remodelação dos Coletores dos Mochos;
- Remodelação dos Coletores de Sassoeiros;
- Obras de ARP para melhoria do sistema de ARD.

5.5 Atividade Comercial

5.5.1 Faturação

Considerando os últimos dados de população disponibilizados pelo INE, verificou-se uma tendência, no triénio 2014/2016, para uma redução das capitações, em paralelo com a redução do volume de água faturada. A partir de 2019, constata-se uma recuperação nas Capitações Domésticas (consumos domésticos por habitante), sendo o valor de 2021 o mais elevado dos últimos 5 anos. Em 2022, no rescaldo da pandemia e dos sucessivos períodos de isolamento social, registou-se uma redução das capitações domésticas, cujo valor retomou, em 2023, números semelhantes aos registados em 2020 e 2021, situação que continua a verificar-se em 2024.

Capitações Domésticas – Consumos Domésticos per capita - últ 12 meses



Na figura seguinte apresenta-se a evolução da água faturada, verificando-se uma ligeira subida em 2024, face a 2023.



Conforme se pode ver na tabela seguinte, nos últimos 12 meses, verificou-se um aumento de cerca de 6% da tarifa média de abastecimento de água.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023
Tarifa Média de Consumo de AA - Acumulado Ano	€/m³	0,95	0,89	0,91	0,93	1,06	1,13	0,07 6%

Mantém-se em vigor o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Águas de Cascais, que estabelece os termos do Apoio às Famílias Carenciadas e às Famílias Numerosas, revisto em 2012 para reajustar a sua aplicação, alargando o âmbito do mesmo no que se refere às famílias carenciadas e limitando o volume abrangido no caso das famílias numerosas.

No âmbito das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19, a Câmara Municipal de Cascais estabeleceu que todo o consumo respeitante ao tarifário das famílias numerosas será faturado ao valor correspondente ao 1.º escalão, com entrada em vigor em 1 de abril de 2020 e que se mantém. Em 2024 a aplicação deste Protocolo representou um benefício total de 823.782 € para os cerca de 4.211 clientes abrangidos. Na tabela seguinte apresenta-se o número de beneficiários ativos por ano de adesão e tipologia.

Ano de Adesão	Famílias Carenciadas	Famílias Numerosas
2010	32	41
2011	29	32
2012	38	23
2013	86	27
2014	115	18
2015	247	30
2016	174	9
2017	378	45
2018	417	66
2022	376	55
2023	370	59
2024	410	21
Acumulado	3.635	576
Volume Faturado 2024 (m³)	361.446	156.377
Valor do Benefício 2024 (€)	534.547	289.235

De salientar que se tem registado um crescimento no número de beneficiários médio anual, quer no que se refere às famílias carenciadas, quer às famílias numerosas.

De salientar, também, os resultados alcançados com a promoção da fatura eletrónica, registando-se um aumento de 3% relativamente a 2023. No entanto, nesse mesmo período verificou-se uma redução da ordem de 1% na taxa de adesão à fatura bimestral.

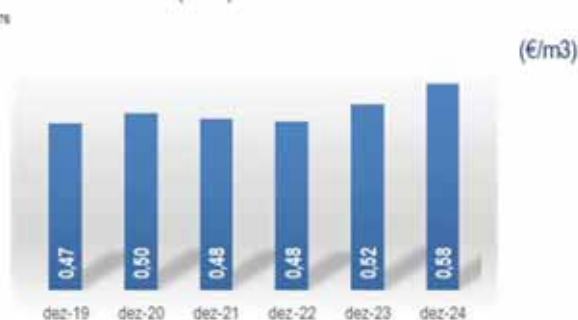
Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica	%	40,0	49,1	51,2	57,5	58,8	60,7	2,0	3%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral	%	25,3	24,6	24,6	24,2	23,9	23,8	-0,1	-1%

Nas figuras abaixo apresenta-se a evolução dos custos dos serviços em alta, verificando-se que, no ano de 2024, se registaram os valores mais elevados dos últimos 6 anos relativamente a esses custos.

Custo Médio Unit. Alta (AA) - DL 114/2014 - últ 12 meses



Custo Médio Unit. Alta (ARD) - DL 114/2014 - últ 12 meses



5.5.2 Dívida de Clientes

No quadro abaixo pode ver-se a evolução do peso da dívida de clientes com mais de 180 dias, registando-se uma redução no final do ano de 2024, face a 2023.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Peso da Dívida de Clientes com mais de 180 dias	%	50,2	53,3	53,0	57,5	54,4	52,6	-2	-3%

Verifica-se uma ligeira redução no número de avisos de interrupção de fornecimento enviados no ano de 2024, face a 2023. Não obstante, regista-se um aumento de 1% Taxa de Suspensões efetivadas e uma redução de 7% na Cobrança após Suspensão. Em termos operacionais, deu-se continuidade às ações de fiscalização, bem como a ações preventivas à execução de ilícitos, como sejam formas de tamponamento cuja violação é mais difícil de executar, e à colocação de contador em novas construções, para evidenciar eventuais consumos sem contrato ativo.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Avisos de Interrupção do Fornecimento - últ 12 meses	#	117.338	116.822	105.122	107.604	107.135	105.932	-1.203	-1%
Taxa de Emissão de Ordens de Interrup - Acumulado Ano	%	32,7	29,8	28,2	25,1	25,7	25,7	0,0	0%
Taxa de Suspensões efetivadas - Acum. Ano	%	17,8	17,4	8,9	22,6	21,5	21,7	0,2	1%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento - Acum. Ano	%	92,2	81,0	90,3	94,2	96,9	89,7	-7,2	-7%

O processo de cobrança pela via Judicial encontra-se estabilizado e adequado à alteração ao regulamento das custas judiciais, de 2011, que veio implicar um acréscimo muito significativo nas taxas de justiça. No ano de 2024 foram patrocinados 9.927 processos judiciais, nos quais em 38,3% foi obtida força executiva. Houve cobrança ou acordo de pagamento em cerca de 30% dos processos.



Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Injunções Intentadas	#	8.632	8.804	9.173	9.410	9.675	9.927	252	3%
Injunções Cobradas	%	31,7	31,5	31,1	30,7	30,3	29,9	-0,4	-1%
Injunções com Força Executiva	%	35,2	35,4	35,9	36,7	37,7	38,3	0,6	2%

5.5.3 Serviço ao Cliente

5.5.3.1 Atendimento ao Cliente

Ao longo da última década temos vindo a investir recursos substanciais em sistemas de atendimento ao cliente. No entanto, um Serviço ao cliente eficaz e eficiente assenta, não apenas na aquisição de software específico, mas também na constante modernização e atualização dos próprios processos de negócio que asseguram a agilização da comunicação com o cliente.

Neste sentido, a procura de boas práticas que possam contribuir para a melhoria dos processos tem sido um dos principais focos da gestão. Por este motivo, a Águas de Cascais continuou a realizar uma série de ações no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente, através da promoção e divulgação dos canais de contacto e serviços eletrónicos, bem como através da revisão/melhoramento dos próprios processos comerciais de atendimento telefónico e presencial. Nesta estratégia de desmaterialização da comunicação com os clientes assume natural destaque a Área do Cliente (disponível na internet e numa aplicação gratuita para smartphones), onde os clientes podem realizar um conjunto de consultas e informações relacionadas com a gestão contratual, e a Fatura Eletrónica.

Tendo presente a Orientação para o Cliente como um dos valores da Empresa, considera-se fundamental que o atendimento aos clientes seja rápido e eficaz. Por esse motivo, a melhoria nesta área consta da estratégia atual da empresa, tendo sido implementadas várias otimizações ao nível do backoffice - nomeadamente dando maior destaque no website à apresentação da informação das falhas de abastecimento, no sentido de reduzir o número de atendimentos necessários, quer nas lojas, quer através do call center.

A consolidação da implementação de uma nova plataforma de gestão de contactos dos Clientes, nomeadamente de e-mail e telefónicos, permitiu a centralização dos mesmos e algumas melhorias funcionais como a integração automática das leituras comunicadas pelos Clientes no Sistema de Informação de Gestão de Clientes. Com esta implementação, a linha de Apoio ao Cliente passou a disponibilizar um menu eletrónico com várias opções devidamente categorizadas, duas das quais respeitam à comunicação automática de leituras e à obtenção de informação sobre falhas de abastecimento, que substituem o anterior número que era disponibilizado exclusivamente para o efeito. Em meados de 2023 foi implementada a possibilidade de registo de reclamações de clientes diretamente na plataforma de gestão de contactos telefónicos dos Clientes, simplificando o procedimento.

Destaca-se ainda a implementação de uma fila de atendimento prioritário nos quiosques de ambas as lojas e, ainda, do atendimento de Ramais e Loteamentos, que passou a realizar-se, também, na loja de Carcavelos, alargando ao Cliente as opções neste tipo de atendimento.

Em 2024 verificou-se um aumento da taxa de atendimento telefónico em 3% e a manutenção do tempo médio de espera no atendimento presencial, de cerca de 4 minutos. Com dois anos de implementação, o Webchat tem-se revelado uma forma de comunicação rápida e um importante meio de comunicação e orientação ao Cliente. Esta plataforma contou, em 2024, com 4.058 chats respondidos o que resulta numa média mensal de 338 respostas.

Confirma-se a mais-valia no alargamento do número de situações para as quais é possível a criação e disponibilização de referência multibanco quando solicitado pelos nossos Clientes, situação que reduz, igualmente, a necessidade de visita às nossas lojas.



A aplicação Próximo permite aos nossos Clientes acompanhar, em tempo real, a evolução das filas nas nossas Lojas, bem como retirar a sua senha virtual, permitindo-lhes assim, programar as suas visitas para períodos de pouca afluência e reduzir o tempo de espera na loja.

Foi realizado um aperfeiçoamento na homepage do nosso site, tendo em vista facilitar a identificação das situações de interrupção do abastecimento resultantes de obras ou outras situações imprevistas, evitando o contacto para obtenção da respetiva informação, e alerta para outras mensagens relevantes, como a possibilidade de pagamento de faturas, cómoda e segura, através do MBWay,

A aplicação myAQUA permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados, consultar as suas faturas, pagamentos, comunicar as suas leituras e receber alertas, de acordo com as suas preferências, de forma rápida e 24 horas por dia. Esta aplicação contou, no ano de 2024, com um total de 26.619 acessos, ou seja, uma média mensal de 4.437 acessos.

Corroborando a tendência apresentada no ponto anterior relativa ao crescimento da plataforma mobile, a Águas de Cascais continua a considerar como linha estratégica de gestão a promoção da adesão a esta loja digital, onde o cliente pode tratar de diversos assuntos com autonomia e sem necessidade de se deslocar às lojas de atendimento presencial ou, inclusive, contactar telefonicamente a linha de apoio ao cliente.



5.5.3.2 Tratamento de Reclamações

Como se tem vindo a verificar, neste e noutros setores de utilities, a grande maioria das reclamações está relacionada com os processos comerciais de faturação, cobrança e atendimento, situação comum no setor. Na figura seguinte apresenta-se a variação do número de reclamações total, verificando-se uma redução no ano de 2024 comparativamente com o ano anterior.



Total de Reclamações recebidas - últ. 12 meses



Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, a tipologia das reclamações recebidas.

Designação	Unidades	dez-19	dez-20	dez-21	dez-22	dez-23	dez-24	Variação 2024 / 2023	
Reclamações de Pressão - últ. 12 meses	#1.000 ramais	0,21	0,23	0,31	0,14	0,23	0,23	0,00	-0,84%
Reclamações de Qualidade da Água - últ. 12 meses	#1.000 ramais	0,18	0,07	0,13	0,11	0,09	0,32	0,22	247,55%
Reclamações de Falha no Abastecimento - últ. 12 meses	#1.000 ramais	0,71	1,79	2,32	1,88	2,71	1,80	-0,90	-33,54%
Reclamações de Recolha de AR - últ. 12 meses	#1.000 ramais	0,44	0,35	0,35	0,32	0,09	0,23	0,14	163,54%
Reclamações relativas ao Atendimento - últ. 12 meses	#1.000 Clientes	2,12	2,34	1,67	2,19	2,01	2,09	0,08	4,01%
Reclamações relativas à Faturação - últ. 12 meses	#1.000 Clientes	2,63	1,66	1,49	1,15	0,90	1,16	0,27	30,12%
Reclamações relativas à Cobrança - últ. 12 meses	#1.000 Clientes	3,37	2,35	0,91	1,27	1,25	1,24	-0,01	-0,55%
Reclamações relativas a Obras - últ. 12 meses	#1.000 Clientes	0,14	0,10	0,03	0,07	0,20	0,12	-0,08	-41,98%
Reclamações de Obras Particulares - últ. 12 meses	#	3	3	4	2	3	3	0	0,00%
Reclamações de Resp. Social (SA8000)- últ. 12 meses	#	0	0	0	0	0	0	0	

Verifica-se em 2024 uma ligeira redução do número de reclamações comparativamente com o ano anterior. O maior número de reclamações volta a incidir nas relacionadas com atendimento, cobrança e faturação.

Relativamente às reclamações relacionadas com atendimento verifica-se um pouco significativo aumento comparativamente com as registadas em 2023. Pese embora a consolidação de estratégias e ações que decorrem da redução de contactos presenciais encontram-se incluídas nesta tipologia situações classificadas como Contacto com o Cliente – Serviço que estão relacionadas com interrupções do abastecimento e outros serviços.

No que concerne às reclamações relacionadas com a cobrança, que regista um pouco expressivo aumento face a 2023, salienta-se a implementação do envio de SMS e e-mail aos clientes com dados relativos aos respetivos Avisos de Corte, a disponibilização do canal de pagamento de faturas no parceiro CTT, a disponibilização de possibilidade de pagamento de Avisos de Corte/Pagamento no Multibanco, que acresce à possibilidade de pagamento nos agentes Payshop, a conclusão do processo de distribuição de Avisos de Corte pela PGM e melhoria do processo de criação de referências multibanco imediatas. Em 2024 foi também disponibilizado o envio de Avisos de Corte certificados, por e-mail, e disponibilizado o respetivo comprovativo de receção.

No que respeita às reclamações relacionadas com a faturação verifica-se, em 2024, um aumento comparativamente com 2023. Contudo 74% do total destas reclamações não tem fundamento.

Destaca-se, o aumento do número de reclamações relacionadas com a qualidade da água, ainda que resulte em apenas 2% do total de reclamações, salientando que, após uma avaliação rigorosa, concluiu-se que estas não possuem fundamento. As análises

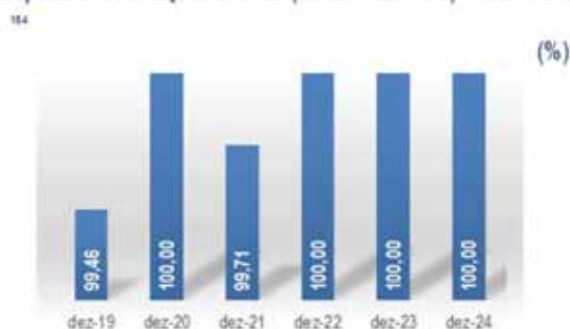
à qualidade da água realizadas evidenciam que todos os parâmetros obedecem aos critérios estabelecidos pela legislação em vigor e corroboram com a certeza de que a água fornecida é segura para consumo humano e cumpre com todas as exigências de qualidade.

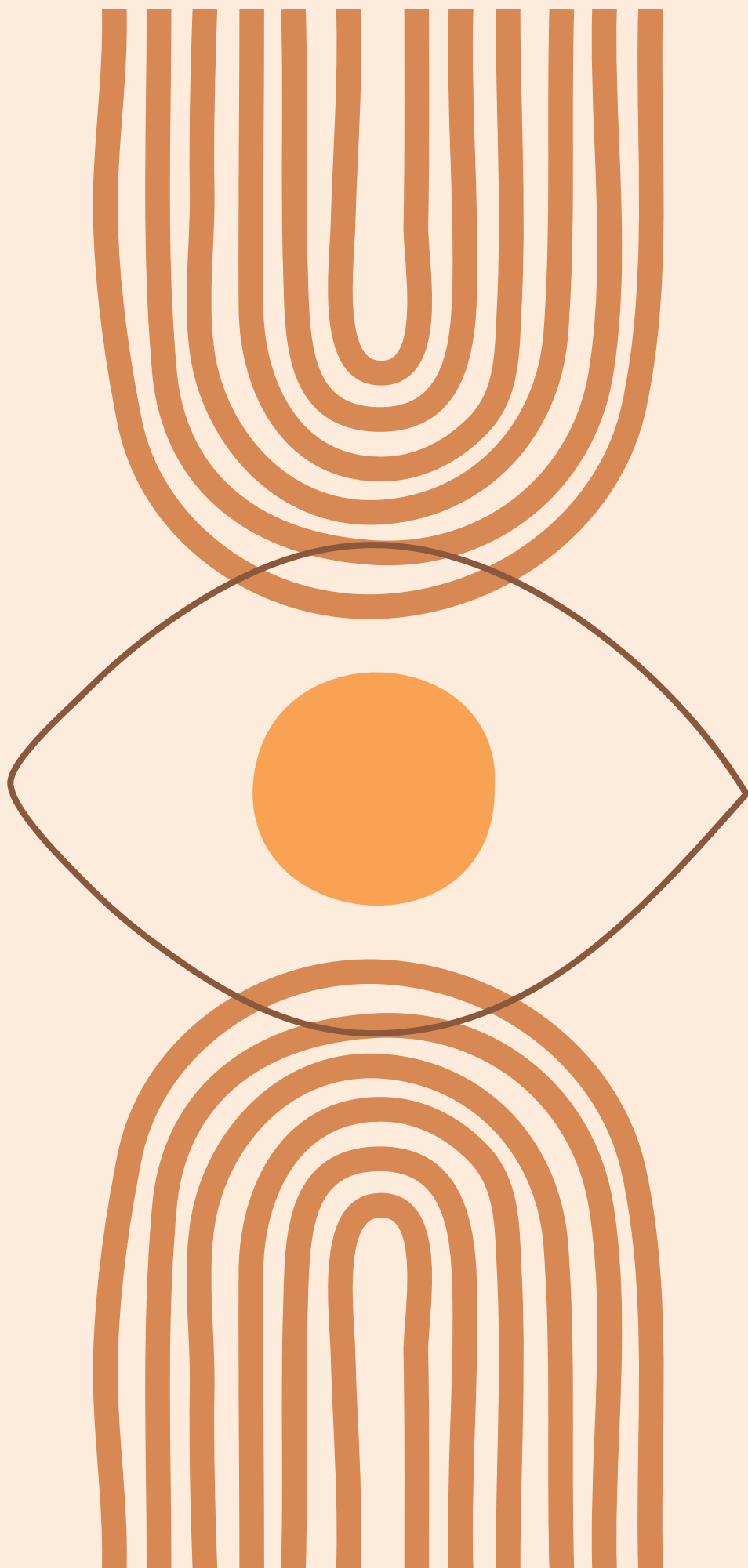
Considerando essencial que a resposta às reclamações recebidas seja rápida e eficaz, é possível verificar que a percentagem de reclamações de AA e de AR respondidas dentro do prazo legal atingiu 100% no ano de 2024.

Designação	Unidades	dez'19	dez'20	dez'21	dez'22	dez'23	dez'24	Variação 2024 / 2023	
Resposta a reclamações e sugestões (AA) - últ 12 meses	%	99,8	100,0	99,9	100,0	100,0	100,0	0,0	0%
Resposta a reclamações e Sugestões (AR) - últ 12 meses	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0%

Apesar do prazo legal para resposta a reclamações ser de 22 dias úteis (ou 15 dias úteis, se forem apresentadas no livro de reclamações), mantendo-se o foco na melhoria da comunicação com o cliente, mantemos um objetivo mais ambicioso, no sentido de se concluírem as respostas às reclamações em apenas 10 dias úteis. As ações implementadas nesta área permitiram, não só responder à totalidade das reclamações dentro do prazo legal, como assegurar igualmente uma resposta em 10 dias úteis, à totalidade das reclamações no ano de 2024.

Resposta a reclamações escritas (Geral-Prazo AdC) - Acum. Ano





RECURSOS
HUMANOS

6 RECURSOS HUMANOS

6.1 Gerir a Estrutura Organizacional

Durante o ano de 2024 a Águas de Cascais teve ao seu serviço, em média, 198 colaboradores, dos quais 63 em regime de cedência de interesse público e 136 privados. Neste período verificou-se uma ligeira diminuição do número de colaboradores, face a 2023, motivada por dificuldades de recrutamento.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Número de Colaboradores (incluindo recibos verdes e temporário)	#	216	216	213	204	199	199	0	0%

Durante o ano de 2024 a idade média dos nossos colaboradores era de 49 anos, sendo a sua estrutura em género de 130 homens (65%) e 68 mulheres (35%).

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Custo Médio com pessoal - últ 12 meses	€/colaborador	24.188	24.087	24.106	24.656	26.690	29.238	2.548	9,5%

Desde 2022, regista-se uma tendência gradual de subida no Custo Médio de Pessoal.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Incidência de Trabalho Extraordinário - Acum. Ano	Horas/colaborador	3	1	2	1	2	2	0	1%

Durante o ano de 2024 o trabalho extraordinário foi residual. A reorganização das equipas e o esforço acrescido das chefias, contribuíram para este resultado.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Gastos Horas Extra (Geral) - Acum. Ano	€/colaborador	31,8	8,8	15,4	10,6	21,7	25,4	3,7	17%
Gastos Regime de Turnos (Geral) - Acum. Ano	€/colaborador	344,1	381,2	294,5	303,3	338,8	365,4	26,7	8%

No geral, registou-se durante o ano de 2024 um ligeiro decréscimo do absentismo, não obstante a AdC ter uma idade média de colaboradores elevada.

Designação	Unidades	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	Variação 2024 / 2023	
Absentismo (exceto atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	6,2	5,9	3,9	3,9	4,2	3,5	-0,6	-15%
Absentismo (Exceto Doença Prolongada e atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	2,0	1,3	1,5	1,3	1,4	1,3	-0,1	-9%

No final ano de 2024 a AdC tinha 20 colaboradores com contrato a prazo, representando 9,1%.

6.2 Desenvolver e Formar os Colaboradores

Durante o ano de 2024 foram realizadas 4.393 horas de formação, tendo sido superado o objetivo total de horas de formação para o ano de 2024, que rondava as 3.830 horas.

As ações de formação ministradas nos diversos âmbitos têm revelado ser eficazes, constituindo mais valias para os Colaboradores abrangidos. A AdC pretende desenvolver e continuar a investir em diversas áreas desde a formação a novos colaboradores, assim como segurança, ambiente e tecnologias, sempre como ferramentas essenciais para o crescimento de desenvolvimento do nosso capital humano.

O plano de formação para 2024 continuou a apostar em formações diversificadas e com um foco na contribuição para a motivação e interesses pessoais, não olhando só ao desenvolvimento técnico dos colaboradores.



6.3 Consultar e Informar os Colaboradores

Os colaboradores da Águas de Cascais têm total liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva, registando-se uma redução ligeira dos colaboradores sindicalizados. Mantem-se a Comissão Sindical do STAL para a AdC.

Designação	Unidades	dez'19	dez'20	dez'21	dez'22	dez'23	dez'24	Variação 2024 / 2023
Taxa de Trabalhadores Sindicalizados	%	21,3	20,8	19,2	19,6	19,6	19,6	0,0 0%

A AdC promove anualmente a realização de duas consultas aos trabalhadores de acordo com o definido em legislação específica, nomeadamente no artigo 18.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro – Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho –, e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 fevereiro – Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

A Águas de Cascais promoveu no decorrer do ano de 2024 a primeira Consulta aos Trabalhadores (CT), no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Foram consultados todos os colaboradores da Águas de Cascais - 201 colaboradores, tendo sido rececionados 91 questionários.

Para além dar cumprimento a uma obrigação legal, a Consulta aos Trabalhadores visa avaliar junto dos trabalhadores, a sua perceção para as condições de Segurança e Saúde no Trabalho nas várias unidades de trabalho da empresa. Os relatórios são divulgados na Intranet para conhecimento de todos os colaboradores, sendo que nos casos em que há acesso limitado de e-mail, os responsáveis de área comunicam às equipas. A AdC promove também a consulta aos prestadores de serviços com colaboradores a trabalhar nas instalações da empresa, sendo realizada através de um breve questionário.

A Empresa mantém um sistema de controlo dos seus fornecedores mais relevantes, onde se inclui a realização de auditorias (ver auditoria a fornecedores) e um sistema de visitas às obras contratadas a outras Empresas, não tendo sido, até à data, detetadas situações de tráfico humano, trabalho forçado ou infantil. Não foram criadas, durante o ano de 2024, ocorrências especificamente para alertar e resolver situações desta génese.

A Águas de Cascais tem como política, conforme estabelecido no seu Código de Conduta, a garantia de igualdade de oportunidades a todos os colaboradores. Todas as práticas, políticas e procedimentos da empresa asseguram a prevenção da existência de qualquer forma de discriminação na contratação, remuneração e outros benefícios, acesso a formação, promoção, término de contrato ou reforma, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, idade, orientação sexual, associação a sindicato ou a filiação política. Conforme estabelecido no seu Código de Boa Conduta para a Prevenção de Combate ao Assédio no Trabalho, não são tolerados quaisquer comportamentos ou atos de assédio no local de trabalho, incluindo Colaboradores, Clientes ou Fornecedores, ainda que possam ocorrer fora do horário de trabalho e das instalações da empresa. A Empresa repudia, também, qualquer envolvimento no Tráfico Humano, Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado e Compulsório.

O Comité de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), criado em 2020 no âmbito do processo de transição da norma OSHAS 18001:2007 para a norma NP ISO 45001:2019 (Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho), com o objetivo de debater e solucionar questões no âmbito da SST, que surjam especificamente em cada uma das áreas da empresa, continuou a atividade ano de 2024, abordando e debatendo de temas transversais às diferentes áreas da empresa, com implementação de diversas medidas.

Manteve-se o projeto “Toolbox - Ações de Sensibilização” direcionadas às áreas operacionais, realizadas pelos técnicos de Segurança, mas contando com a intervenção de todos os colaboradores presentes e respetivas direções e coordenações. Estas sessões têm como principal objetivo informar e sensibilizar os trabalhadores, abordando várias temáticas relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, fomentando também o envolvimento dos trabalhadores nestes âmbitos e promovendo a partilha de ideias.

Realizada com periodicidade mensal, através da afixação de cartazes em pontos estratégicos da empresa, publicação na intranet e envio por e-mail, a divulgação mensal dos acidentes de trabalho tem como objetivo a sensibilização dos colaboradores e reforçar as boas práticas relativas às matérias de segurança e higiene no trabalho, bem como mobilizar as equipas para a adoção de práticas seguras, utilizando o contador dos dias sem acidentes de trabalho.

A par da segunda fase da já conhecida campanha *A segurança começa em mim*, a Águas de Cascais lançou a todos os seus Colaboradores um desafio com a *Iniciativa Zero Acidentes*. Acreditamos que todos os acidentes, danos e doenças relacionadas com o trabalho são evitáveis e, por isso, esta iniciativa é uma estratégia pura de prevenção e de alerta.

Esta iniciativa teve um impacto positivo junto dos Colaboradores, que a par de um acompanhamento intenso da equipa de Segurança e Saúde no Trabalho, resultou no decréscimo do número de acidentes na empresa e, por consequência, no número de dias perdidos por acidente de trabalho, relativamente ao ano 2023.



Nem todos os perigos são óbvios ou fáceis de reconhecer, mesmo quando os vemos todos os dias. Alguns estão escondidos à vista de todos, escondidos nas tarefas rotineiras ou nas reações que temos quando as coisas não saem como planeamos.

Reforçar a forma como a nossa segurança coletiva é alcançada, trabalhando juntos para permanecermos alertas, focados e apoiados em todos os momentos do nosso trabalho. Por isso, em 2024, a Águas de Cascais lançou a campanha *A segurança começa em mim*.



Feita por Colaboradores e para Colaboradores, esta campanha contou com duas vagas de comunicação através do envio de uma e-letter, divulgação de cartazes nas várias instalações da Empresa e com mais um vídeo com o testemunho de seis colaboradores da empresa.





SISTEMA DE GESTÃO
INTEGRADO

7 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

7.1 Âmbito e Processos

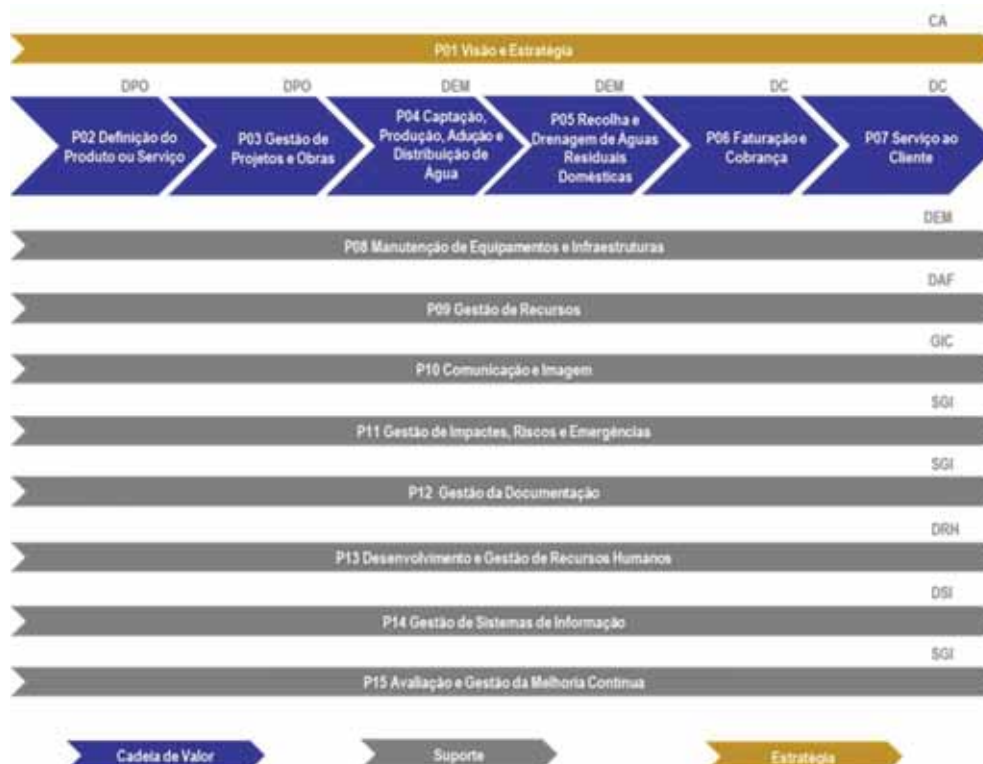
A Empresa dispõe, desde 2007, de um Sistema de Gestão Integrado (SGI), consistente e de acordo com as normas e referenciais internacionais, cujo âmbito compreende as seguintes atividades, desenvolvidas no Concelho de Cascais:

- Captação, adução, tratamento e distribuição de água;
- Drenagem de águas residuais domésticas;
- Manutenção da rede de águas pluviais, nos termos do contrato de concessão.

A partir de setembro de 2018 a APCER (Associação Portuguesa de Certificação), parceira da IQNet (The International Certification Network), renovou a certificação dos Sistemas de Gestão segundo os referenciais de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) e Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001/NP 4397), certificação que a Águas de Cascais detém desde 2008. Em novembro de 2020 foi concluído o processo de migração da OHSAS 18001 para a NP ISO 45001:2019. A empresa mantém o sistema de Responsabilidade Social, tendo optado por não renovar a sua certificação no âmbito da SA 8000.

A Empresa dispõe, também, de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do seu Laboratório, responsável pelo controlo da qualidade da água, na adução e distribuição, está acreditado pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação), segundo a norma NP EN ISO IEC 17025, desde 1998.

A estrutura de processos do SGI é apresentada na figura seguinte.



O desempenho de cada um dos processos acima representados é analisado com detalhe no Relatório de Revisão pela Gestão, com periodicidade semestral. O SGI continua a manter-se consistente, adequado e eficaz.



7.2 Impactes e Riscos Operacionais

O processo de Gestão de Impactes, Riscos e Emergências materializa a política da Águas de Cascais no que se refere aos riscos e impactes operacionais, inerentes à atividade de distribuição de água para consumo humano e de recolha de águas residuais, assim como, aos riscos ambientais e de segurança e saúde no trabalho, sendo considerado um processo chave na organização.

A Águas de Cascais implementou, ainda, medidas de controlo para outros tipos de risco, como por exemplo, riscos económico-financeiros, jurídicos ou relativos aos sistemas de informação e proteção de dados. A carteira de seguros da Águas de Cascais cobre um amplo conjunto de riscos, nomeadamente, no ramo real, multiriscos comerciais e industriais, responsabilidade civil, responsabilidade ambiental, e frota automóvel, e, no ramo vida, seguro de doença, acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

No que se refere à continuidade do serviço, importa relevar que a responsabilidade inerente ao fornecimento de água para consumo humano e recolha de águas residuais domésticas torna imperiosa a existência de uma organização planeada e treinada, que permite uma abordagem eficaz e sistemática a emergências.

Para esse efeito existe, na Águas de Cascais, um Centro de Atendimento Permanente, com o apoio de um sistema de Telegestão, que garante uma pronta resposta e que vem permitindo à Empresa, nos últimos anos, evitar importantes incómodos aos seus clientes e assegurar um muito elevado grau de fiabilidade no fornecimento.

Apesar dos mecanismos já disponíveis para atuação em caso de emergência, a Águas de Cascais pretende ainda reduzir o nível de risco através da realização de investimentos com impacto muito significativo nesta matéria, nos quais se destacam as obras de construção do reservatório superior e do terceiro adutor, em curso, que permitirão diversificar os pontos de entrega de água fornecida pela EPAL. No que concerne ao transporte de águas residuais domésticas (ARD), foram remodeladas recentemente as EEAR da Crismina, da Duquesa e da Charneca, com o objetivo de melhorar o encaminhamento das ARD e seu posterior tratamento.

No que se refere à segurança do produto fornecido (qualidade da água para consumo humano), a Empresa dispõe de sistemas físicos de controlo de contaminação nas suas infraestruturas, planos de manutenção e limpeza, procedimentos de trabalho no sentido de minimizar riscos, tendo também implementado um Programa de Controlo Operacional da Qualidade de Água que lhe permite uma monitorização eficaz, na origem (produção própria ou EPAL) e ao longo da rede de adução e distribuição. Este programa tem sido essencial para os excelentes resultados que a Empresa tem conseguido, no que se refere ao controlo da qualidade da água fornecida, realizado na torneira dos consumidores, nos termos da legislação e normas nacionais e europeias.

No sentido da melhoria contínua, a Águas de Cascais implementou um Plano de Segurança da Água (PSA), elaborado com base num sistema preventivo de garantia de segurança e seguindo o Guia Técnico da ERSAR sobre esta matéria, o qual se fundamenta numa metodologia semelhante ao HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point).

Aquele plano incorpora uma avaliação de riscos, tendo em conta os perigos para os consumidores decorrentes de contaminações físico-químicas, biológicas ou outras, nas várias fases do ciclo da água, desde a origem até à entrega aos nossos clientes: captação, tratamento e adução.

Encontra-se em desenvolvimento um plano de recuperação de desastre para as Tecnologias da Informação, que permita documentar as diversas componentes da recuperação de desastre já implementadas. A infraestrutura do POM recebe atualmente réplicas de todos os servidores das redes Corporativa e de Telegestão a cada 30 segundos. Foi instalada uma estação de trabalho da Telegestão no POM, para que a mesma possa ser operada totalmente a partir do POM em caso de desastre na Sede, recorrendo às réplicas dos servidores mencionadas.

A Águas de Cascais procedeu à identificação das questões externas e internas e das partes interessadas mais relevantes, tendo em consideração o contexto em que se insere e a estratégia da empresa, com a consequente inventariação das suas necessidades e expectativas e das obrigações de conformidade e avaliação dos riscos e oportunidades, procurando identificar a necessidade de desenvolvimento de ações para melhorar o seu desempenho. Tais ações têm revelado ser eficazes, pelo que se mantêm em permanente execução.

7.3 aspetos e impactes ambientais

A Águas de Cascais procede, periodicamente, à identificação dos seus aspetos ambientais, e à avaliação dos inerentes impactes ambientais, que decorrem da sua atividade ou dos seus fornecedores e clientes (ciclo da água). Dessa avaliação resulta um conjunto de ações que procuram melhorar o seu desempenho ambiental, assim como prevenir, em eventuais situações de acidente, fenómenos de poluição/contaminação.

Apesar da Águas de Cascais não operar nenhuma infraestrutura de tratamento de águas residuais (entrega as águas residuais ao sistema em alta, operado pela AdTA) e cerca de 85% da água que utiliza ser fornecida pela EPAL, existem alguns aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que pode controlar e influenciar numa perspetiva de ciclo de vida.

Da avaliação dos impactes ambientais resulta, também, a incorporação da melhoria do seu desempenho ambiental na estratégia da Empresa. Exemplos desta questão são os objetivos de redução das perdas, de aumento da eficiência energética e de eliminação de infiltrações de AP na rede de ARD, patentes nos objetivos estratégicos anteriormente apresentados neste relatório.

7.4 Risco para os Trabalhadores

No que se refere à gestão da segurança e saúde no trabalho, a Empresa optou por serviços internos, dispondo nos seus quadros de três técnicos de segurança, enquadrados no Gabinete de Sistema de Gestão Integrado. No que se refere à Medicina no Trabalho, a opção passou pela subcontratação, cabendo à Direção de Recursos Humanos a gestão desse contrato.

As avaliações dos perigos e riscos de segurança e saúde no trabalho são revistas e atualizadas em resultado das visitas realizadas periodicamente às instalações e atividades da AdC, pelos técnicos de segurança ou pelo Médico do Trabalho, de situações detetadas pelos colaboradores e da ocorrência de acidentes de trabalho.

No âmbito da preparação para emergências, a AdC desenvolveu as Medidas de Autoproteção (MAP) para cada instalação (Sede, Parque Operacional de Murches e Laboratório) e os Planos Específicos de Pequenas Instalações (PEPI) – Loja de Cascais e Loja de Carcavelos –, integrando documentos, registos e diversas fichas de intervenção em caso de necessidade de intervenção nas mais diversas situações.

No ano de 2024 não foram aplicadas à Empresa quaisquer coimas referentes a incumprimentos de legislação ambiental ou relacionados com a segurança e saúde no trabalho.

7.5 Melhoria contínua

Na Águas de Cascais encaramos a melhoria e as mudanças inerentes como uma atividade tão contínua e permanente como o fornecimento de água ou a recolha de águas residuais domésticas. Para tal acontecer, consideramos essencial a existência de um processo sistemático para o tratamento de todas as melhorias, desde o registo das ideias iniciais, avaliação da sua oportunidade e definição das ações a implementar, até à avaliação da eficácia das ações implementadas.

Considerando todos os colaboradores como potenciais fontes de sugestões de melhoria, a Caixa de Sugestões intitulada de “Clube dos Iluminados”, acessível a partir da Intranet da Empresa ou de locais previamente definidos para os que não tiverem qualquer acesso a computadores, continua a ser uma ferramenta bastante utilizada. A informação relativa às sugestões



apresentadas, a respetiva análise, responsáveis e estado de implementação é frequentemente atualizada e disponibilizada, para consulta de todos os colaboradores. No ano de 2024, foram implementadas 2 sugestões, sendo objetivo a implementação de 8 sugestões no corrente ano. Dos vários mecanismos de melhoria implementados, o “Clube dos Iluminados” é o mais acessível a todos, pelo que se valoriza mais a quantidade e simplicidade nas sugestões apresentadas do que noutras áreas.

7.6 Auditorias

Manteve-se a abordagem de realização de uma auditoria interna integral, envolvendo todos os processos da organização, abrangendo instalações diferentes das auditorias anteriores e recorrendo a auditores externos.

Considerando-se uma ferramenta essencial numa abordagem sistemática à melhoria, e dando continuidade ao procedimento adotado, a auditoria interna de 2024 foi realizada em maio, de acordo com o Programa de Auditorias estabelecido, no âmbito dos quatro referenciais. NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001:2018 e com referência na SA 8000:2008. O número de Não Conformidades e de Sugestões decorrentes de auditorias internas, tem vindo a apresentar uma evolução consentânea com a maturidade do SGI.

A auditoria externa de renovação foi realizada pela APCER, em julho, tendo por base três referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP ISO 45001:2023. Na sequência desta auditoria, a Águas de Cascais viu renovadas as certificações nos referenciais referidos.

No âmbito do esforço de melhoria conjunta com os fornecedores, a Empresa promove auditorias de segunda parte a estas entidades. As ações implementadas pelos fornecedores que decorreram das auditorias são depois consideradas no ciclo de avaliação seguinte. No ano de 2024 foram realizadas 3 auditorias a fornecedores.

7.7 Inovação e Desenvolvimento

Sendo a inovação um dos valores desta Empresa tem sido uma preocupação da gestão, como se descreveu, a sistematização dos processos de mudança e melhoria. Se, em alguns casos, as melhorias são de simples e rápida implementação, outros há em que implicam a realização de processos nunca realizados na organização e cujo desenvolvimento é relativamente complexo.

Para estes casos a Empresa tem vindo a estruturar projetos de I&D Empresarial, através de candidaturas ao Sistema de Incentivos promovido pela ADI (SIFIDE). Dando continuidade aos projetos que vêm sendo desenvolvidos, em 2024 a AdC apresentou a candidatura referente ao exercício de 2023.

Estando a Empresa abrangida pela obrigação prevista no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de promover e manter um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas (PGPI) e considerando a oportunidade de melhorar o sistema de gestão integrado – SGI, nesta vertente (nas restantes a Empresa já tem maior maturidade e dispõe, inclusive, de certificação por entidade externa) iniciou-se, ainda em 2012, um projeto de implementação daquele sistema. Desde então tem-se vindo a dar continuidade ao referido programa, no sentido de se rever o respetivo planeamento estratégico, de se aprofundar o planeamento tático e realizar as ações definidas para a implementação dos referidos planeamentos.

Dando sequência ao Plano Estratégico de Cascais para as Alterações Climáticas (PECAC), elaborado em 2010 pela CM Cascais, em conjunto com o Center for Climate Impacts, Adaption and Modelling (CCIAM), da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 2017 foi desenvolvido o Plano de Ação de Cascais para a Adaptação às Alterações Climáticas, resultante de uma parceria do Município com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que visou a implementação de 13 medidas consideradas prioritárias para promover uma cidade mais resiliente e adaptada às alterações climáticas, até 2030.

A AdC esteve diretamente envolvida na elaboração de ações para as seguintes medidas:

- Alternativas ao fornecimento de água potável: tem como objetivo a proteção e garantia das melhores condições de utilização das captações próprias (encontram-se delimitados os perímetros de proteção das captações subterrâneas



Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho, tendo sido emitidos os títulos de utilização pela APA, em 2013), bem como o aumento da produção própria de água e continuar a garantir o controlo operacional do abastecimento;

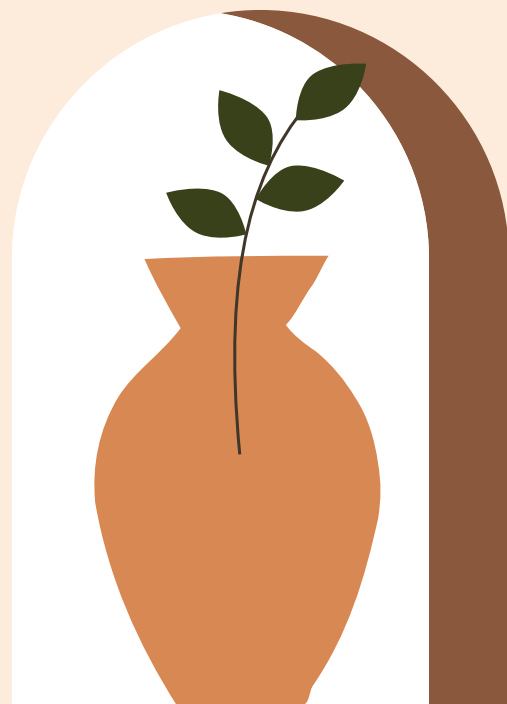
- Separação de águas residuais e pluviais: tem como objetivo a gestão técnica das infiltrações, através da utilização de técnicas de diagnóstico permanente, monitorização do desempenho dos sistemas, deteção de ocorrências e zonas críticas e determinação de prioridades de atuação na redução dos caudais indevidos que afluem aos sistemas;
- Eliminação da poluição nas linhas de água: tem como objetivo contribuir para a boa qualidade das águas das ribeiras (e também balneares), área onde ainda serão possíveis melhorias, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das regras ambientais pelos utilizadores da rede pública de drenagem de ARD.

Considerando as ações preconizadas no PECAC (2010) e no Plano de Ação, considera-se que a estratégia da AdC está, na generalidade, alinhada com as medidas preconizadas para a adaptação às alterações climáticas acrescentando-se uma área relacionada com a redução de infiltrações de águas pluviais na rede de águas residuais domésticas.

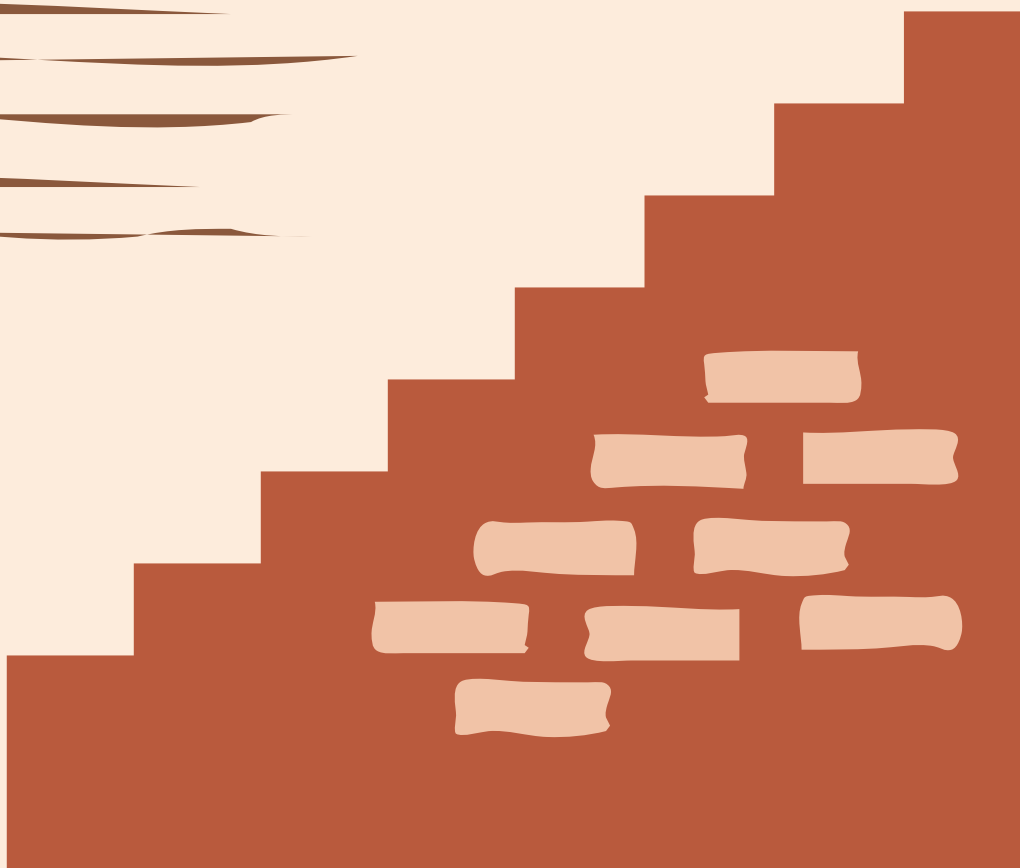
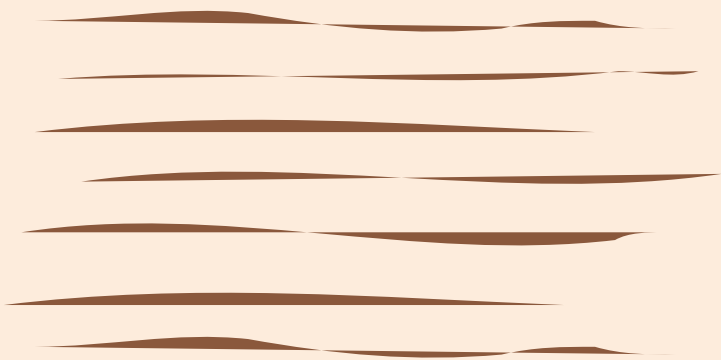
Na dimensão tecnológica há alguns desenvolvimentos recentes na melhoria da eficiência dos processos, onde se destacam:

- a) Novos sistemas para melhoria da gestão de pressão da água na rede (possibilidade de programação da pressão de saída em estações elevatórias de água, ou em válvulas redutoras de pressão, em função da hora, do dia ou do caudal);
- b) Novos modelos matemáticos de apoio à definição de prioridades na pesquisa de fugas;
- c) Novos sistemas de comunicação para recolha de dados de contadores de clientes à distância;
- d) Técnicas de deteção de ilícitos em redes como, por exemplo, a vídeoscopia em tubagens de água e a máquina de fumos em redes de águas residuais domésticas (ARD);
- e) Técnicas de deteção de fugas não visíveis e silenciosas (background leaks) através do uso de gases traçadores ou de correlação acústica online.
- f) Novas tecnologias de telemetria de caudais, que melhorem a resiliência dos equipamentos, a capacidade e qualidade das comunicações e a facilidade de análise e integração dos dados/leituras no processo de faturação da empresa.





PERSPETIVAS FUTURAS E NOTA FINAL



8 PERSPETIVAS FUTURAS

A Águas de Cascais continuará a privilegiar o permanente contacto e o sãõ relacionamento com o Concedente, com os seus Acionistas, com os seus Clientes e restantes partes interessadas, procurando sempre as melhores soluções para as questões comuns.

A Empresa deverá manter a sua estratégia de permanente melhoria da eficiência, não apenas para compensar a eventual redução na atividade, mas também para manter os níveis de rentabilidade necessários para cumprimento com todas as suas obrigações contratuais, onde se destaca o desenvolvimento do importante plano de investimentos previsto contratualmente.

Dar-se-á, também, continuidade às atividades no âmbito da redução de perdas, com recurso a técnicas e meios mais eficazes de deteção de fugas, a redução de falhas no abastecimento e a deteção de anomalias nas redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, no aumento da eficiência energética e no programa de realização de benfeitorias nas instalações geridas pela Águas de Cascais, bem como na realização das campanhas de substituição de contadores.

Será feita uma aposta na inovação e otimização de processos, resultado da análise efetuada aos vários processos da empresa e definição de soluções inovadoras, como a desmaterialização de alguns processos.



9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2024 não ocorreram factos relevantes que devam ser considerados no âmbito do presente relatório.



10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 18.º dos estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 11.929.423,48 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Dividendos, no montante de 9.000.000,00 euros;
- Resultados Transitados, no montante de 2.929.423,48 euros.



11 NOTA FINAL

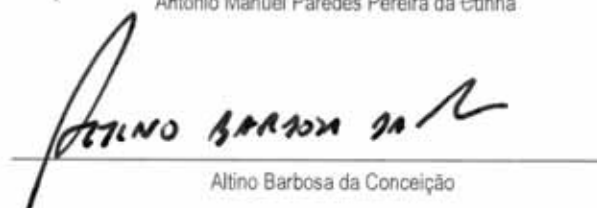
A finalizar, gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento aos Acionistas, pelo acompanhamento proporcionado através, designadamente, dos respetivos serviços de apoio a concessionárias, aos funcionários e colaboradores da Empresa, pelo empenhamento demonstrado na persecução dos objetivos definidos pela Administração, e, por último, à Concedente, ao Consórcio Bancário e aos Órgãos Sociais, pela forma positiva e cooperante com que pautaram a sua atuação.

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Altino Barbosa da Conceição

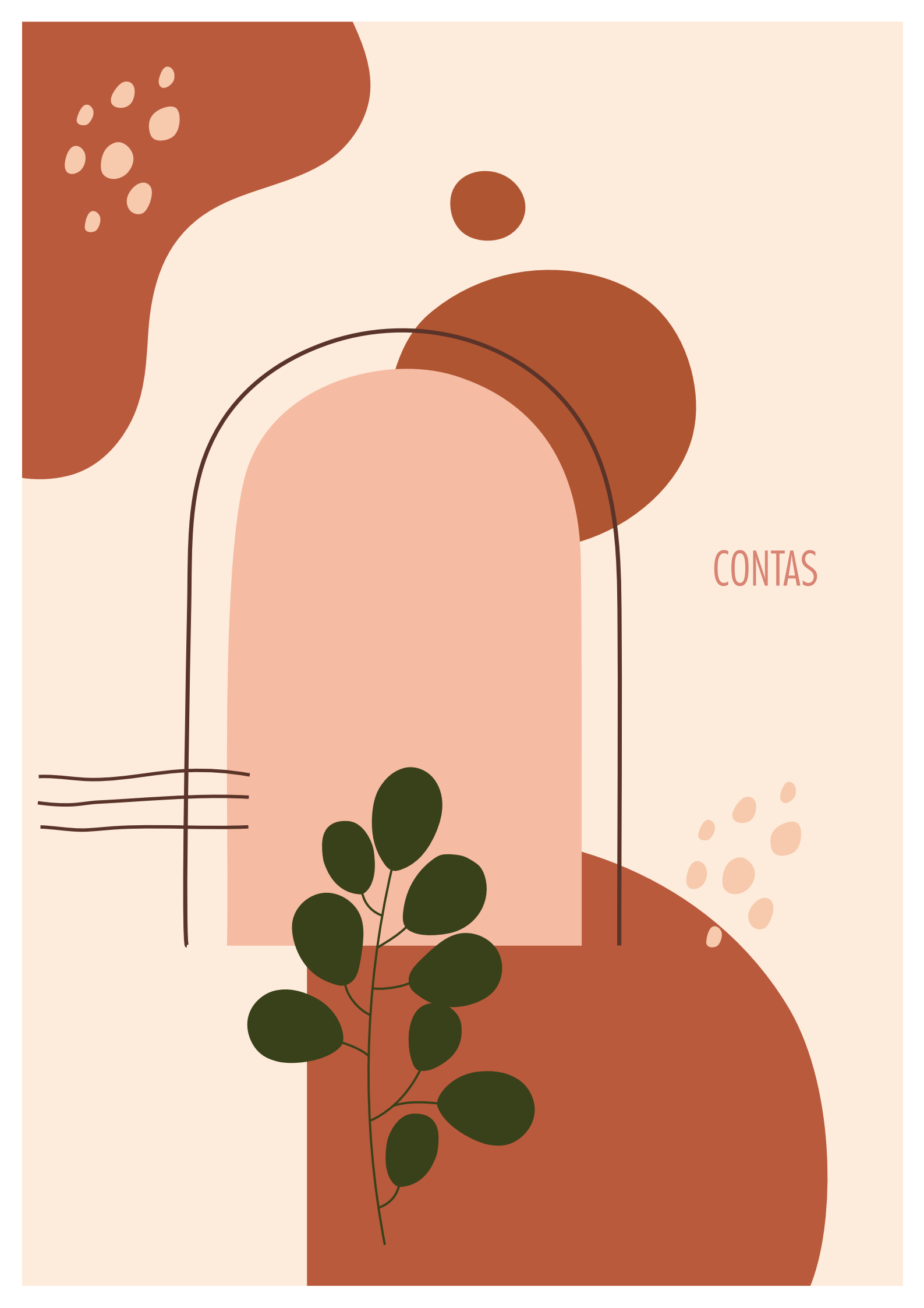


Carlos Alberto da Silva Rodrigues



João Pedro Faria Feliciano



An abstract illustration featuring a light beige background. In the top left, a dark reddish-brown organic shape contains several small, light orange circles. A large, dark reddish-brown circle is positioned in the upper right. A large, light pink rounded rectangle is centered in the middle. A dark brown arching line spans over this rectangle. To the left of the rectangle, three horizontal dark brown lines intersect with a vertical line. In the bottom center, a dark green plant with several oval leaves grows upwards. At the bottom right, a large dark reddish-brown shape contains a cluster of light orange circles of various sizes. The word "CONTAS" is written in a dark reddish-brown, sans-serif font on the right side.

CONTAS

12 CONTAS

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2024

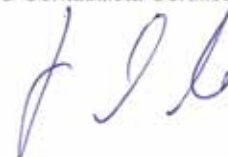
		EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	31/12/24	31/12/23
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	12	2.596.858	2.209.477
Ativos Intangíveis	13	61.350.293	66.170.811
Outros Investimentos Financeiros	14	21.912	22.398
Créditos a Receber	19	218.342	218.342
Ativos por Impostos Diferidos	15	99.494	128.317
		64.286.898	68.749.344
Ativo Corrente			
Inventários	16	192.643	175.486
Clientes	17	11.901.343	10.948.611
Adiantamentos a Fornecedores	25	2.130.150	36.551
Outros Créditos a Receber	19	60.374	62.459
Diferimentos	20	148.401	166.246
Caixa e Depósitos Bancários	21	22.529.501	22.626.047
		36.962.411	34.015.400
Total do Ativo		101.249.309	102.764.744
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	22	3.500.000	3.500.000
Reservas Legais	22	700.000	700.000
Resultados Transitados	23	42.902.779	42.931.227
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	24	2.702.875	2.612.317
Resultado Líquido do Período		11.929.423	8.971.552
Total do Capital Próprio		61.735.077	58.715.096
Passivo			
Passivo não Corrente			
Financiamento Obtidos	26	6.965.898	10.802.386
Passivos por Impostos Diferidos	15	195	195
Outras Dívidas a Pagar	27	11.576.009	13.364.170
		18.542.103	24.166.751
Passivo Corrente			
Fornecedores	25	6.319.213	5.972.052
Estado e Outros Entes Públicos	18	1.622.987	735.232
Financiamentos Obtidos	26	3.540.830	3.941.830
Outras Dívidas a Pagar	27	9.250.171	8.948.124
Outros Passivos Financeiros	28	238.927	285.659
		20.972.129	19.882.896
Total do Passivo		39.514.232	44.049.648
Total do Capital Próprio e do Passivo		101.249.309	102.764.744

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado




Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e Serviços Prestados	4	64.811.614	59.676.113
Trabalhos para a Própria Entidade	6	4.514.514	3.764.147
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5	-11.779.796	-11.694.035
Fornecimentos e Serviços Externos	6	-25.883.159	-23.086.682
Gastos com Pessoal	7	-5.801.341	-5.373.574
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	17	-514.601	-626.690
Aumentos / Reduções de Justo Valor	14	-486	1.278
Outros Rendimentos	8	1.991.332	1.571.952
Outros Gastos	9	-363.269	-221.305
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		26.974.807	24.011.205
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização	12, 13	-9.947.883	-9.182.671
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		17.026.924	14.828.534
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	10	939.663	781.133
Juros e Gastos Similares suportados	11	-1.912.422	-3.546.580
Resultado Antes de Impostos		16.054.166	12.063.088
Imposto sobre o Rendimento do Período	15	4.124.743	3.091.535
Resultado Líquido do Período		11.929.423	8.971.552

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado




Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

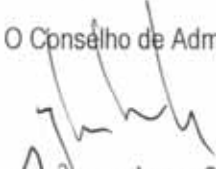
EUROS

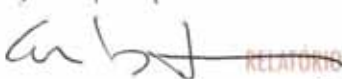
RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes		81.648.357	75.869.016
Pagamentos a Fornecedores		-39.467.830	-34.392.191
Pagamentos ao Pessoal		-5.693.063	-5.318.135
Caixa gerada pelas operações		36.487.463	36.158.690
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-3.065.636	-3.439.127
Outros Recebimentos / Pagamentos		-14.835.303	-14.312.644
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		21.238.477	18.406.920
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-659.104	-525.631
Ativos Intangíveis		-5.027.050	-3.850.916
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento	24	631.544	585.927
Juros e rendimentos similares		575.428	285.404
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de Investimento [2]		-4.479.182	-3.505.216
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-3.941.830	-3.701.230
Juros e Gastos Similares		-1.262.059	-1.548.521
Dividendos		-9.000.000	-7.000.000
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio			
Outras Operações de Financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento [3]		-14.203.889	-12.249.751
Variação de Caixa e seus Equivalentes [1+2+3]		2.555.407	2.651.953
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no início do período		22.626.047	19.974.094
Caixa e seus Equivalentes no fim do período		22.529.501	22.626.047

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado







RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS - 2024

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

EUROS													
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Escadelas de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2022	1	3.500.000				700.000		41.030.337	-202.636		2.747.845	8.892.699	56.676.525
Alterações no período:													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas									5.570		-24.746		-19.176
Ajustamentos por impostos diferidos									-25.033		111.216	-1.892.690	86.185
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									1.892.690		86.472	-1.892.690	87.969
Resultado líquido do período	2												
Resultado integral	3												
	4+2+3												
Operações com detentores de capital no período:													
Realizações de capital													
Distribuições												-7.000.000	-7.000.000
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	5											-7.000.000	-7.000.000
Posição em 31 de dezembro de 2023	6+4+5	3.500.000				700.000		42.931.327	-222.100		2.834.417	8.971.552	58.715.996
Posição em 31 de dezembro de 2023	6	3.500.000				700.000		42.931.327	-222.100		2.834.417	8.971.552	58.715.996
Alterações no período:													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Ajustamentos por impostos diferidos									-10.308		-10.518		-20.826
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									46.731		60.742	28.448	135.871
	7								-26.448		36.334	54.234	60.556
Resultado líquido do período	8												
Resultado integral	9+7+8												
Operações com detentores de capital no período:													
Realizações de capital													
Distribuições												-8.000.000	-8.000.000
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	10											-8.000.000	-8.000.000
Posição em 31 de dezembro de 2024	9+9+10	3.500.000				700.000		42.902.779	-185.706		2.888.641	11.929.423	61.725.977

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

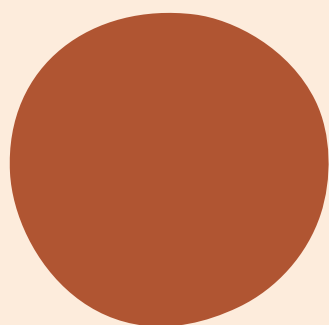
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO



13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

1. Identificação da Empresa

A sociedade AdC-Águas de Cascais, SA, pessoa coletiva n.º 505 124 289, com sede na Estrada da Malveira da Serra, 1237, Aldeia de Juso, em Cascais, foi constituída em 29 de agosto de 2000.

A sua atividade decorre do Contrato de Concessão celebrado, em 2 de novembro de 2000, com o Município de Cascais; com a duração de 25 anos, este contrato tem por objeto a Concessão da Exploração do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais. Foi assinado com o Município de Cascais um Aditamento ao Contrato de Concessão, que prolonga a Concessão por mais 5 (cinco) anos, até 2030.

A Estrutura Acionista é a seguinte:

- AGS-Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, com sede na Quinta da Fonte Office Park, Edifício Q54 D. José, Piso 2, Paço de Arcos, em Oeiras; detém uma participação de 50%.
- AQUAPOR Serviços, SA, com sede na Av. Marechal Gomes da Costa, 33 – 1º A, Lisboa; detém uma participação de 50%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

As presentes demonstrações financeiras não são as primeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

As divulgações que não constam deste anexo, não foram incluídas por não serem aplicáveis.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.



Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, utilizando-se, de um modo geral, as taxas de depreciação definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de forma a reintegrar o valor destes ativos no período estimado da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas podem ser resumidas da seguinte forma:

	PERÍODO DE VIDA ÚTIL		
	ANOS		
Equipamento básico	7	a	10
Equipamento de transporte	4	a	5
Ferramentas e utensílios	5	a	8
Equipamento administrativo	3	a	10

As aquisições de valor inferior a 1.000 € são depreciadas integralmente no ano de aquisição.

As despesas de reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, que aumentem a vida útil do bem, são consideradas como valor acrescentado desse Ativo e objeto das correspondentes depreciações.

O ganho ou perda que resulte do desreconhecimento de um ativo tangível (valor de venda deduzido do custo da venda e do valor contabilístico) faz parte do resultado do exercício em que o ativo é desreconhecido.

Ativos Intangíveis

As despesas de constituição estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

Pelo conjunto de bens imóveis, que integram os sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento, colocados pela Concedente à disposição da empresa, resulta o pagamento da retribuição anual, ao longo do período da concessão.

A Retribuição à Concedente está registada a valores de 2009, conforme Aditamento ao Contrato de Concessão, mensurado ao custo amortizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Na assinatura do contrato de concessão a empresa comprometeu-se a efetuar investimentos em infraestruturas de Água e Saneamento no concelho de Cascais. Estes investimentos no final da concessão reverterem a favor da Concedente (Município de Cascais), sem custos nem ónus. Este direito é reconhecido como Ativo Intangível no momento da sua disponibilização para exploração e mensurado ao custo, acrescido, caso exista, da capitalização de encargos financeiros incorridos no seu financiamento durante a sua execução.

As Infraestruturas reversíveis para a Concedente no final do Contrato estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos intangíveis (despesas de constituição, retribuição à Concedente, e infraestruturas reversíveis) são amortizados, numa base duodecimal, no número de anos até final da Concessão; com a assinatura do Aditamento ao Contrato de



Concessão a 31 de março de 2010, este foi prolongado em 5 anos. Por este motivo, as amortizações, a partir do início do mês de abril de 2010, foram calculadas tendo em consideração esta extensão do Contrato de Concessão. O método de amortização usado é o da linha reta, porque é o método que melhor tem refletido os benefícios económicos do ativo consumidos pela empresa, e melhor reflete os futuros benefícios económicos.

A manutenção e reparação do ativo afeto à Concessão são da responsabilidade da empresa durante o período de duração do contrato de concessão, sendo contabilizadas em gastos no exercício em que ocorrem.

Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento, ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, caso a mesma respeite a ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecida em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que está reconhecida.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como locações operacionais se através deles não foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Custos de empréstimos obtidos

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.



Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou intangíveis (infraestruturas reversíveis) são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Inventários

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

Quanto ao método de custeio adotaram-se os seguintes critérios:

- as saídas de armazém de matérias-primas, subsidiárias e de consumo foram valorizadas pelo custo médio ponderado;
- as saídas de mercadorias (água fornecida pela EPAL) foram valorizadas ao custo de aquisição efetivo.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Clientes e Outros créditos a receber

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzida das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos, e legislação em vigor para o setor.

Não são perdas por imparidade, por não se considerarem de cobrança duvidosa, as dívidas do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais ou aquelas em que estas entidades tenham prestado aval.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor de custo.

O valor em dívida da Retribuição à Concedente, mensurado ao custo amortizado, é atualizado anualmente nos termos estabelecidos no Contrato de Concessão.

O reconhecimento em corrente e não corrente advém da sua maturidade.

Estado e Outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Aos ativos não foi reconhecida imparidade por se considerar não ser aplicável, pela natureza específica do relacionamento.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo, os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Ativos e passivos por impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).



Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado.

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais exista cobertura efetiva nos termos da NCRF 27.

A empresa celebrou um contrato de taxa de juro variável, através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5 % do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

Resultados Transitados

Esta rubrica inclui (i) aplicação de resultados do exercício anterior, (iii) ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do instrumento derivado referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / CGD.

Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui as participações da Concedente ao investimento incluído no Plano de investimentos, nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão.

Rédito

O rédito proveniente da venda de água e de prestações de serviços apenas é reconhecido quando (i) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos obrigará os clientes ao pagamento de juros por atraso no pagamento, nos termos e de acordo com a legislação em vigor. Pelo recebimento, os juros são registados como rendimento financeiro.

Subsídios à exploração

Nos Subsídios à exploração são reconhecidos todos os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis, que não estão relacionados com ativos.

O reconhecimento na demonstração de resultados é feito numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Trabalhos para a própria entidade

Nos Trabalhos para a própria entidade são reconhecidos todos os custos com a execução dos bens reversíveis contratualizados, e a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante o processo.

Outros rendimentos e gastos

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a



essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios de 2023 e 2024 dividem-se da seguinte forma:

	2024	2023
Venda de água	20 299 517	18 833 072
Prestações de serviços de água	16 626 452	15 212 655
Prestações de serviços de saneamento	27 885 645	25 630 386
	64 811 614	59 676 113

5. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2023 e 2024 foram determinados da seguinte forma:

	2024			2023		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários iniciais	62 243	113 243	175 486	61 771	86 141	147 912
Compras	11 747 736	433 572	12 181 308	11 657 383	484 777	12 142 160
Saídas para ativo fixo tangível		272 141	272 141		316 514	316 514
Saídas para gastos de conserv. reparação		112 214	112 214		104 037	104 037
Inventários finais	65 539	127 104	192 643	62 243	113 243	175 486
	11 744 440	35 356	11 779 796	11 656 911	37 124	11 694 035

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo correspondem a materiais utilizados nas redes de águas de abastecimento e de águas residuais. Destes materiais, os contadores para medição do consumo de água representam o principal valor, e a saída de inventários corresponde à sua instalação na rede e consequente registo como ativo fixo tangível. As saídas para gastos são materiais utilizados na conservação e manutenção da rede de águas de abastecimento e na rede de saneamento. O custo das matérias consumidas corresponde aos materiais utilizados na execução de ramais de água.

6. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe desta rubrica nos exercícios de 2023 e 2024 foi o seguinte:

	2024	2023
Subcontratos – Tratamento e destino final de efluentes (AdTA)	9 011 113	8 264 297
Subcontratos – contratos de construção	4 266 356	3 528 523
Subcontratos – Outros	867 695	922 377
Trabalhos especializados	4 958 285	4 604 905
Comissões	252 075	246 584
Conservação e reparação	3 846 053	3 097 083
Electricidade	550 716	570 587
Combustíveis	182 192	179 165
Rendas e alugueres	1 044 654	884 837
Comunicação	91 846	82 323
Seguros	240 024	239 119
ERSAR	162 659	152 677
Comissões e encargos com garantia à Concedente	82 217	81 993
Outros	327 274	232 212
	25 883 159	23 086 682

A descrição das cauções e garantias e os respetivos valores constam da nota 32.

A rubrica “Subcontratos – contratos de construção” é o valor das infraestruturas construídas e faturadas com base em autos de medição com o seguinte detalhe e valores:

	2024	2023
Ativos reversíveis para a Concedente	4 266 356	3 528 523

O valor dos ativos reversíveis para a concedente foi registado no Ativo Intangível em curso por contrapartida da rubrica de “Trabalhos para a própria entidade”. Esta rubrica decompõe-se da seguinte maneira:

	2024	2023
Ativos intangíveis reversíveis	4 266 356	3 528 522
Fiscalização interna	248 158	235 625
	4 514 514	3 764 147

A rubrica “Subcontratos – Outros”, no exercício de 2024 inclui 211.032 euros de serviços comerciais, 464.092 euros de execução de ramais de saneamento e 192.571 euros de ramais de água. Em 2023, incluiu 179.421 euros de serviços comerciais, 533.119 euros de execução de ramais de saneamento e 209.766 euros de ramais de água.

A entidade detém o direito em locações operacionais de utilização de veículos, os quais levaram ao reconhecimento do gasto de 336.846 euros no ano de 2024, e de 183.649 euros em 2023 na rubrica “Rendas e alugueres”.

No final do período a entidade tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

A menos de 1 ano	212 629
A mais de 1 ano e menos de 5 anos	555 639



A rubrica de conservação e reparação decompõe-se da seguinte maneira:

	2024	2023
Edifícios	479 892	287 550
Equipamento de transporte	66 042	55 899
Outros equipamentos	557 082	506 735
Rede de águas	1 815 318	1 462 385
Rede de saneamento	927 719	784 514
	3 846 053	3 097 083

A conservação e reparação de edifícios em 2024 inclui 439.949 euros de limpeza e reparação de reservatórios e outras instalações de exploração, 33.357 euros de espaços exteriores e jardins e 6.589 euros em outros. No exercício de 2023 incluiu 240.863 euros de limpeza e reparação de reservatórios e outras instalações de exploração, 39.424 euros de espaços exteriores e jardins e 7.263 euros de outros.

Na conservação e reparação de equipamento de transporte, os gastos dizem respeito a viaturas especiais, como viaturas limpa-coletores, viaturas limpa-fossas, autotanque e máquinas retroescavadoras.

A conservação e reparação de outros equipamentos no exercício de 2024 inclui 483.373 euros de equipamentos de telegestão de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais domésticas, 59.925 euros de outro equipamento básico e 13.784 euros de outros equipamentos. O exercício de 2023 incluía 448.244 euros de equipamentos de telegestão de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais domésticas, 46.558 euros de outro equipamento básico e 11.933 euros de outros equipamentos.

A rubrica de trabalhos especializados decompõe-se da seguinte maneira:

	2024	2023
Auditorias	45 592	34 039
Prestação de Serviços dos Acionistas	3 507 146	3 247 069
Prestação de Serviços informáticos	425 727	354 205
Pessoal técnico de enquadramento	214 505	214 506
Gastos administrativos de faturação e cobrança	357 637	378 249
Estudos e projetos	24 808	43 408
Deteção de fugas	128 545	124 130
Ensaio / análises laboratoriais	16 202	13 582
Prestação de Serviços Jurídicos	10 703	6 062
Outros trabalhos especializados	227 420	189 655
	4 958 285	4 604 905

A rubrica “Auditorias” reflete as auditorias ao laboratório decorrentes de acreditação, auditorias ao sistema de gestão integrada, e os gastos com a revisão legal de contas. A prestação de serviços dos acionistas traduz os valores relativos ao contrato de assistência técnica e aos administradores não executivos.

A prestação de serviços informáticos respeita a gastos com as plataformas informáticas, SAP, SIG, gestão documental, monitorização de caudais, e ainda a serviços técnicos ao hardware da empresa.

Os gastos administrativos com faturação e cobrança incluem gastos com a plataforma informática, serviços de finishing e mailing. A prestação de serviços jurídicos inclui despesas de advogados com o contrato de concessão e despesas com solicitadores.

Em Outros trabalhos especializados, estão refletidos gastos com comissão agente, serviços especializados em saúde e higiene no trabalho, processos de injunção e serviço de recolha de resíduos e sistema integrado de gestão.

7. Gastos com o pessoal

Os gastos de pessoal nos exercícios de 2023 e 2024 distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações com órgãos sociais	19 600	16 400
Remunerações de pessoal	4 475 664	4 163 870
Encargos sobre remunerações	967 220	906 370
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	122 433	111 533
Outros gastos com pessoal	216 424	175 401
	5 801 341	5 373 574

Os outros gastos com pessoal respeitam a gastos de formação e bolsas de estudo a colaboradores e familiares e, gastos de ação social. O número médio de empregados ao serviço da AdC e o número final no período findo a 31 de dezembro dos anos de 2023 e 2024 foram os seguintes:

	2024	2023
Número médio de empregados	198	201
Número de empregados no fim do período	199	199

8. Outros rendimentos

Os outros rendimentos distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2024	2023
Rendimentos suplementares	1 116 783	1 050 603
Ganhos em inventários	3 280	2 312
Correções de exercícios anteriores	22 940	2 286
Imputação de subsídios ao Investimento	561 802	474 709
Restituição de Impostos	235 104	-
Outros Rendimentos e ganhos	51 423	42 042
	1 991 332	1 571 952

Os rendimentos suplementares de maior relevância são a venda de informações e pareceres sobre documentos técnicos, serviços de manutenção da rede de pluviais, reembolsos por parte dos clientes de despesas com processos de injunção, reembolsos por parte dos clientes de despesas administrativas de processos judiciais e de avisos de corte, e venda de energia elétrica da instalação de unidades de microprodução.

O valor de correções de exercícios anteriores representa correções de estimativas de gastos de anos anteriores e, restituição de quantias de processos de injunção.

A quantia da rubrica Imputação de subsídios ao investimento traduz o rendimento do período dos valores da comparticipação da Concedente ao Investimento referida na nota 24. As quantias da rubrica de Restituição de impostos referem-se à restituição de IRC no âmbito do SIFIDE.



A rubrica de outros rendimentos e ganhos em 2024 tem como quantia mais relevante 36.298 euros referentes a venda de resíduos, tendo no ano de 2023 registado o valor de 23.217 euros.

9. Outros gastos

Os outros gastos distribuem-se conforme o quadro seguinte:

	2024	2023
Impostos	28 081	30 290
Perdas em inventários	3 552	3 268
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	22 014	22 085
Correções relativas a anos anteriores	224 603	113 465
Multas fiscais e não fiscais	222	827
Indemnizações	42 957	48 113
Outros gastos e perdas	41 840	3 257
	363 269	221 305

Na rubrica de impostos os valores relevantes em 2024 são 20.919 euros de taxas de processos de injunção e 2.500 euros de imposto de selo de financiamento e garantias. Em 2023 foram registados 23.015 euros de taxas de processos de injunção e, 2.493 euros de imposto de selo de financiamento e garantias.

A rubrica de gastos e perdas em investimentos não financeiros refletem basicamente as perdas com abate de contadores de consumos de clientes retirados da rede, parcialmente depreciados.

As correções relativas a exercícios anteriores são essencialmente valores de notas de créditos emitidas a clientes.

As indemnizações correspondem ao valor das franquias ou dentro do valor da franquia de eventos segurados.

Em Outros gastos e perdas, os valores mais relevantes em 2024 são 39.055 euros referente a IVA não recuperável e, 122 euros de gastos de energia elétrica e de instalação de unidades de microprodução. Em 2023 foram registados 1.214 euros de IVA não recuperável e 288 euros com gastos de energia elétrica e de instalação de unidades de microprodução.

10. Juros e rendimentos similares obtidos

	2024	2023
Juros obtidos de depósitos bancários	569 230	323 386
Juros obtidos por atraso de pagamento	74 776	85 880
Outros rendimentos similares	295 657	371 867
	939 663	781 133

Na rubrica de “Outros rendimentos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros conforme o quadro seguinte:

	2024	2023
Passivo financeiro - Empréstimo bancário longo prazo	295 658	371 867
	295 658	371 867

11. Juros e gastos similares suportados

	2024	2023
Juros suportados de empréstimos bancários	1 241 343	1 538 108
Outros gastos similares	671 079	2 008 472
	1 912 422	3 546 580

A caracterização do empréstimo bancário e as taxas de juro aplicadas estão explicados na nota 26.

Na rubrica de “Outros gastos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros conforme o quadro seguinte:

	2024	2023
Passivo financeiro - Retribuição à Concedente	671 079	2 008 472
	671 079	2 008 472

12. Ativo Fixo Tangível

	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EM CURSO	TOTAL
Quantia escriturada bruta inicial	8 856 345	862 096	988 207	181 890	79 051	10 967 589
Depreciações acumuladas iniciais	-7 027 415	-737 821	-830 758	-162 119		-8 758 113
Quantia escriturada líquida inicial	1 828 930	124 275	157 449	19 771	79 051	2 209 476
Adições						
Transferência tangível em curso	154 565					154 565
Outras	728 648	84 900	198 554	13 025	75 514	1 100 641
Total das adições	883 213	84 900	198 554	13 025	75 514	1 255 206
Diminuições						
Depreciações	-501 597	-76 783	-103 652	-9 213		-691 245
Perdas por imparidade						
Abates – Valor bruto	-344 510		-29 847	-1 091		-375 448
Abates– Depreciações Acumuladas	322 502		29 847	1 085		353 434
Transferência para firme					-154 565	-154 565
Total das diminuições	-523 605	-76 783	-103 652	-9 219	-154 565	-867 824
Quantia escriturada líquida final	2 188 538	132 392	252 351	23 577	-	2 596 858

No contrato de financiamento celebrado a 31 de março de 2010 com o sindicato bancário (BPI e CGD), aditado em 28 de dezembro de 2010, e que entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011, a Águas de Cascais constitui a favor dos Bancos o penhor dos equipamentos e dos bens móveis. Este contrato e respetivo Aditamento faz parte integrante do Contrato de Concessão e pelo Aditamento assinado em 31 de março de 2010.



13. Ativo Intangível

	PROPRIEDADE IND. OUTROS DIREITOS	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	RETRIBUIÇÃO CONCEDENTE	INFRAESTRUTURAS E AFINS	EM CURSO	TOTAL
Quantia escriturada bruta inicial	87 987	3 811 351	46 909 446	104 425 137	3 682 888	158 916 809
Depreciações acumuladas iniciais	-87 987	-2 783 995	-34 936 199	-54 937 818		-92 745 999
Quantia escriturada líquida inicial	-	1 027 356	11 973 247	49 487 319	3 682 888	66 170 810
Adições						
Transferência tangível em curso				5 838 188		5 838 188
Outras					4 436 121	4 436 121
Total das adições				5 838 188	4 436 121	10 274 309
Diminuições						
Depreciações		-146 765	-1 710 464	-7 399 409		-9 256 638
Perdas por imparidade						
Transferência para firme					-5 838 188	-5 838 188
Total das diminuições	-	-146 765	-1 710 464	-7 399 409	-5 838 188	-15 094 826
Quantia escriturada líquida final	-	880 591	10 262 783	47 926 098	2 280 821	61 350 293

Na rubrica "infraestruturas e afins" o valor de adições por transferência do intangível em curso representa o valor de obras de instalações, de redes de água de abastecimento e, de redes de águas residuais que ficaram prontas neste exercício reversível para a Concedente.

O Intangível em curso corresponde a infraestruturas de água de abastecimento e de águas residuais reversíveis para a Concedente, que ainda não estão concluídas.

A empresa não tem ativos intangíveis registados por quantias revalorizadas.

14. Outros Investimentos Financeiros

O valor corresponde ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, nos termos da Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, e do Regulamento n.º 390-A/2013 de 14 de outubro. Os valores do Fundo de Compensação do Trabalho estão mensurados pelo justo valor.

15. Impostos Diferidos e Imposto sobre o rendimento do período

	2024		2023	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	128 316		154 122	
Efeitos na demonstração de resultados:				
Gastos acima dos valores fiscalmente aceites	-18 338		-31 275	
Rendimentos por mensuração justo valor	-87	195	-101	195
Total de efeitos na demonstração resultados	-18 425	195	-31 376	195
Efeitos em capitais próprios:				
Cobertura risco taxa juro (swap)	-10 397		5 570	
Total de efeitos em capital próprio	-10 397		5 570	
Saldo em 31 dezembro	99 494	195	128 316	195

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto corrente	4 106 317	3 059 964
Imposto diferido	18 425	31 571
	4 124 743	3 091 535

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é a seguinte:

	BASE DE IMPOSTO		TAXA DE IMPOSTO	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	16 054 166	12 063 088		
Variações patrimoniais				
Taxa de imposto	22,25%	22,25%		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:</u>				
Imparidades acima das fiscalmente aceites	-82 418	-140 558		
Outros	1 653	5 003		
	-80 765	-135 555	1,00%	1,00%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Benefícios fiscais	25 359	29 450		
Restituição de impostos não dedutíveis	235 104	18 825		
Outros	408	1 281		
	260 871	49 556		
Lucro tributável	15 712 529	11 877 977		
Taxa imposto sobre o rendimento (25.000€ de matéria coletável PME)	17%	17%		
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%		
Imposto calculado	3 297 631	2 492 375	21,00%	21,00%
Derrama estadual	590 626	398 899	3,80%	3,40%
Derrama municipal	196 407	148 475	1,30%	1,30%
Tributação autónoma	21 653	20 215	0,10%	0,20%
Imposto sobre o rendimento	4 106 317	3 059 964	26,13%	25,80%

A taxa de derrama para o Município de Cascais foi de 1,25% em 2023 e 2024.

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras a nível das taxas aplicáveis, nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

Por este motivo não há lugar à divulgação de quantias relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.



16. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias (água para distribuição)	65 539	62 243
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	127 104	113 243
	192 643	175 486

17. Clientes

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 é o seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Clientes c/c	7 456 884	7 258 319
Clientes por acréscimos	2 665 620	1 626 078
Clientes de cobrança duvidosa	8 273 813	8 693 560
Clientes – perdas por imparidade acumuladas	-6 494 974	-6 629 346
	11 901 343	10 948 611

As maturidades em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 da dívida de Clientes são:

A Receber	31.12.2024	31.12.2023
<30 dias	6 836 886	6 524 997
30 a 60 dias	203 731	374 250
60 a 90 dias	121 740	107 684
90 a 180 dias	287 695	270 474
180 a 360 dias	270 342	340 729
> 360 dias	8 010 303	8 333 745
	15 730 697	15 951 879

Para determinação da dívida dos clientes sujeita a imparidades, são deduzidas as quantias das taxas de resíduos sólidos urbanos e a taxa de recursos hídricos porque não são rendimento da Águas de Cascais e, por essa razão, não afetam os resultados da empresa.

Os valores de resíduos sólidos urbanos e de tarifa de gestão de resíduos são rendimento da Câmara Municipal de Cascais e a taxa de recursos hídricos é rendimento da ARH-Administração de Recursos Hídricos.

A dívida do Estado e da Autarquia não são objeto de perdas por imparidade.

O quadro seguinte apresenta a dívida para determinação das imparidades, as taxas aplicadas e os valores de imparidades:

	DÍVIDA SUJEITA A IMPARIDADES	% DE IMPARIDADES	IMPARIDADES ACUMULADAS
Faturas emitidas até 2020, inclusive	4 982 206	100%	4 982 206
Faturas emitidas em 2021 – 1.º semestre	221 184	100%	221 184
Faturas emitidas em 2021 – 2.º semestre	418 295	100%	418 295
Faturas emitidas em 2022 – 1.º semestre	205 690	100%	205 690
Faturas emitidas em 2022 – 2.º semestre	266 562	100%	266 562
Faturas emitidas em 2023 – 1.º semestre	83 089	100%	83 089
Faturas emitidas em 2023 – 2.º semestre	202 425	100%	202 425
Faturas emitidas em 2024 – 1.º semestre	115 523	100%	115 523
	6 494 974		6 494 974

Os movimentos na rubrica de clientes c/c com perdas por imparidade acumuladas nos exercícios de 2023 e 2024 estão no seguinte quadro:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	6 629 346	6 013 832
Reforço	514 601	626 690
Utilização	648 973	11 176
Saldo final	6 494 974	6 629 346

18. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, esta rubrica apresentava as seguintes quantias no Passivo:

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o rendimento	1 080 374	272 989
Retenção de Imposto sobre o rendimento	76 363	71 790
IVA a pagar	87 723	108 863
Contribuições para Segurança Social	108 148	99 040
Outras tributações – Taxa de recursos hídricos	270 379	182 550
	1 622 987	735 232

Em 31-12-2024, a quantia de imposto sobre o rendimento resulta de pagamentos por conta (+2.646.983 euros), retenções sobre rendimentos de capitais (+143.857 euros), benefício fiscal SIFIDE (+235.104 euros) e, do IRC do exercício (-4.106.317 euros).

Em 31-12-2023, a quantia de imposto sobre o rendimento resultou de pagamentos por conta (+2.715.624 euros), retenções sobre rendimentos de capitais (+71.351 euros), e do IRC do exercício (-3.059.964 euros);

A “Retenção de imposto sobre o rendimento” e as “Contribuições para a Segurança Social” respeitam a rendimentos postos à disposição em dezembro cuja entrega ocorre em janeiro do ano seguinte.

O valor da rubrica de IVA a pagar corresponde ao IVA do período de novembro e dezembro do exercício, sendo a entrega da declaração periódica no ano seguinte, assim como o seu pagamento.



A taxa de recursos hídricos, a pagar pelos clientes finais, é cobrada pelas entidades gestoras de água de abastecimento e de águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de junho. A Águas de Cascais efetua pagamentos desta taxa a 3 entidades, ARH na parte das captações próprias de água, EPAL fornecedor de água para distribuição e ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO prestador do serviço de tratamento e destino final de efluentes.

A taxa de recursos hídricos é um valor estimado, sendo a estimativa corrigida no início de cada ano. O valor debitado aos clientes é igualmente uma estimativa.

19. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

A Receber	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Devedores por depósito garantia (Cascais Sedenova)	202 548	202 548
Outros devedores por depósito de garantia	15 794	15 794
	218 342	218 342
ATIVO CORRENTE:		
Devedores por depósito de garantia	2 000	2 000
Outros devedores	58 374	60 458
	60 374	62 458
	278 716	280 800

O valor constante na rubrica Devedores por depósito de garantia é a caução à Cascais Sedenova, resultado do aditamento do Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços referido na nota 31.

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica de diferimentos no Ativo tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2024	31.12.2023
Gastos com sistemas de informação	134 035	120 254
Seguros	-	35 409
Outros	14 366	10 583
	148 401	166 246

A quantia em Gastos com sistemas de informação é referente a contratos de base anual e plurianual.

21. Caixa e depósitos bancários

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	14 168	6 462
Depósitos bancários	22 515 333	22 619 586
	22 529 501	22 626 048

Com exceção da quantia de 2.319.025 euros relativa ao serviço da dívida, todos os saldos incluídos em caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso na data das demonstrações financeiras.



A Empresa além dos compromissos de tesouraria correntes, tem no mês de janeiro o compromisso de pagamento da retribuição à Concedente.

22. Capital

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO	N.º DE AÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO (EUROS)
AQUAPOR	50	350 000	1 750 000
AGS	50	350 000	1 750 000
	100,0	700 000	3 500 000

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5 % do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20 % do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal já representa 20% do capital.

23. Resultados transitados

RUBRICA	SALDO INICIAL	VARIAÇÃO	SALDO FINAL
Resultados transitados	42 931 227	-28 448	42 902 779

A variação na rubrica "Resultados transitados" corresponde a parte do resultado líquido do exercício de 2023.

A restante quantia do resultado líquido, 9.000.000 euros, foi distribuída pelos Acionistas como dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2024. O pagamento foi efetuado dia 31 de maio de 2024.

24. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

	31.12.2024	31.12.2023
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS		
Outros ajustamentos em passivos financeiros, SWAP	-238 927	-285 659
Impostos diferidos	53 161	63 559
	-185 766	-222 100
OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO		
Subsídios ao investimento da Concedente	3 715 294	3 645 552
Impostos diferidos	-826 653	-811 135
	2 888 641	2 834 417
	2 702 875	2 612 317

Nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.^a do Contrato de Concessão, Aditamento de 31 de março de 2010, os investimentos incluídos no Plano de Investimentos para o período de 2011 a 2030 serão comparticipados pelo Concedente em montantes anuais de €872.285,00 (oitocentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta e cinco Euros), a preços de junho de 2007, atualizável nos termos do n.º 2 da mesma Cláusula, devidos na proporção do valor do investimento efetivamente realizado no ano em causa.



25. Fornecedores

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 é o seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores c/c gerais	3 155 498	2 884 600
Fornecedores c/c – empresa mãe	319 026	219 347
Fornecedores c/c – entidades relacionadas	5 345	45 821
Fornecedores por acréscimos	2 839 344	2 822 284
SOMA	6 319 213	5 972 052
Adiantamentos a fornecedores	-2 130 150	-36 551
	4 189 063	5 935 501

Tal como em anos anteriores, os adiantamentos respeitam a aprovisionamentos de materiais para realização de obras ao abrigo do Plano de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 as dívidas a fornecedores apresentavam as seguintes maturidades:

	31.12.2024	31.12.2023
<30 dias	3 108 372	3 110 569
30 a 60 dias	373 960	-
60 a 90 dias	-2 111	-
90 a 180 dias	-351	-
180 a 360 dias	-	-
> 360 dias	-	39 199
	3 479 870	3 149 768

26. Financiamento obtido

	31.12.2024	31.12.2023
	CAPITAL	CAPITAL
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Empréstimos bancários	6 965 898	10 802 386
PASSIVO CORRENTE:		
Empréstimos bancários	3 540 830	3 941 830
	10 506 728	14 744 216

O contrato de financiamento em regime de Project-finance, que estabelece um empréstimo de médio longo prazo, no valor de 40.100.000 euros, entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011. A taxa de juro está indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 4,25% até 15 dezembro de 2014, de 4,5% até 15 de dezembro de 2019, e de 4,75% após esta data. Este empréstimo tem 1% de comissão de imobilização sobre o montante não utilizado.

Este contrato de financiamento considera um empréstimo de curto prazo no valor máximo de 250.000 euros, a uma taxa de juro indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 2%, e com comissão de imobilização, sobre o montante não utilizado, de 0,75%.

A Águas de Cascais tem um contrato de cobertura de risco, Swap, para o empréstimo médio longo prazo, com uma taxa fixada em 3,955%.

As garantias para este empréstimo foram prestadas pelos Acionistas, com a penhora das ações, e cartas de conforto.

27. Outras Dívidas a pagar

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo não corrente tem o detalhe do quadro abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	10 825 077	12 628 755
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	750 932	735 415
	11 576 009	13 364 170

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo corrente tem o seguinte detalhe:

A Pagar	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de Investimento	917 639	551 057
Credores por acréscimos de gastos	765 522	711 879
Câmara Municipal Cascais (RSU+TGR)	3 154 998	3 185 314
Credores por depósito de garantia	1 632 991	1 778 825
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	2 482 095	2 424 839
Cientes com IVA regularizado	200 508	196 716
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	75 721	75 721
Outros credores	20 697	23 773
	9 250 171	8 948 124

A rubrica de fornecedores de investimento tem uma maturidade inferior a 30 dias em ambas as datas.

A rubrica Credores por acréscimo de gastos tem como valores relevantes em 2024, 41.919 euros de acréscimos de gastos financeiros e 684.610 euros de acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias). Em 2023 foram registados 62.886 euros e 642.220 euros respetivamente.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (RSU+TGR) diz respeito à tarifa de resíduos sólidos urbanos e à taxa de gestão de resíduos incluídos nas faturas aos clientes que é rendimento da Câmara Municipal. A Águas de Cascais tem o compromisso de incluir nas faturas dos clientes as tarifas aprovadas pela Câmara Municipal, efetuar a sua cobrança e, proceder à entrega dos valores recebidos.

A rubrica Credores por depósito de garantia corresponde à retenção de 10% sobre o valor de fatura das obras do plano de investimentos, que não têm cobertura por garantia bancária.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (Retribuição) reflete o valor estimado da retribuição a pagar à Concedente no próximo ano.

A rubrica Clientes com IVA regularizado representa o valor do IVA de faturas de clientes em dívida, que foi regularizado nos termos do Código do IVA.

A rubrica Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento reflete o imposto correspondente à quantia de subsídio ao investimento a reconhecer como rendimento nos próximos 12 meses.



28. Outros passivos financeiros

A empresa contratou um instrumento financeiro de cobertura para minimizar os riscos financeiros. O risco a que a empresa está exposta é a flutuação da taxa de juro do financiamento não corrente contratado a taxa de juro variável.

Passivos financeiros mensurados pelo justo valor por contrapartida em Capital próprio:

	31.12.2024	31.12.2023
Derivados de cobertura		
Valor Notional	8 478 477	9 792 420
Swap de taxa de juro fixa	238 927	285 659

A Águas de Cascais, SA, tem um contrato de financiamento com duas instituições bancárias, em que cada uma tem 50% do valor do contrato, percentagem que também se aplica ao instrumento financeiro de cobertura (swap).

29. Passivos contingentes

Estão a decorrer alguns processos instaurados à Águas de Cascais, SA:

OBJETO DO PROCESSO	VALOR DO PEDIDO	PREVISÃO DO GABINETE JURÍDICO DA AdC
Pedido de indemnização por danos	128.857,47 €	A AdC – Águas de Cascais, S.A. (interveniente principal passiva - co-Ré) apresentou, em 27/06/2022, contestação à ação, alegando a sua ilegitimidade e impugnando a ação e pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Companhia de seguros Allianz Portugal, S.A. O processo encontra-se em desenvolvimento. Quanto ao risco/probabilidade de condenação no pedido, não existe ainda uma expectativa segura do que possa vir a suceder em termos de decisão final, podendo, em tese, vir a existir condenação no pedido, pelo menos, nalguma proporção.
Pedido de indemnização por danos	115.274,30 €	A AdC apresentou contestação em 20/04/2012, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, SA - Sucursal em Portugal, tendo-se seguido a tramitação do processo, e a determinado passo foi pela AdC apresentado, em 01/03/2013, recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul de despacho de não admissão da intervenção da seguradora Chartis. Após julgamento foi proferida sentença totalmente favorável à AdC, tendo esta ficado totalmente absolvida dos pedidos formulados pelo Autor. Foi apresentado recurso pelo Autor, e contra-alegações por parte da AdC. Aguarda-se decisão.
Pedido de indemnização por danos	42.582,72 €	A AdC apresentou, em 06/11/2015, contestação, através de mandatário não pertencente ao seu Gabinete Jurídico, tendo sido proferida sentença notificada a 07/09/2022, considerando totalmente improcedente a Impugnação Judicial e, em consequência determinando a manutenção dos atos impugnados na ordem jurídica. A sentença foi posteriormente objeto de recurso por parte da Autora, em 10/10/2022, tendo a AdC apresentado contra-alegações, não havendo, de momento, nada mais de relevante a assinalar. No que respeita ao risco/probabilidade de condenação, as coisas estão bem encaminhadas para a AdC, face à sentença obtida que lhe foi totalmente favorável, embora, em razão do recurso interposto, não exista decisão definitiva / transitada em julgado.
Pedido de indemnização por danos	36.320,00 €	A AdC – Águas de Cascais, SA, apresentou, em 29/11/2013, contestação à ação, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, SA – Sucursal em Portugal, tendo sido proferida, em 13/06/2015, sentença julgando a ação improcedente e absolvendo do pedido as Rés e as chamadas (AdC e Chartis Europe, SA – Sucursal em Portugal). Entretanto, a Autora interpôs, em 04/09/2015, recurso da sentença para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo a AdC apresentado, por sua vez, em 03/11/2015, contra-alegações, aguardando-se presentemente o acórdão daquele tribunal superior. Quanto ao risco/probabilidade de condenação no pedido, existe boa probabilidade de a AdC não ter de pagar nada.

OBJETO DO PROCESSO	VALOR DO PEDIDO	PREVISÃO DO GABINETE JURÍDICO DA AdC
Pedido de condenação na reposição de pavimentos, em betuminoso e calçada	30.001,00 €	A AdC apresentou em 11/01/2013 oposição, tendo em 30/01/2013 sido decretada sentença negando provimento à ação. O Autor interpôs recurso da decisão, estando o processo presentemente a correr termos no Tribunal Central Administrativo do Sul. Não existe, de momento, nada mais de relevante, a assinalar. Existe relevante probabilidade de a AdC ser absolvida totalmente do pedido.
Impugnação de ato administrativo	30.000,01€	A ação judicial instaurada é de impugnação do ato administrativo constituído pelo despacho proferido no âmbito dos procedimentos PCV nº 2/2017 – I – CMC – 2017 – 6991, do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, datado de 09.10.2019, que ordena ao Autor a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade do imóvel sito na Rua Dom Afonso Henriques, nº 901, 2765-572 Estoril, detetadas nas vistorias realizadas nos dias 23/01/2018, 29/01/2018 e 03/01/2019. A AdC apresentou contestação no sentido de a decisão dos autos dever ser formulada de acordo com a prova que naqueles vier a ser produzida. Aguardam-se desenvolvimentos do processo, existindo a expectativa segura de não existência de qualquer condenação da AdC, visto não ter sido colocada em causa na ação e em consequência, na mesma não tendo sido objeto de qualquer pedido condenatório.

30. Acontecimentos após a data do Balanço

Não há acontecimentos relevantes a registar.

31. Partes relacionadas

A Águas de Cascais, SA tem relacionamento com as empresas-mãe e com outras empresas detidas por uma ou mais das empresas-mãe, conforme detalhe do quadro seguinte:

PARTES RELACIONADAS	NATUREZA DO RELACIONAMENTO
AGS	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Aluguer equipamento microprodução energia Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de telegestão, de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais. Monitorização de caudais, waterwise, pensa e meterwise
AQUAPOR	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Apoio comercial, serviço de SMS, e storage
LUSÁGUA	Trabalhos especializados (videoscopias, análises, PSA)
AQUASIS	Assessoria técnica, e manutenção software SIG / G INTERÁQUA / AQUAFIELD
CASCAIS SEDENOVA	Aluguer do edifício sede

Como garantia do empréstimo intercalar, as empresas-mãe constituíram, a favor do Banco BPI, penhor financeiro sobre as suas ações.



A Cascais Sedenova disponibilizou em fevereiro de 2013 o edifício, onde funciona a sede da Águas de Cascais, SA, tendo ambas as partes celebrado o Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços.

As quantias das transações nos exercícios de 2023 e 2024 e os saldos em 31-12-2023 e 31-12-2024 constam do quadro seguinte:

Partes relacionadas	Aquisição de serviços	Gastos financeiros	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Imparidades	Gastos de dívidas incobráveis
AGS						
2024	2 617 742	-		229 516	-	-
2023	2 343 497	-		143 514	-	-
AQUAPOR						
2024	1 916 509	-		89 510	-	-
2023	1 756 729	-		75 832	-	-
LUSÁGUA						
2024	105 072	-		925	-	-
2023	102 628	-		44 659	-	-
AQUASIS						
2024	44 772	-		4 421	-	-
2023	41 128	-		1 162	-	-
CASCAIS SEDENOVA						
2024	678 018	-	-	-	-	-
2023	671 430	-	202 548	-	-	-

A remuneração dos membros chave da gestão nos exercícios de 2024 e 2023 foram de 435.767 euros e 359.452 euros respetivamente.

32. Garantias Bancárias

As garantias bancárias prestadas pela empresa são as constantes do quadro seguinte:

A FAVOR DE	VALOR	OBJETIVO
Câmara Municipal de Cascais	4 043 467	Contrato de Concessão
José Abreu M. Freire e Outros	23 119	Processo de expropriação de terreno para captação de água
PETROGAL – Petróleos de Portugal	43 000	Contratos de fornecimento de combustível
	4 109 586	

33. Divulgações exigidas por diplomas legais

1. Divulgação exigida pelo n.º 1 alíneas a) e b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

2. Divulgação exigida pelo n.º 1 alínea b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Os honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais nos exercícios de 2023 e 2024 são os seguintes:

	2024	2023
Honorários faturados pela Revisão Legal de Contas	20 850	20 200

3. Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

A divulgação das operações realizadas com partes relacionadas está na nota 32.

34. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 19 de fevereiro de 2025.

Cascais, 19 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdC-Águas de Cascais, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 101.249.309 euros e um total de capital próprio de 61.735.077 euros, incluindo um resultado líquido de 11.929.423 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdC-Águas de Cascais, S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 10.263 milhares de Euros (2023: 11.973 milhares de euros) (nota 13), referente ao valor da retribuição a pagar à Concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como "Infraestruturas e afins" no montante de 47.926 milhares de euros (2023: 49.487 milhares de Euros) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de março de 2025

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**
Num. de Identificação: 09457598
Data: 2025.03.11 15:16:43+00'00'

Paulo Jorge Luís da Silva - ROC n.º 1334
Registado na CMVM com o n.º 20160944



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos/as. Senhores/as, Acionistas da sociedade AdC - Águas de Cascais, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias e, nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborados pelo Conselho de Administração da sociedade **AdC - Águas de Cascais, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1) Introdução:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade e a evolução da atividade através do contacto regular mantido com o Conselho de Administração e com os departamentos Financeiro e de Contabilidade, durante o exercido de 2024;
- b) Solicitámos os elementos e esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos necessários e adequados, quer ao órgão de gestão e demais responsáveis técnicos, quer ao Revisor Oficial de Contas;
- c) O desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/serviços que consideramos relevantes, ao nível do relato financeiro da sociedade.

2) Responsabilidades:

- a) Averiguámos a observância da lei e o cumprimento do contrato de sociedade;
- b) Procedemos a verificações por amostragem dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliamos globalmente a eficácia do



sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;

- c) Examinamos as demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e o relatório de gestão da sociedade (designado por "Relatório de Gestão e Contas"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- d) Analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas - Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - datada de 11 de março de 2025, a qual inclui uma reserva (por desacordo, não quantificada):

“Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 10.263 milhares de Euros (2023: 11.973 milhares de Euros) (nota 13), referente ao valor da retribuição a pagar à Concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como "Infraestruturas e afins" no montante de 47.926 milhares de euros (2023: 49.487 milhares de Euros) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos.”

Efetuamos, ainda, indagações junto do Revisor Oficial de Contas, solicitando os esclarecimentos que consideramos pertinentes, atendendo a natureza e relevância das situações identificadas.

3) Opinião:

- a) Os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei, nem com o contrato de sociedade e demais regulamentação aplicável;
- b) A Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o “Relatório de Gestão e Contas” satisfazem as disposições legais aplicáveis, refletindo a atividade e a situação económica, financeira e patrimonial da sociedade, no exercício de 2024.
- c) No seguimento das observações anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o "Relatório de Gestão e Contas" da Sociedade não se encontra preparado de acordo com as disposições contabilísticas, legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis. É, portanto, nosso parecer que o mesmo deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- d) Somos de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas deverá aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;

Par último, expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração da sociedade e a todos os responsáveis e colaboradores com quem contactamos, bem como ao Revisor Oficial de Contas, pela disponibilidade e colaboração demonstradas.

Cascais, 14 de março de 2025



Pedro Miguel Dias de Campos - Presidente
(Revisor Oficial de Contas n.º 1.538, CMVM n.º 20161148)



Carlos Dinis Alves Gomes – Vogal



Marco Bruno Palma Oliveira Santos - Vogal